

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**  
**ÁREA DE TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA**

**A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL**  
**BEATRIZ DE SOUZA BRITO: 1935-1992**

PEDRO CABRAL FILHO  
FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 1998

PEDRO CABRAL FILHO

**A CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL**

**BEATRIZ DE SOUZA BRITO: 1935-1992**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação da Professora Doutora Marli Auras e co-orientação da Professora Doutora Olinda Evangelista.*

Florianópolis

Centro de Ciências da Educação da UFSC

1998

## AGRADECIMENTOS

Foi uma atividade densa, porém prazerosa o Curso de Mestrado. Como foi bom! Nada comparável, entretanto, à tarefa de lembrar de todas as pessoas que, de algum modo contribuíram para a sua realização. Por isso gostaria de agradecer a todos em geral e, em particular:

- ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, à CAPES, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação e Desporto, que possibilitaram as condições para a realização desta pesquisa;

- aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, da biblioteca da ELETROSUL, da biblioteca do Centro de Educação, da Secretaria do ITESC, da Secretaria do CCPAN, e da SME - Assessoria de Planejamento, gestão 93-96;

- aos entrevistados, por permitirem a nossa invasão em suas vidas, possibilitando a elaboração deste texto;

- aos sempre amigos torcedores Stela e Moisés, Suzi, Marcelo e Bié, Márcia, Celso e Helena, Toninho e Angela, Léa, Jakson, Cacaia e Lu, Soraya e Cesar, Suzana e Leandro, Isabel e Edu e Zuleide, meu par, por tudo o que vivemos juntos nestes últimos três anos e pela utopia do socialismo;

- aos amigos do Coral Santa Cecília da Catedral, pela preocupação demonstrada neste processo, a Bernardete pela revisão do texto, a Marly Carvalho, uma referência viva na SME, a Ana, Mati e Bintu por todo o carinho, a Zuleica, Gisele e Bruno pelas dúvidas levantadas, ao Felipe e Tomás pelo respeito, ao Emerson e Fabíola pelos papos, ao Cláudio pela irreverência, ao Jorge Alexandre por ser tão belo, a Luiza

Carla por mostrar que a intelectualidade pode ser divertida, ao Ivan pela existência, a Patrícia e Vilson que nunca se furtaram em emitir suas opiniões, ao Adir pela serenidade, ao Paulo Sandrini por desconfiar dos marxistas, a Débora que sabia discutir como ninguém, a Ana Delgado, uma louca eternamente preocupada com leituras, a Rose de Joinville, a personificação do rigor acadêmico e ao Padre Vilson pelo companheirismo e ao Danilo por ser quem é;

- ao Edu e a Nina pela compreensão nos momentos em que precisei da Marli;

- ao Lucas, a Maurília e a Romilda, funcionários do PPGE, pelo carinho sempre dispensado;

- ao Angoti, por tudo que viabilizou ao PPGE e pela preocupação que demonstrou ter com os alunos que não possuíam bolsas;

- ao professor Selvino, pelo prazer de suas aulas;

- a Leda, Coca e Graça pelo conhecimento repassado;

- a Professora Maria Célia, uma estudiosa que me mostrou a importância de estudar, pesquisar e publicar a produção acadêmica;

- a Olinda que, muito mais que uma co-orientadora, foi uma amiga, colaborando na estrutura do projeto inicial para a seleção até a elaboração do texto final desta dissertação de Mestrado. Foi com rigor, determinação e uma caneta preta que essa mulher fantástica me ajudou a entender que a apreensão de conceitos é práxis;

- a Marli, minha orientadora, pela dedicação, rigor intelectual e, principalmente, por ser o ser humano lindíssimo que tive oportunidade de conhecer.

- aos meus pais, irmãos e sobrinhos pelo apoio constante;

aos alunos, pais, professores e  
funcionários da Escola Beatriz, a quem  
dedico este trabalho.

*Como toda história viva, feita pelos homens de carne e osso, esta também é uma história sem final, cuja continuidade depende de todos. Pra que cada vez mais ela possa ser feita por homens e mulheres conscientes de si mesmos, de seus direitos e deveres com a humanidade, a compreensão do trecho andado é indispensável. (Sader, 1990, p.92).*

## **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa foi o de estudar a constituição da Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito, localizada no bairro Pantanal, em Florianópolis, de 1935 até o ano de 1992.

A partir de dados coligidos em documentos oficiais, teses acadêmicas, dissertações, livros, trabalhos de conclusão de curso - TCC, monografias e entrevistas, buscou-se entender e descrever as múltiplas relações existentes entre escola, bairro, cidade e algumas dimensões das políticas sociais implementadas no período em questão.

Com esse resgate histórico, foi possível salientar a relação bastante particular que se operou dentro dessa escola, mas enquanto resultado das determinações do processo capitalista, manifesto na urbanização de Florianópolis.

## **ABSTRACT**

The aim this research was to study the constitution of the “Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito”, located in Florianópolis, in the district Pantanal, from 1935 to 1992.

From data gathered in the form of official documents, academic theses, dissertations, books, papers for the conclusions of undergraduate programs, monographs and interviews, we set out to understand and describe the multiple relations existing between school, neighborhood, city and some dimensions of social policies implemented during the period in question.

Through this historical reconstruction, it was possible to perceive a very particular relation that has operated within that school, resulting from administrative decisions based on the capitalistic process, manifested in the urbanization of Florianópolis.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
1.1. As origens do tema	3
1.2. A periodização	5
1.3. Os procedimentos	5
1.4. A organização deste texto	7
<b>2. DE ESCOLA ISOLADA A GRUPO ESCOLAR: 1935 A 1963</b>	<b>9</b>
2.1. A configuração do bairro Pantanal	9
2.2. De Escola Isolada a Escola Desdobrada	14
2.3. A expansão da cidade e a implantação da UFSC	21
<b>3. DE GRUPO ESCOLAR A ESCOLA BÁSICA: 1963 A 1990</b>	<b>29</b>
3.1. Grupo Escolar Municipal Professora Beatriz de Souza Brito	29
3.2. Uma moradora do bairro assume a direção	36
3.3. Escola Básica Municipal Professora Beatriz de Souza Brito	42
3.4. A interferência do ITESC, ELETROSUL, CCPAN e TV Barriga Verde no bairro	58
3.4.1. O Instituto Teológico de Santa Catarina - ITESC	61
3.4.2. As Centrais Elétricas do Sul S.A. - ELETROSUL para o bairro Pantanal	65
3.4.3. O centro comunitário: uma necessidade do bairro Pantanal	73
3.4.4. TV Barriga Verde	75
<b>4. ESCOLA BÁSICA BEATRIZ: uma escola pública de qualidade? 1990 a 1992</b>	<b>78</b>
4.1. ELETROSUL e UFSC vão à Escola Beatriz	78
4.2. Mais uma eleição para a direção escolar	83
4.3. Evasão escolar: não se discute	85
4.4. Uma tentativa de privatizar a Escola Básica	95
4.5. Cooptar para privatizar	101
4.6. A reação dos profissionais da Escola Beatriz	110

<b>4.7. Escola Básica Beatriz: uma escola pública de qualidade?</b>	<b>115</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>121</b>
<b>6. FONTES DOCUMENTAIS</b>	<b>127</b>
<b>6.1. Documentos relativos à Escola Básica Beatriz de Souza Brito</b>	<b>127</b>
<b>6.2. Documentos relativos ao Ensino no Município de Florianópolis</b>	<b>130</b>
<b>6.3. Documentos relativos ao Ensino no Estado de Santa Catarina</b>	<b>139</b>
<b>6.4. Documentos relativos à Centrais Elétricas do Sul -ELETROSUL</b>	<b>140</b>
<b>6.5. Documentos relativos ao Instituto Teológico do Estado de Santa Catarina.</b>	<b>141</b>
<b>6.6. Jornais e boletins</b>	<b>142</b>
<b>6.7. Legislação</b>	<b>143</b>
<b>6.8. Entrevista</b>	<b>145</b>
<b>6.9. Teses, Dissertações, Monografias e TCCs</b>	<b>147</b>
<b>6.10. FOLDER</b>	<b>150</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>150</b>

## LISTA DE QUADROS

<i>QUADRO 1</i>	40
<i>Número de alunos do Grupo Escolar Beatriz, 1972 - 1985</i>	40
<i>QUADRO 2</i>	45
<i>Plano de implantação da 5ª a 8ª série</i>	45
<i>QUADRO 3</i>	51
<i>Matrícula inicial na Escola Básica Beatriz em 1988</i>	51
<i>QUADRO 4</i>	86
<i>Número de alunos na Escola Básica Beatriz no ano de 1990</i>	86
<i>QUADRO 5</i>	94
<i>Número de alunos novos por turma em 1990</i>	94
<i>QUADRO 6</i>	95
<i>Número de pais e alunos novos por série em 1990</i>	95
<i>QUADRO 7</i>	96
<i>Número total de alunos por turma no ano de 1990 e 1991 na Escola Beatriz</i>	96
<i>QUADRO 8</i>	117
<i>Número total de alunos por turma no ano de 1992 na Escola Beatriz</i>	117

## **SIGLAS**

**SESAS** - Secretaria de Educação Saúde e Assistência. Florianópolis/SC

**DEAS** - Diretoria de Educação e Assistência Social. Florianópolis/SC

**SME** - Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC

**RME** - Rede Municipal de Educação de Florianópolis/SC

**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina

**ELETROSUL** - Centrais Elétricas do Sul do Brasil

**CCPAN** - Centro Comunitário do Pantanal. Florianópolis/SC

**ITESC** - Instituto Teológico do Estado de Santa Catarina

**ASPLAN** - Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação.  
Florianópolis/SC

**APP** - Associação de Pais e Professores

**TVBV** - Televisão Barriga Verde

**AEBMBSB** - Arquivo da Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito.

**APESC** - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

**ASPLAN-SME** - Assessoria de Planejamento Secretaria Municipal de Educação.

**BEL** - Biblioteca da ELETROSUL.

**ASI** - Arquivo da Secretaria do ITESC

**AAPUFSC** - Arquivo da APUFSC.

**BPESC** - Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi o de estudar a constituição da Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito, localizada no bairro Pantanal, em Florianópolis, de 1935 até 1992. Ao desenvolvermos este trabalho, percebemos algumas dimensões das políticas sociais e educacionais implementadas pelo Estado, como modificaram as condições de vida da população e como produziram mudanças na escola em questão. Neste sentido, foi possível constatar que o bairro Pantanal, de povoado bucólico e pacato, segundo relato de alguns de seus moradores, passou a desempenhar, a partir dos anos 50, um papel econômico, social e político importante. Tal importância podia ser captada nas mudanças estruturais na topografia, nas práticas culturais e alterações na vida cotidiana. Esse processo foi o mesmo na Escola Beatriz, evidenciando a estreita ligação entre a particularidade deste processo e as relações mais amplas da sociedade, considerando-se, também, a singularidade da escola.

Para verificar esse movimento, foi necessário estudar algumas das políticas públicas implementadas pelo Governo Municipal, derivadas de diretrizes nacionais, as quais nos levaram a compreender que a Escola Beatriz, como toda singularidade não se explica em si mesma, mas por sua inserção na totalidade social. Logo, a constituição da Escola Beatriz resultou da concorrência de fatores econômicos, políticos e culturais.

Para obter maior aproximação ao período estudado, consultamos os trabalhos de DALLABRIDA,<sup>1</sup> SUGAI<sup>2</sup> e VEIGA.<sup>3</sup> A caracterização geral, feita pelos autores, relativamente a aspectos da constituição do município de Florianópolis e do bairro Pantanal, ofereceu elementos que, embora provisórios, foram determinantes para a compreensão do processo de urbanização da cidade e expansão do bairro.

Se essas obras foram importantes para a consecução desta pesquisa, seu corpo documental constituiu-se de outras fontes sobre as quais se estruturou a análise aqui realizada. Trabalhamos, basicamente, com documentos oficiais, como ofícios, relatórios, atas, legislação, diários de classe, movimentos de matrícula, correspondências, portarias e pareceres. Além desses, foram consultados também periódicos e realizadas entrevistas.

Ao lidarmos com esse corpo documental, procuramos nos manter alertas para o seu caráter oficial e buscamos entender a realidade educacional da época, procurando fazer uma leitura tanto do que ele silenciava, quanto dos interesses que continha. Contudo, muitas vezes não conseguimos realizar a contento esta empreitada. Um desses momentos deu-se quando do exame do estudo do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, sobre os investimentos urbanos na área conurbada de Florianópolis, entre 1983 e 1986.<sup>4</sup> Numa primeira leitura não o valorizamos

---

<sup>1</sup> DALLABRIDA, Norberto. **Uma História do Bairro do Pantanal**. Florianópolis, 1989. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno Norte-Ilha**. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis memória urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

<sup>4</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento e urbanismo de Florianópolis. **Programa de Investimentos Urbanos na Área Conurbada de Florianópolis, 1983/1986, ensino de 1º e 2º grau**. Florianópolis: 1983/1986. (ASPLAN-SME).

devidamente entendendo-o apenas como mais uma proposta dos técnicos daquele órgão. Entretanto, ao coligirmos outros documentos percebemos que as orientações desse estudo davam suporte para a tomada de posições sobre a questão educacional pelo governo Municipal. Em vista disso, voltamos a estudá-lo e precisamos refazer o segundo capítulo desta dissertação.

Por outro lado, este texto também está matizado pela inserção política e profissional do autor, particularmente no terceiro capítulo. Isso se deve ao fato de que, durante os últimos nove anos, exerceu o cargo de professor nessa unidade escolar, ocupando, entre os anos de 1990 e 1994, a direção da Escola Beatriz.

### **1.1. As origens do tema**

A intenção de estudar a constituição da Escola Beatriz derivou, em parte, do fato de termos nela trabalho durante nove anos, três deles como diretor. Nossa preocupação inicial deu-se quando começamos a perceber que a entrada das classes médias naquela escola foi um dado importante na sua constituição, especialmente no início da década de 90. Em razão das políticas sociais e educacionais implementadas pelo governo federal, que impactaram a vida dos brasileiros, a livre negociação chegou às escolas particulares<sup>5</sup>. Mudanças substantivas no poder aquisitivo das classes médias provocaram um êxodo escolar para estabelecimentos de ensino público. No caso da

---

<sup>5</sup> “Mudança do signo da moeda, que voltou a ser o cruzeiro, e um radical aperto monetário, tendo sido reduzida a liquidez, imediatamente, pela via do seqüestro e congelamento dos ativos financeiros, a uns 10% do nível imediatamente anterior. Um programa de privatização de estatais. Uma reforma administrativa, no bojo da reforma do Estado, com o objetivo de demitir 360 mil funcionários públicos, diretos e indiretos, de um contingente estimado em 750 mil. **cf. OLIVEIRA. Francisco. Collor a falsificação da ira.** Rio de Janeiro: Imago, 1992.

Escola Beatriz, isso significou o ingresso de grande número de filhos de funcionários da ELETROSUL e da UFSC.

O novo cenário apresentado na escola era pouco compreendido pelos seus funcionários. Justamente para melhor entendê-lo, resolvemos buscar referências teóricas no curso de Mestrado em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Um dos objetivos era superar nossas deficiências de análise, tendo em vista uma compreensão que oferecesse condições de realizar a mediação entre embasamento teórico e prática educativa. Procurávamos escapar do ativismo do dia-a-dia e ter maior clareza das situações que se apresentavam na Escola Beatriz, com a entrada dos alunos egressos de instituições particulares.

Com esse objetivo apresentamos, para ingresso no curso de Mestrado, um projeto de pesquisa cujo tema era: *Educação pública: as interferências das classes médias em uma escola pública de Florianópolis*. Durante a realização das disciplinas, e após algumas sessões de orientação, refletimos sobre o tema do projeto apresentado, ampliando o foco de nosso interesse. Nossa preocupação inicial foi superada, mesmo porque não nos sentimos estimulados para o espinhoso debate sobre as classes médias e começamos a perceber que se a entrada dessas naquela escola era um dado importante na sua constituição, outros momentos também haviam tido sua importância. Passamos então a pesquisar a constituição da escola, tomando por base o período que vai de 1935 a 1992 redimensionando assim a temática eleita deixando de lado o objetivo primeiro, centrado na interferência da nova clientela na Escola Beatriz, na década de 90.

A reorientação realizada permitiu-nos considerar que a constituição da Escola Básica Beatriz fazia parte do processo de configuração social da cidade de Florianópolis e do bairro Pantanal em particular, constituído nas e pelas determinações do processo de



reestruturação capitalista. A escola expandiu-se paulatinamente para atender às pressões crescentes da demanda de novos moradores ao longo do período. Deixou de ser uma escola isolada, em bairro rural, e ganhou *status* de escola básica em bairro urbano.

## **1.2. A periodização**

A delimitação do período pesquisado começou em 1935, indo até o primeiro semestre de 1992. O seu marco inicial foi definido em virtude da leitura de um relatório do Prefeito Mauro Ramos,<sup>6</sup> no qual a Escola Beatriz, dada como pertencente ao Município de Florianópolis, foi citada pela primeira vez. Contudo, na correspondência do Inspetor José Duarte de Magalhães, em 1917, há referência à existência de uma escola masculina no bairro,<sup>7</sup> porém não encontramos evidências de que a escola citada pelo inspetor fosse, de fato, a ancestral da Escola Beatriz.

O seu marco final foi definido em função da edição do Plano Collor em 1990, que promoveu reajustes nas mensalidades das escolas particulares, fazendo com que as classes médias se deslocassem para as escolas públicas. Nesse mesmo ano, funcionários, pais e alunos escolhiam, por eleição direta, a direção da escola. Com esses elementos delimitamos o último período da pesquisa, primeiro semestre de 1992, visto que se encerraram os dois anos da gestão eleita em 90 simultaneamente à presença dos pais da ELETROSUL e UFSC naquela escola.

## **1.3. Os procedimentos**

---

<sup>6</sup> FLORIANÓPOLIS. **Relatório do Prefeito Mauro Ramos. Exercício de 1939.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1940. p.64. (ASPLAN-SME).

<sup>7</sup> SANTA CATARINA. **Relatório dos trabalhos de inspeção do Município da Capital, apresentado pelo Inspetor Escolar José Duarte de Magalhães, ao Diretor da Instrução Pública, em 31 de março de 1917.** Florianópolis: 1917. p.27. (APESC).

O primeiro contato que tivemos com o objeto de pesquisa foi por meio de trabalhos acadêmicos realizados sobre a Escola Beatriz e o bairro Pantanal. Principalmente na área de Serviço Social, foram vários os Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC realizados sobre a escola, além de dissertações, relatórios e monografias de outras áreas. Esse material favoreceu-nos uma primeira abordagem ao mesmo tempo em que evidenciou a necessidade de busca de fontes de outra natureza.

O segundo contato tivemos a partir do acesso a fontes documentais encontradas, em grande quantidade, na Secretaria da Escola Beatriz. Também tivemos acesso a outros documentos importantes que agrupamos da seguinte forma: pasta ELETROSUL, pasta ITESC, pasta TV Barriga Verde, pasta APP, pasta CCPAN, pasta Entrevistas, pasta Beatriz e pasta Secretaria de Educação. Nelas estavam contidos jornais, boletins, decretos, relatórios, cartas, ofícios, minutas, atas e diários de classe. A leitura e análise do material documental coligido possibilitou-nos identificar as relações entre a escola, o bairro e a cidade e o modo particular de suas inserções no processo capitalista.

Finalmente, procurando entender como foram tecidas as relações no interior da Escola Beatriz, realizamos uma série de entrevistas, que cobriram todo o período, utilizando como critérios: ter sido diretor da escola; ser pai ou mãe de aluno; ser professor ou ser aluno. Tomamos depoimentos de chefes de departamentos do órgão central, que atuaram entre 1988 e 1992, e de funcionários da ELETROSUL diretamente atingidos pela política de privatização do governo Collor. Embora não realizadas por nós, outras entrevistas foram fundamentais para a consecução da investigação.<sup>8</sup> Por meio delas percebemos como os entrevistados narravam a constituição da Escola

---

<sup>8</sup> Referimo-nos às entrevistas realizadas por TESSEROLLI (1992), FLORES (1991) e DALLABRIDA (1989).

Beatriz, e confrontamos alguns depoimentos entre si e com as fontes oficiais. Com autorização de todos, mantivemos suas identidades.

No processo de elaboração deste texto, fascinados com a documentação oficial, fomos tentados várias vezes a realizar um estudo sobre a constituição da Rede Municipal de Ensino, tal era a correlação existente, evidenciada nas fontes, entre a Escola Beatriz e o desenvolvimento da Rede em Florianópolis. Porém, o projeto inicial foi mantido, posto que as questões universais estavam subjacentes às questões particulares.

A documentação acima referida foi encontrada nos arquivos: Público do Estado de Santa Catarina, da Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis e da Câmara Municipal de Florianópolis; nas Secretarias da Escola Básica Beatriz e do ITESC. Parte das fontes foi encontrada nas bibliotecas da ELETROSUL, Pública do Estado de Santa Catarina e do Centro Social do Pantanal.

#### **1.4. A organização deste texto**

A primeira parte deste trabalho - **Introdução** - expõe brevemente o percurso metodológico utilizado assim como pretende localizar o âmbito em se propôs a investigação.

No primeiro capítulo - **1935 a 1963 - de escola isolada a escola desdobrada** - tratamos do processo de constituição do bairro e da escola isolada do Pantanal e de como se configuraram à medida em que a cidade foi se expandindo.

No segundo - **1963 a 1990 - de grupo escolar a escola básica** - trabalhamos com as políticas de urbanização implementadas em Florianópolis nas décadas de 60, 70

e 80 e como provocaram a instalação, no bairro, de instituições como a ELETROSUL, UFSC, CCPAN, ITESC e TV Barriga Verde. Tais instalações trouxeram consigo um adensamento populacional e a substituição do Grupo Escolar pela Escola Básica.

No terceiro capítulo - **1990 a 1992 - escola básica Beatriz: uma escola pública de qualidade?** - trabalhamos com as repercussões, no cotidiano desta escola, das injunções do Plano Collor, cuja consequência mais imediata foi a entrada de um número significativo de alunos egressos de escolas particulares.

Na última parte - **Considerações finais** - tecemos algumas considerações sobre o processo de transformação da Escola Isolada do Sertão do Pantanal em Escola Básica Municipal Professora Beatriz de Souza Brito.

## 2. DE ESCOLA ISOLADA A GRUPO ESCOLAR: 1935 A 1963

### 2.1. A configuração do bairro Pantanal

Segundo DALLABRIDA (1989, s/p), até o século passado o panorama social de Florianópolis foi mais rural e seu perímetro urbano não tinha uma definição nítida. Ao longo do século XIX, foram fundados alguns povoados constituídos por açorianos e madeirenses que, aos poucos, saíram de seus núcleos, iniciando outros. E assim se construíram os primeiros bairros. Um deles foi o bairro do Pantanal, composto, em fins do século XIX, de famílias pobres em sua maioria, muitos descendentes de açorianos e alguns negros, que vieram em busca de terras melhores para suas lavouras. Neste século o quadro social se alterou, podendo ser observado um adensamento urbano e a consagração de hábitos e práticas mais cidadinas. Em 1900, Várzea publicou *Santa Catarina - A Ilha*, em que descreve o bairro:

O Pantanal é um arraial muito inferior em população e construções ao arraial do Saco, e acha-se situado à falda de uns cerros ao sul, de que é padrao Morro do Rio Tavares, tendo em frente, pelo norte, o vale formado entre os altos da Carvoeira e os daquele monte.

Os sítios que contém são em geral terras de cultura, com simples mas risonhas casinhas rústicas e engenhos primitivos, uns feitos de alvenaria, muitos só de pau-a-pique barreado, cobertos de telha ou palha, em meio aos lençóis verde-escuro da rama da mandioca, as espadanas verde-claro dos canaviais que ondulam ao vento como uma floresta de alfanges, ou entre cafeeiros tufados e pomares de altas frentes, onde sobressaem a laranjeira, o pessegueiro, a ameixeira e a fruta-de-conde.

O nome Pantanal vem-lhe talvez desse vale onde serpeia o riacho dos Limões que deságua à praia do Saco, vale em cujo terreno são frequentes os banhados, mas que é de um pitoresco impressionista pela linha rasa dos campos e no pendor das espaldas, ondulando em tonalidades sem fim de verdura a uma e outra margem da estrada, atravessada de pontes em seu leito arenoso e largo.

Essa estrada, que descreve uma admirável curva de mais de três quilômetros de extensão, sempre orlada de altas cercas de espinheiros, interrompidas, cá e lá, por alguns pequenos trechos roçados ou renques de bastas árvores seculares, que o machado do lavrador poupava não se sabe porque benéfica singularidade - vai terminar no vasto largo da Santíssima Trindade, quase em frente ao sítio de onde parte a magnífica estrada que daí conduz a cidade pelas Carreiras e pela Pedra Grande. (VÁRZEA, 1989, p.86).

Para TESSEROLLI (1992, p.12) o Pantanal foi chamado de "arraial" para caracterizá-lo como lugarejo rural e distante do núcleo urbano de Florianópolis, até então centralizado em torno da praça XV de Novembro. Ali existiam muitas chácaras, nas quais se cultivava milho, mandioca, café, laranja, banana e outros produtos para a subsistência. Muitos desses produtos eram vendidos pelos moradores na praia do mercado público, para comprar carne e peixe, alimentos consumidos geralmente nos finais de semana.

TESSEROLLI (1992, p.12) descreve o Pantanal dessa época como local essencialmente agrícola, onde as pequenas propriedades produtivas predominavam. Meninas e meninos passavam o dia a brincar. Os meninos brincavam de ferra-do-boi, de plantar, pegar, de coisas relativas à construção social masculina. As meninas brincavam de cozinhar, boneca, apanhavam frutas, enfim, reproduziam o trabalho das mulheres adultas. Homens e mulheres encontravam-se em bailes, festas - na maior parte religiosas - e brincadeiras.

As casas eram rústicas e enfumaçadas, já que a iluminação era a querosene, luz de pomboca<sup>9</sup> ou lampião. Somente a partir da década de 30, por meio do clube Corinthians<sup>10</sup>, foi instalada a luz elétrica, mas apenas em algumas casas mais ricas. Com essa benfeitoria, surgiu o primeiro “gramofone e o rádio do moço Altino, que reunia as pessoas tanto para escutar músicas como para saber das novidades que aconteciam no país e fora dele.”<sup>11</sup>

Em sua entrevista ASSIS informou “que quando veio o primeiro rádio para o Pantanal, na venda do Virgínio foi uma festa, com um estabilizador, pois a luz era fraca, com direito a fogos e as pessoas iam ouvir as notícias da guerra ali. Isto era por volta de 1944.”<sup>12</sup> Nesta época, a estrada central do bairro era estreita e precária, própria para o transporte a pé, a cavalo, de carroça ou carreta, cabendo aos moradores roçar a estrada em frente às casas. Segundo depoimento coligido por DALLABRIDA (1989, s/p), “a presença da prefeitura nesta época era inexistente no bairro.”

---

<sup>9</sup> Espécie de lampião feito com metal, deixando um pavio para fora. Dentro do recipiente era colocado o querosene ou álcool.

<sup>10</sup> “O clube Atlético Corinthians do Pantanal nasceu quando Carlos Braga, padeiro, torcedor do time de futebol Corinthians, chegou de São Paulo e foi trabalhar no bairro. Inicialmente, a sede do clube era iluminada com luz de lampião e havia sido construída em uma casa de madeira, de sua propriedade, onde hoje está localizado o Condomínio Raquel, na rua Deputado Antônio Edu Vieira. Antes do Clube Corinthians, os moradores do bairro Pantanal dançavam nas casas de vizinhos. Um outro objetivo do Clube, além de promover bailes, era o esporte. Sobre isso, podemos observar a entrevista de Alcina: “eles iam jogar fora, lá pra São Miguel, Biguaçu. Nós íamos junto, de caminhão, porque não tinha ônibus. Esses caminhões abertos. Era tudo moço, uns eram namorados.” (**Entrevista concedida a Míriam Tesserolli**. Florianópolis, 1992. p.30). O Clube aglutinava pessoas de outros bairros para se divertirem: “Vinha gente até do Itacorubi, vinha gente dançá aqui, moças, senhoras, tudo, traziam as filhas. Naquela época, não tinha ônibus, quase não tinha ônibus, era lá uma vez ou outra que aparecia ônibus. Elas vinham de carro próprio, vinham de pé.” (ALCINA. **Entrevista concedida a Míriam Tesserolli**. Florianópolis, 1992. p.25). Através do Clube, a luz elétrica foi introduzida no bairro do Pantanal. Alguns anos após, foi doado pelo Governador Aderbal Ramos da Silva o terreno onde está localizado atualmente. Aglutinar os moradores do bairro, e ser um local de convivência foram funções alteradas a partir da década de setenta com a criação do Centro Comunitário do Pantanal. Apesar de contar com um local privilegiado, no centro do bairro, o Clube Corinthians foi preterido em relação ao CCPAN. Diz-se, hoje, no bairro que aquele Clube não é local para pessoas “boas” frequentarem. Porém para boa parcela dos moradores do bairro é naquele espaço que procuram se divertir.”

<sup>11</sup> ASSIS, J. M. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>12</sup> Op.cit.

Em sua pesquisa DALLABRIDA (1989, s/p) informou que as mulheres, além dos afazeres domésticos, faziam renda, arminho, crivo - bordado no tecido - e outros artigos artesanais, trabalhavam em serviços leves na lavoura, como a colheita do café, e lavavam roupas para clientes da cidade. Podia-se presenciar as lavadeiras do Pantanal ao longo do riacho do seu Gentil e principalmente na Cachoeira da Ribeira, com suas gamelas de roupas, assediadas muitas vezes pelos animais que pastavam na beira dos riachos.

VEIGA, citando um excerto da obra de Osvaldo Rodrigues Cabral, narrou uma parte do cotidiano das lavadeiras da cidade de Florianópolis, no início do século, que não devia destoar muito do que devia ter sido o cotidiano das lavadeiras do Pantanal.

Relatou o autor:

Lá um dia, entre as lavadeiras, brancas e pretas, estalava a dor de canelas ou o desentendimento surgia de um imprevisto qualquer. Cessavam as cantorias e começava a discussão que, não raro se generalizava. Tiravam-se satisfações. Faziam-se acareações para tirar a limpo o diz-que-diz-que. Marcavam-se encontros para o desforço. Chamava-se nome de mãe. Punham-se chifres em pais, maridos ou companheiros. Autênticos, reais ou imaginários - mas, em todo caso enfeite por todos recusado, na base do muque. Ao meio do blá-blá-blá, o calão brotava da boca de todo o mulherio. Discutia-se. Gritava-se. Nomes cabeludos. Indecências. Impropérios. Pornéia.

Então chegavam os homens, cabras machos, para entrar no barulho. Gente mais pacata, que chegava para assistir, ia arrumando a trouxa e dando o fora. (1993, p.109-110).

No bairro, segundo DALLABRIDA (1989, s/p) também se criavam animais, principalmente o gado, galinhas e marrecos. Boa parte do leite produzido era comercializado na cidade, nos bares e hotéis e, mais tarde, na usina de leite localizada na Rua Esteves Júnior. A carne, abatida em casa, era pesada em grandes partes e amarrada em folhas de bananeira para ser vendida. Nos dias de semana, costumava-se



comer carne seca ou peixe com “pirão d’água escaldado.” Os vendedores de peixe percorriam a estrada central do Pantanal e ao som de uma buzina alertavam os interessados em comprá-lo. O Pantanal não possuía armazém, mas, nos idos de 1940, havia três vendinhas e o matadouro do Seu Pedro Vidal. A matança dos bois era geralmente aos sábados e sempre a precedia uma farra do boi. Este era, juntamente com o boi-de-mamão e o Clube Corinthians, um dos divertimentos preferidos no bairro.

Em sua entrevista, RAMOS, antiga moradora do bairro e atual secretária da escola Beatriz, revelou que a família Vidal “vendia carne em casa no Pantanal, possuía muitos bois, e eram considerados pelos moradores do bairro como uma família muito rica. Também eram dos Vidal os bois que serviam para a farra.”<sup>13</sup>

No cotidiano das atividades agrícolas e domésticas dos colonizadores açorianos, o gado servia para o transporte, tração e alimentação. Para LACERDA (1994, p.24) uma família que tivesse uma parelha de bois podia se considerar abonada. A figura do boi no bairro era quase mitológica. Isso se devia ao fato de os moradores terem sido criados em meio aos bois, soltos entre chácaras e pastos, motivo pelo qual a maioria das pessoas “brincava” com eles, evidenciando um caráter de intimidade com os animais, como atesta dona Francisca: “isso em tempo quando eles soltava um boi era um desatino, quando soltavam no Pantanal. Ah, farra do boi... quem dera... todo mundo corria. A minha mãe gostava muito de farra do boi, o meu pai gostava de farra do boi, todo mundo gostava de farra do boi.”<sup>14</sup> Adquirido mediante uma “colheitazinha” ou “vaquinha” entre os farristas, o boi era trazido pelos homens a cavalo, o que motivava a grande maioria dos moradores que participavam da farra: homens, mulheres e crianças.

---

<sup>13</sup> RAMOS, N. A. M. **Entrevista**. Florianópolis, 1995.

<sup>14</sup> FRANCISCA. **Entrevista concedida a Norberto Dallabrida**. Florianópolis, 1989, s/p.

Às vezes um dos farristas pagava mais e ficava com o boi para matar e comercializar a carne. A qualquer hora o boi era solto: “se chegar um boi às duas horas da manhã ou às três, que não tem ninguém por aqui, que tem menos gente, vem o carro fonfonando lá do alto do morro, acorda todo mundo. Quem gosta de boi, vai pra rua.”<sup>15</sup>

Até os dias de hoje a relação dos moradores com o boi não foi alterada. O boi é de todos e de ninguém, isto é, de posse coletiva. A "raça" e a "rapaziada" traduziam o ser coletivo, que fazia a farra. Essa coletividade também se manifesta quando contrariada. Houve casos em que, numa batida policial, um dos farristas acabou sendo preso e todos os outros foram junto, alegando que o boi não era daquela pessoa e sim de todos, da “raça”. (DALLABRIDA, 1989, s/p).

## **2.2. De Escola Isolada a Escola Desdobrada**

Na parte mais alta de um dos morros do Pantanal, em uma região afastada da estrada principal e limítrofe com o bairro Córrego Grande, estava localizado o Sertão do Pantanal, considerado pelos residentes no bairro como região essencialmente agrícola. Na primeira metade do nosso século, nela funcionavam, segundo DALLABRIDA (1989, s/p), alguns engenhos de farinha de mandioca e açúcar, e seus moradores, como os da parte baixa, vendiam produtos agropastoris na praia do Mercado Público, no centro de Florianópolis, local de comércio mais intenso, que recebia vendedores de todo o interior da Ilha de Santa Catarina. Nesse local, o Inspetor José Duarte de Magalhães realizou, no dia 29 de março de 1917, uma visita à escola masculina do Pantanal, registrada em parte do relatório que transcrevemos a seguir:

---

<sup>15</sup> CATARINA. **Entrevista concedida a Bernadete Ramos Flores**. São Paulo, 1991. p.219.

Professor: Agrícola Guimarães

Categoria: Normalista

Vencimento: 144\$000

Aluguel: 6000 mensais

Matrícula: 32 alunos no dia da visita

Mobiliário existente: 3 classes,<sup>16</sup> uma mesa, uma cadeira, um quadro negro, dois mapas, sendo um do Brasil e outro do Estado. Estão em falta na escola uma classe e uma cadeira

Arquivo - bem organizado

Horários - são cumpridos regularmente

Escrituração: em ordem

Nota: Esta escola está bem localizada e instalada. Ordenando ao professor que desenvolvesse o horário e programas a minha vista, o fez com o melhor gosto, apresentando sensíveis progressos, relativamente ao ensino, desde a minha visita a sua escola, em outubro do ano passado, quando dirigia a escola masculina da Trindade, que é mista, a cargo da professora Normalista, D. Maria Luiza da Silva. Deste fato, se conhece o quanto influem para o desenvolvimento da instrução as constantes visitas dos inspetores às escolas públicas. Submetendo os alunos do 3º ano Srs. Francisco Marcos Vieira e José Jeronymo de Mello a um exame de leitura, análise gramatical [...] geografia do Estado (limites) municípios e cidades principais notei aprofundamento. Os cantos nacionais são exercidos regularmente.<sup>17</sup>

Esse relatório demonstrou que, na segunda década de nosso século, o bairro abrigou uma escola masculina. Porém, não foi possível concluir pela leitura de outros documentos da época que essa seria a ancestral da escola isolada do Sertão. Esta avaliação devia-se ao fato de que, até os idos de 1930, a diferença jurídica em termos educacionais entre Estado e Município era bastante tênue ou inexistente. Essa distinção

---

<sup>16</sup> Nome também utilizado para designar a carteira escolar, na época banco de madeira colado a uma escrivaninha que comportava três alunos.

<sup>17</sup> SANTA CATARINA. **Relatório dos trabalhos de inspeção do Município da Capital, apresentado pelo Inspetor Escolar José Duarte de Magalhães ao Diretor da Instrução Pública, em 31 de março de 1917.** Florianópolis: 1917. p.27. (APESC).

se apresentou de modo mais definido a partir da 2ª metade da década de 40, com as mudanças da Constituição de 1946. Por outro lado, os documentos coligidos não permitiram afirmar que esta foi a primeira escola daquele bairro. É provável que essa escola tenha se tornado a escola mista<sup>18</sup> do Pantanal, que o relatório do Prefeito Mauro Ramos citou em 1935 como a Escola Municipal do Sertão - Distrito<sup>19</sup> da Trindade, como pertencente ao município de Florianópolis.<sup>20</sup>

A Escola do Sertão do Pantanal ficava em uma região distante do núcleo central do bairro, localizada na parte alta e seca, de acesso difícil e sem qualquer calçamento, num morro íngreme. Além disso, a família Vidal deixava seus bois soltos no caminho, para que pudessem alimentar-se. Esse procedimento provocava uma série de “dificuldades” aos alunos que se dirigiam à escola, única do bairro. As crianças que moravam na parte baixa, ou na “rua geral” e adjacências, tinham que subir os morros e por vezes enfrentar obstáculos no caminho, como bois e cachorros, para chegar até ela. Segundo RAMOS,

Era uma festa. Nós saíamos da escola ao meio-dia, e para chegar até em casa demorávamos uns 45 minutos. Vários dias os bois do seu Vidal estavam no caminho, tínhamos que dar a volta pelo bairro Córrego Grande (bairro contíguo) e chegávamos em casa lá pelas duas horas da tarde.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> As escolas na época eram divididas em: masculinas, femininas e mistas.

<sup>19</sup> No processo de urbanização do bairro e da cidade, o perímetro urbano de Florianópolis foi ampliado a partir de 1955 e o Pantanal foi incluído no distrito sede.

<sup>20</sup> FLORIANÓPOLIS. **Relatório do Prefeito Mauro Ramos. Exercício de 1939.** Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis: 1940. p.64. (APESC).

<sup>21</sup> RAMOS, N. A. M. **Entrevista.** Florianópolis, 1995.

Muitos outros alunos também dirigiam-se à escola acompanhados de Dona Coló, professora complementarista,<sup>22</sup> que residia ao lado do Armazém Vieira, no bairro vizinho do Saco dos Limões. O nome de Dona Coló apareceu no relatório do Prefeito Mauro Ramos em 1935. Dizia o documento: “Professora Clotildes Bernardes - Categoria Profissional Complementarista - matrícula de 22 alunos e 8 alunas no início do ano. Chegando ao final do ano com 19 alunos e 7 alunas e com frequência de 75%.”<sup>23</sup> Nas escolas municipais, até essa época, os docentes eram complementaristas ou normalistas, só podendo preencher vagas aqueles que tivessem feito exame para professor provisório, conforme determinava a lei.<sup>24</sup>

A casa-escola era de madeira, sem pintura e rapidamente adquiria a cor da terra. O lugar não possuía calçamento, raro na cidade até então. Nesse local bucólico, rodeado de árvores frutíferas e sob os cuidados de Dona Coló, os alunos do Pantanal estudavam divididos em duas turmas: matutino e vespertino.

BERNARDES, em sua entrevista, relatou que na sala de aula vários jogos de carteira compunham o cenário, umas coladas às outras, onde os alunos sentavam-se aos pares e ali assistiam às aulas, divididos em quatro séries. Como o local era cercado de verde e espaço, as crianças brincavam nos arredores da escola, sem muita preocupação, mas sempre sob os olhos de Dona Coló.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> “Categoria profissional relativa ao docente que havia frequentado quatro anos de escola primária e mais três anos de escola complementar. Segundo FIORI, sua função era preparar professores para atuarem nas zonas rurais. Com a reforma de 1946, os Cursos Complementares, oriundos da Reforma Trindade, foram transformados em Cursos Normais Regionais.” (1991, p.122).

<sup>23</sup> FLORIANÓPOLIS. **Relatório do Prefeito Mauro Ramos. Exercício de 1939.** Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis: 1940. p.34. (APESC).

<sup>24</sup> Op. cit. p.8.

<sup>25</sup> BERNARDES, V. **Entrevista.** Florianópolis. 1995.

A escola do Sertão fazia parte da categoria escola isolada onde um só professor ensinava, no mesmo horário e na mesma sala de aula, a alunos com diferentes níveis de adiantamento escolar e de escolarização. Após concluírem o quarto ano primário, as crianças dirigiam-se a bairros vizinhos para continuarem os estudos, mas muitos encerravam aí o seu período de escolaridade.

Muitas escolas nessa época funcionavam em casas alugadas. No relatório de 1939 constavam despesas com aluguéis de prédios escolares, subvenção às escolas normais primárias do município, subvenção às escolas para adultos, material escolar e assistência a alunos necessitados.<sup>26</sup> Era comum esse aluguel e também não era nova esta prática. Na correspondência do diretor da Instrução Pública Estadual em 1890, ficou claro: “Declaro-vos para os devidos fins comunique cientes que o inspetor público tem direito ao recebimento de aluguel de casa.”<sup>27</sup> Essas casas ficavam sob a guarda do professor e do inspetor, que seguidamente visitava as escolas.<sup>28</sup> Como tantas outras, a escola do Sertão do Pantanal funcionava como escola isolada numa casa alugada.

Em seu depoimento, DUARTE relatou que ao final do ano letivo, para se obter a aprovação dos alunos, o Inspetor Escolar visitava as escolas e inspecionava os conteúdos ministrados, verificava se o programa havia sido cumprido e emitia parecer. Um professor de outra escola poderia realizar esse serviço no lugar dos inspetores, pois em muitos casos os mesmos eram semi-analfabetos.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> FLORIANÓPOLIS. **Relatório do Prefeito Mauro Ramos. Exercício de 1939.** Imprensa Oficial do Estado, Florianópolis: 1940. p.64. (APESC).

<sup>27</sup> SANTA CATARINA. **Correspondência do Diretor da Instrução Pública de 7 de abril de 1890.** Florianópolis: 1890. (APESC)

<sup>28</sup> cf. SCHMIDT, L. **A Constituição da Rede Pública de Ensino Elementar em Santa Catarina: 1830 - 1859.** Florianópolis, 1996.

<sup>29</sup> DUARTE, M. da G. **Entrevista.** Florianópolis, 1996.

Nesse parecer podia-se verificar a presença do Estado dentro da escola como regulador das atividades docentes. Foi através dele também que percebemos a eficácia deste tipo de fiscalização empregada durante muito tempo pelos órgãos da educação, seja na esfera municipal ou estadual.

Segundo TONERA, uma das entrevistadas, na escola do Sertão os alunos estudavam até a quarta série primária, em seguida faziam o exame de admissão, no Grupo Escolar Olívio Amorim, no bairro Trindade, ou no Grupo Escolar Getúlio Vargas, no Saco dos Limões, para ingressarem no curso normal regional ou ginásio. Os alunos que reprovassem faziam na escola o quinto ano, chamado complementar. Ao terminar o curso normal regional, após as formaturas, alguns alunos ingressavam no mercado de trabalho como professores.<sup>30</sup>

SANTOS, em sua entrevista, informou que “tinha formatura com as meninas de branco e os meninos de azul marinho, com patrono e tudo. Com direito a festa igual na universidade hoje.”<sup>31</sup> TONERA relatou que “quando a gente se formava no curso normal regional já tinha 18 e 19 anos. Mas havia os casos de pessoas que formavam muito cedo, para a época, com até 15 anos”. Na década de 50, esses alunos iam fazer os cursos Normal, Clássico ou Científico, que correspondiam ao segundo grau.<sup>32</sup>

Para SANTOS, “a clientela que freqüentava a Escola do Sertão era os moradores do próprio local e alguns outros da parte baixa do bairro. Como lá só tinha até a quarta série, muitos preferiam estudar no Grupo Escolar Olívio Amorim.”<sup>33</sup> Esse

---

<sup>30</sup> TONERA, H. H. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>31</sup> SANTOS, C. M. S. dos. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>32</sup> TONERA, H. H. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>33</sup> SANTOS, C. M. S. dos. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

comportamento, aliado à idade avançada de Dona Coló, provocou a desativação da Escola. Em sua entrevista, DIAS relatou que, no início da década de 50, o número de crianças na parte baixa do bairro do Pantanal era muito grande, o que provocou a criação da primeira casa-escola em um “chalé bem velho, bem antigo, de madeira, e era propriedade de meu avô.”<sup>34</sup> A casa-escola funcionava em três períodos: um das oito às onze, outro das onze às quatorze e o terceiro das quatorze às dezessete horas.

TONERA, aluna egressa da primeira casa-escola, relatou que “Dias pediu para algumas mães tirarem os filhos da Trindade e colocarem nas casas-escola para darem uma força. Em seguida, o número de alunos foi aumentando e desta forma surgiram outras três casas-escola.”<sup>35</sup> Nos documentos da Diretoria de Educação da Prefeitura de Florianópolis, essas casas funcionavam como uma única escola isolada, conforme decreto n° 06, de fevereiro de 1957, do Prefeito Osmar Cunha.

É interessante notar que essas casas-escola não foram transformadas em escolas reunidas<sup>36</sup> em um único prédio e sim em escolas desdobradas. Com o decreto n° 55, de 1° de março de 1958, Osmar Cunha<sup>37</sup> desdobrou<sup>38</sup> algumas escolas que até então eram isoladas. A posição do prefeito de desdobrar esses tipos estabelecimentos de ensino buscava uniformizar as escolas que compunham a Rede Municipal de Ensino.

Muitas vezes, para tornar legal determinada escola, datas foram alteradas e, no caso do Pantanal, isso foi evidente. Ali havia casas-escola funcionando como escolas

---

<sup>34</sup> DIAS, D. **Entrevista**. Florianópolis, 1995.

<sup>35</sup> TONERA, H. H. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>36</sup> “As escolas reunidas surgiram no Estado em 1915, sob o governo de Felipe Schmidt”. (FIORI, 1991, p.95).

<sup>37</sup> Primeiro prefeito eleito de Florianópolis para o período entre 15/11/1954 a 21/01/1959.

<sup>38</sup> Desdobrar significava criar mais escolas tendo como finalidade dividir o número de alunos de uma escola isolada.



isoladas, conforme decreto nº 06, de fevereiro de 1957, do Prefeito Osmar Cunha, porém esse bairro possuía mais de uma escola, segundo afirmaram Dias e Toner. A própria criação da escola isolada foi anterior a essa data. Um ano depois, pelo decreto nº 55 de 1º de março de 1958 desdobrou-se a Escola Isolada do Pantanal. Com esse ato ficou regularizada a situação das casas-escola, que continuaram funcionando nos moldes antigos de escola mista, nas mesmas casas, no período compreendido entre 1957 e 1963.

### **2.3. A expansão da cidade e a implantação da UFSC**

O crescimento da população no bairro Pantanal, na década de 50, teve como um dos focos geradores a busca por acesso aos bens materiais e culturais. Os antigos moradores do Sertão começaram a “descer” para se incorporarem ao mercado de trabalho. Deixaram para trás suas casas, roças, escola e outros bens. Esse movimento era parte do processo das relações de produção que se configuravam no país e na cidade na década de 50. Os moradores do Sertão que exerciam atividades ligadas às necessidades de subsistência não tinham, com sua produção, retorno financeiro. Por isso, muitos foram vender sua força de trabalho no serviço público, como a Fazenda Assis Brasil,<sup>39</sup> hoje Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Para muitos dos

---

<sup>39</sup> A Fazenda Modelo Assis Brasil localizava-se no bairro da Trindade, também conhecida como posto do governo. O local, um grande banhado onde se plantava arroz para demonstração, era apropriado também para a criação de galinhas, gado holandês e jérsei, porcos e cavalos de raça. A fazenda estava ligada diretamente à Secretaria de Agricultura do Estado. Seu diretor morava no local, em uma casa onde funciona hoje o Museu Antropológico da UFSC: “Tinha uma casa bonita, de dois pavimentos, que era a casa do diretor do posto. A gente achava que era uma casa bonita e tinha telefone, foi o primeiro telefone que eu vi, foi o dele. Eu me lembro que fui telefonar uma vez, era uma caixa, botava um pedacinho no ouvido, em 1945, eu tinha 15 anos.” (ISOLINA. **Entrevista concedida a Míriam Tesseroli**. Florianópolis, 1992. p.28). Além da Fazenda da Trindade, o governo do Estado possuía, na Capital, uma outra fazenda localizada no bairro da Ressacada, próximo ao atual Aeroporto Hercílio Luz. Muitos

antigos moradores, o que parecia estar em questão era a busca de melhores empregos, embora suas terras ficassem para trás ou fossem vendidas por preços ínfimos, já que a nova configuração do capital que se apresentava, sob a forma de urbanização, não comportava mais o tipo de relação existente até então. Não se viam expulsos delas, mesmo durante o “boom” da especulação imobiliária provocada pela instalação da UFSC e ELETROSUL no bairro.

Os dados coligidos por SUGAI (1994, p.57-58) permitiram perceber que, no processo de urbanização, as camadas populacionais de menor renda, ao longo da segunda metade do século XX, foram obrigadas a ocupar os morros a leste da península da Ilha e, no continente, os morros e áreas mais a oeste. Essas localidades situavam-se na periferia da cidade, fora dos limites urbanos definidos em 1955. Por outro lado, o inverso também foi verdadeiro, tendo ocorrido uma tomada da parte central da cidade pelos setores populacionais de maior renda.

Em pesquisa sobre o tema, VEIGA (1993, p.101) levantou que o valor das terras, dentro e na borda das aglomerações urbanas, aumentou. Compraram-se e retalharam-se glebas, vendendo-se lotes de todo tamanho e forma. Os loteamentos

---

moradores do Sertão do Pantanal ali se empregaram como roceiros, cocheiros e outros. Muito das produções das fazendas, como o leite, era consumido pelo próprio poder Estadual. ASSIS, em sua entrevista afirmou: “levava leite todo dia para o governador, não tinha sábado, domingo e feriado. Podia estar chovendo pedra, pegava meu cavalinho, saía da minha casa com um cavalinho vermelho que tinha nome de Biguaçu, pegava minha galiotazinha de duas rodas, e ia entregar o leite no palácio, para o Secretário, para aquele pessoal de colarinho, e tinha que estar na cidade antes das sete horas. Trabalhei vinte e um anos nesta agonia assim.” (**Entrevista**. Florianópolis, 1996).

Com a doação pelo Governo do Estado da Fazenda Assis Brasil para a implantação da UFSC, os funcionários foram remanejados, ou, quando acontecia aposentadoria, não se colocava nenhum no lugar. Também havia dois aviários que pertenciam à fazenda, um na atual Cidade das abelhas, no bairro do Saco Grande, e outro onde hoje funciona a Prefeitura do Campus da UFSC. Os remanejamentos eram feitos inicialmente para estes lugares e “os critérios eram políticos: quem era do governo, ficava na Trindade, quem não era, foi para a Ressacada. Mas tinha condução. É, meu filho, tinha perseguição.” (ASSIS, J. M. de. **Entrevista**. Florianópolis, 1996). Com a passagem da Fazenda para o Governo Federal, o gado foi comprado pelos fazendeiros da Serra. Muitos dos antigos trabalhadores da Fazenda, seguindo os costumes da época, empregaram seus filhos na nova Instituição - “eu tenho cinco filhos empregados lá” -, sendo comum a afirmação de que a fazenda não ajudou em nada o bairro, mas a Universidade sim. (Op. cit.).

impuseram-se às roças, ao mato, às chácaras e começou a evidenciar-se uma separação entre cidade e campo.

Nos dados levantados por SUGAI, consta que a elite de Florianópolis, composta por políticos e comerciantes, optou por ocupar a parte norte da Ilha pelos seguintes motivos:

1. o crescimento das atividades administrativas, da máquina estatal e de seu funcionalismo, que ocorreu paralelamente à redução do desempenho econômico das atividades portuárias;
2. a ampliação das atividades da construção civil, impulsionada pelo aumento da demanda, pela melhoria do setor energético regional (Usina Termoelétrica de Capivari) e pela mão de obra disponível, recém-chegada e em processo de integração às atividades urbanas;
3. a ampliação do sistema de fornecimento de águas tratadas com a construção da 1ª Adutora de Pilões (1946), solucionando o precário abastecimento d'água na área urbana da Ilha;
4. o início da construção da atual BR-101, que iria concentrar o trânsito de cargas regional na área continental; e
5. o potencial que a ampliação das classes médias urbanas representavam para o desenvolvimento do turismo e o grande interesse que, conseqüentemente, passavam a ter as praias situadas ao norte da Ilha. (1994, p.60-61).

Ao definirem a Ilha como local de moradia, as elites também definiram a área que ocupariam. Assim, a partir da década de cinquenta, algumas ações do Estado, em suas esferas municipal<sup>40</sup> e estadual, reforçaram essa ocupação. Segundo SUGAI,

---

<sup>40</sup> “Em 1952, a Prefeitura Municipal de Florianópolis elaborou o primeiro Plano Diretor, em versão preliminar, sendo a versão final aprovada na Câmara Municipal em 1955 pela lei n° 246/55 de 15 de novembro de 1955. Este Plano contemplava as metas definidas pelos pesquisadores da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina - ONU). As orientações propunham a superação do atraso econômico através do incentivo às atividades industriais, consideradas dinâmicas e modernas.” (SUGAI, 1994, p.63-64). cf. também RIZZO. P. M. B. **Do urbanismo ao Planejamento urbano: Utopia e**

nos projetos do primeiro Plano Diretor, na parte norte da Ilha seriam localizadas as áreas residenciais, que teriam como “requisito indispensável” a existência de diversas áreas verdes internas ao zoneamento. O sistema viário seria ampliado para esta região, onde se propunha ainda a construção de uma avenida Beira-Mar. Obra implantada somente na década de sessenta. O plano autorizava ainda a construção de edificações com gabarito de até oito pavimentos. (1994, p.66).

Tal plano também discutia uma questão polêmica: a localização da futura Cidade Universitária. Os autores do Plano expuseram em seu relatório as diversas áreas que estavam sendo propostas, as suas discordâncias e, ainda, os motivos que os levaram a situá-la no centro da cidade, junto ao Morro da Cruz: “a dimensão da área e a sua possibilidade de expansão através de aterro sobre o mar; a sua boa acessibilidade; e a sua proximidade do centro, do hospital de Caridade e do futuro Estádio Municipal.” (SUGAI, 1994, p.66).

Para SUGAI (1994), no entanto, estava em jogo, além das facilidades que um terreno central poderia trazer para a futura universidade, o que a especulação imobiliária ganharia com isso. Já na década de 50, intensificavam-se os interesses de ocupação da área situada a leste do Morro da Cruz, no então longínquo bairro da Trindade. Havia empenho de setores das elites locais na implantação do Campus Universitário na área da Fazenda Estadual Assis Brasil.<sup>41</sup>

---

Ideologia. Caso Florianópolis - 1950 a 1990. Florianópolis, 1993. Neste trabalho, o pesquisador traça um dos modelos de regulamentação do espaço urbano adotados em Florianópolis, em dois períodos através do estudo de dois planos diretores, o de 1955 e de 1976, ainda em vigor.

<sup>41</sup> “O Estado apropriou-se tanto das áreas públicas como das terras de uso comum dos pequenos produtores, como ocorreu com as terras da Trindade, transformadas, posteriormente, na Fazenda Assis Brasil. Por via direta, o Estado também se apoderou de terras comunais, desenvolvendo nelas fazendas de fomento e orientação à produção do gado leiteiro, com o objetivo de desenvolver a produção leiteira da Ilha. Muitos políticos e famílias tradicionais usavam deste expediente para se apossarem de grandes extensões de terra na Ilha, principalmente na parte norte, como é o caso de Jurerê Internacional.” (CAMPOS, Nazareno José. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, FCC Ed./UFSC).

Em Florianópolis, o ensino superior era ministrado na Faculdade de Direito de Santa Catarina, estabelecimento particular fundado a 11 de fevereiro de 1932 e reconhecido como Instituto Estadual pela lei nº 19, de 30 de novembro de 1935.<sup>42</sup> Seu funcionamento regulava-se pelas leis federais do ensino. (LIMA, 1980, p.66-79).

Em 18 de dezembro de 1960, através da lei nº 3.849, surgia legalmente a Universidade Federal de Santa Catarina, agregando as Faculdades de Direito, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Medicina, Engenharia Química, Mecânica e Metalúrgica. (LIMA, 1980, p.79). Em seguida o governo do Estado, autorizado pela lei nº 2.664, de 20 de janeiro de 1961, doou à União, para incorporação à Universidade, os terrenos da Trindade, onde funcionava a Fazenda Modelo Assis Brasil.<sup>43</sup>

No início, a Universidade permanecia dispersa, com a Reitoria na Faculdade de Direito. Mais tarde, veio a ocupar um imóvel conhecido como Chácara da Molenda, na

---

<sup>42</sup> “Em 1951 tramitava, no Congresso Nacional, projeto de lei da Presidência da República que, depois de sancionado, veio a ser chamado Grande Lei da Federalização das Faculdades de Direito. Foi através deste, após uma série de lutas, que em 19 de dezembro de 1956 o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, POR MEIO da lei nº 3.038, tornou a Faculdade de Direito um estabelecimento Federal (LIMA, 1980, p.47-49). Dentro da Faculdade de Direito de Santa Catarina, surgiu a idéia de Universidade, porém havia um outro grupo que desejava a criação de uma Universidade particular, que posteriormente evoluiria para Estadual. O grupo de Ferreira Lima, no entanto, desejava que esse estabelecimento fosse desde o seu início uma Universidade Federal.” (LIMA, 1980, p.51-52).

O Professor Henrique Fontes, que pertencia ao grupo que desejava uma Universidade Estadual, conseguiu que o governo catarinense baixasse uma lei criando a Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina. Com a aprovação da lei, Henrique Fontes conseguiu também que o governo do Estado lhe entregasse o terreno da então Fazenda Assis Brasil na Trindade, onde pretendia construir o Campus (LIMA, 1980, p.53). O grupo opositor não se deu por vencido e, em uma reunião da Congregação da Faculdade de Direito, decidiu trabalhar pela criação de uma Universidade Federal. Procurou-se o Professor Henrique Fontes para mostrar-lhe a dificuldade que teria o Estado em arcar com as despesas de uma Universidade. Em seguida, esse grupo procurou o então governador Heriberto Hülse para expor a idéia. Este deu carta branca para que se iniciassem as conversas com os parlamentares catarinenses em Brasília, com vistas à aprovação de projeto criando a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (LIMA, 1980, p.54-59).

<sup>43</sup> “Rezava a lei, assinada pelo Governador Heriberto Hülse, no seu artigo 4º: ‘Declaro extinta a fundação Universidade de Santa Catarina, criada pela lei nº 1.362 de 29 de outubro de 1955 e modificada pela lei nº 2.093, de 21 de setembro de 1959.’ No dia 25 de outubro de 1961, João David Ferreira Lima foi empossado como primeiro Reitor, escolhido por seus pares em uma lista tríplex.” (LIMA, 1980, p.81-87).

rua Bocaiúva nº 60. Ferreira Lima não tinha interesse na construção do Campus em terras da Fazenda e, na reunião do Conselho Universitário, expôs os seus motivos:

Embora julgássemos o local bonito, apresentara elementos negativos, dentre os quais, à época, poderiam ser apontados: a bacia hidrográfica de um panelão cercado de morros, que obrigaria a obras de canalização e drenagem bastante caras, com conseqüentes enchentes; terreno alagadiço, que exigiria estaqueamento para as construções muito caro (há prédios de um ou dois pavimentos que exigiram estacas de 25 a 40 metros); a estrada de então, da cidade para a Trindade, era de barro, não havendo quase condução coletiva; serviços de água e luz precários; inexistência de esgoto; local de universidade sediada numa ilha, mas distante do mar e de praias, etc. (LIMA, 1980, p.160).

Para SUGAI (1994, p.73-79) a implantação do Campus da UFSC representava a possibilidade de mudanças na economia e na dinâmica imobiliária da Capital, pois seriam escoados para a cidade e, em especial, para a área do futuro Campus, investimentos federais, o que se comprovou posteriormente. A localização do Campus Universitário na Trindade interferiu, a médio prazo, na expansão da estrutura urbana e representou imensa frente de expansão e investimento para o capital imobiliário.

Em sua pesquisa SUGAI (1994, p.88-89) afirmou que na década de 40 os loteamentos aprovados na Trindade e bairros adjacentes representavam 11% do total da cidade, subindo, na década de 50, para 15%. A decisão de implantar o Campus na Trindade ampliou esse número para 27%. Esses dados permitiram concluir que os debates registrados nos meios universitários, em 1962, não eram simples desentendimentos acadêmicos e administrativos, representavam também disputas vinculadas ao capital imobiliário com relação à localização dos equipamentos e distribuição dos investimentos urbanos.

Para DALLABRIDA (1989, s/p) a instalação da UFSC no Município não foi decepcionante. Seu orçamento em 1962, primeiro ano de movimentação, foi 3,5 vezes superior ao da Prefeitura Municipal de Florianópolis e, até aquele ano, já tinha gerado 267 novos empregos. Os moradores do Pantanal, vizinhos da UFSC, receberam diretamente o seu impacto. Dona Alcina, em entrevista realizada por TESSEROLLI, revelou o que representou para ela e supostamente para os outros moradores a instalação da UFSC:

Era uma tristeza, era um desolamento tamanho, tamanho, que a gente nem sabia o que fazer. Agora o pessoal pega o ônibus, vão pra cidade, nos domingos, pra praia. Pois pra praia nem se falava nisto. Praia só quem ia pra pescar. Hoje todo mundo passeia. Porque foi a Universidade que deu vida. Daí foi aumentando, foi aumentando o Pantanal, a Trindade. A Trindade também era um lugar bem desolado, casas também era uma lá outra cá. Não era como tem agora. Hoje tem movimento até demais.

E acrescentou:

diferente foi a população, o pessoal que já foi aumentando, a gente via muita gente na rua, todo mundo dizia vem a Universidade, agora vai melhorar. Tanta gente que tava desempregada, moços e moças, senhoras hoje, tudo em casa sem trabalhar, aqui nesta rua, aqui pra cima mora uma porção mora uns quatro ou cinco que logo arrumaram serviço, agora vamos trabalhar. Aí deu serviço presse pessoal todo trabalhar. (1992, p.13).

As declarações de Dona Alcina contribuíram como mais um indício para esclarecer a nova conformação do bairro. Como foi possível observar até aqui, os moradores exerciam atividades ligadas à terra e produziam para subsistência. Com o bairro engendrado na dinâmica capitalista, estes foram se adaptando à nova ordem. Ordem expressa nos serviços públicos que eram emergentes. Nessa dinâmica se incluía a escola, que realizava um teste de português e matemática com os interessados e emitia

em seguida um certificado de conclusão da quarta série primária para que os moradores pudessem conseguir os empregos.<sup>44</sup>

Para MARTINS (1985, p.20), durante as décadas de 60 e 70, professores e funcionários da UFSC procuravam terras do bairro para fixarem residência; as chácaras e pastos começaram a ser loteados, sob a cobiça da especulação imobiliária. O Pantanal foi segregado em áreas populares (áreas pobres que não chegavam a ser favelas) e áreas padrão de classe média. As áreas populares se caracterizavam pela construção de pequenas casas, sem terrenos rigidamente separados com servidões para a circulação. As áreas burguesas ostentavam boas construções e jardins e grandes muros e portões, isolando seus moradores do bairro. O Pantanal, de povoado bucólico e pacato, transformou-se, nesse período, em bairro urbano e com funções administrativas e acadêmicas.

---

<sup>44</sup> SANTOS, C. M. S. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.



### **3. DE GRUPO ESCOLAR A ESCOLA BÁSICA: 1963 A 1990**

#### **3.1. Grupo Escolar Municipal Professora Beatriz de Souza Brito**

A configuração diferenciada da cidade e do Pantanal, devido às políticas implementadas na década de 50 e 60, exigiu nova escola, diferente daquela em que a professora ministrava aulas em seu domicílio, cumprindo o papel de docente, dona de casa, merendeira e servente. As casas-escola existentes precisavam adequar-se aos novos tempos, o que ocorreu com a instalação da escola desdobrada. Já no governo municipal de Osvaldo Machado,<sup>45</sup> as quatro casas-escola do bairro foram reunidas em um único lugar, denominado Grupo Escolar Beatriz de Souza Brito. Rezava o decreto:

Considerando que a professora Beatriz de Souza Brito exerceu o magistério nesta Capital durante mais de trinta e cinco anos, e nele se houve uma das mais prestigiosas figuras do ensino no Estado;

Considerando o relevante papel que desempenhou na educação da mocidade florianopolitana;

Considerando que o ensino no município de Florianópolis deve à saudosa e ilustre educadora os mais assinalados serviços;

Decreta: fica denominado Professora Beatriz de Souza Brito, o Grupo Escolar Municipal, na localidade do Pantanal.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Segundo prefeito eleito em Florianópolis para o período entre 15/11/1959 a 30/09/64.

<sup>46</sup> FLORIANÓPOLIS. Decreto n° 198 de 13 de dezembro de 1963. Estabelece que fica denominado Professora Beatriz de Souza Brito o Grupo Escolar Municipal do Pantanal. [s.n.]. 13 de novembro de 1963. (ASPLAN-SME).

E em outro documento, lia-se o seguinte:

Esta professora participou da Cruzada Nacional de Educação (alfabetização de adultos), exerceu o cargo de Diretora do G. E. Silveira de Souza por mais de 20 anos, quando se aposentou, foi sócia fundadora da casa dos professores e do Montepio Público do Estado. Recebeu esta homenagem póstuma do prefeito da época, seu sobrinho.<sup>47</sup>

A transformação da Escola Desdobrada em Grupo Escolar foi permeada por critérios político-partidários, muito influentes nas decisões tomadas no bairro. DIAS esclareceu que “naquele tempo tudo era feito por política” e continuou:

as pessoas eram demitidas por pertencer a este ou aquele partido político. Isto aconteceu no Ribeirão com a Dona Bia. Eu era lotada em Ibirama, mas não quis ir para lá, aí fui designada para o Ribeirão. Na época era governador o Irineu Borhausem, pai do Jorge. Era tudo assim, de ouvido em pé. Quando eles não tiravam nada da gente, eles iam ver de que família a gente pertencia.

Completo dizendo:

O seu Hélio Peixoto me disse, olha Desalda Dias, eu queria muito que criassem uma escola aqui. Não sei se tem o número suficiente de crianças, olha a senhora faz o seguinte: vai de casa em casa, com uma relação, pega assim o nome de todas crianças, se for um número bom, ou menos bom, qualquer um número, seja suficiente para criar a escola, a senhora vai ser a professora fundadora da escola. Aí terminou a semana, a gente só vinha semana a semana porque não tinha ônibus, aí a gente andava na ruas e pegava o nome das crianças no domingo.<sup>48</sup>

É interessante observar o depoimento de Dias e perceber a contradição com o que existia. Havia quatro casas-escola na comunidade e cada uma possuía uma série,

---

<sup>47</sup> FLORIANÓPOLIS. Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação. Florianópolis, folha solta. (ASPLAN-SME).

<sup>48</sup> DIAS, D. **Entrevista**. Florianópolis, 1995.

então por que era necessário todo esse trabalho de campo? O número de crianças das quatro escolas existentes no bairro já seria suficiente para a criação do Grupo Escolar.

Por outro lado, podemos intuir que era interessante para os políticos da época que moravam ou trabalhavam no bairro:

- que na nova configuração do mesmo era importante terem pessoas de confiança em locais-chave. A escola era um destes;

- criarem uma situação onde mostrasse que foi a mobilização dos moradores que viabilizou este ou aquele benefício.

Quanto a isto, SANTOS avaliou que:

o bairro do Pantanal era muito pedessista [sic], em uma referência ao PSD, e que o seu Gentil era o cabo eleitoral local com muita liderança. Um grupo de moradores teve a idéia da criação do Grupo Escolar e foram apoiados pelo seu Gentil. Como iam ser realizadas novas eleições municipais,<sup>49</sup> recorreram ao Osvaldo Machado que pertencia ao PSD.<sup>50</sup>

SANTOS concluiu afirmando “que esse fato teve muita influência na construção da escola, porque eles [os políticos da época] lutavam muito pela comunidade.”<sup>51</sup>

Após sua conclusão, em 1963, o Grupo Escolar Beatriz, funcionou com quatro salas de aula, cozinha, sala de direção, banheiros e um pátio coberto. O primeiro diretor foi Pedro Paulo Santos, que já atuava no bairro como responsável por uma das casas-escola.

---

<sup>49</sup> Era prefeito Dib Cherem, que ocupou o cargo interinamente para o período entre 22/01/1959 a 14/11/1959 concluindo o mandato de Osmar Cunha. Nas eleições realizadas foi eleito Osvaldo Machado, que ficou no cargo um ano e meio, sendo substituído por Waldemar Vieira, prefeito substituto de 08/04/1961 a 30/09/1962.

<sup>50</sup> SANTOS, C. M. S. dos. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>51</sup> Op. cit.

O Grupo Escolar Beatriz de Souza Brito ainda teve como diretores(as) Nadir Martins, Silvia dos Passos Pinheiro, Selço de Mattos e Catarina Maria Silveira dos Santos sucessivamente, tendo a última permanecido no cargo de 1970 a 1988.<sup>52</sup>

A nomeação para a direção da escola cabia ao Prefeito que fazia a escolha, segundo TONERA e SANTOS, utilizando os seguintes critérios: o professor mais antigo na Rede Municipal, mais dedicado e com tempo disponível. MATTOS acrescentou outros critérios como: os títulos de graduação escolar e o interesse que as pessoas podiam mostrar pelo cargo.<sup>53</sup> Contudo, tais critérios nem sempre funcionaram. Foi o caso, por exemplo, de Mattos que, ao assumir a direção do Grupo Escolar Beatriz, havia passado no vestibular na Universidade Federal de Santa Catarina para o curso de História. Sua transferência para o Pantanal deu-se pela necessidade de continuar seus estudos, deixando a direção da escola do Canto da Lagoa, onde era lotado. Sobre isso o próprio MATTOS afirmou: “eu era muito bem quisto na prefeitura, onde a Diretora de Educação era a esposa do Hélio Peixoto. Ela me ajudou a preparar a minha ida para um Grupo Escolar mais próximo da UFSC.”<sup>54</sup>

Em 1965, porém, houve mudanças na Diretoria de Educação, assumindo o cargo Zanzibar Lins, genro do Prefeito, General Paulo Gonçalves Vieira da Rosa. Segundo MATTOS, foi Lins quem se dirigiu à sua casa para dizer-lhe “que sabia que ele era o candidato à direção da escola do Pantanal, mas que ele tinha interesse que permanecesse no cargo Erotides Martins.”<sup>55</sup> Passados alguns meses, Lins foi a uma

---

<sup>52</sup> GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL PROFESSORA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ofício n° 6 de 22 de fevereiro de 1964 do inspetor Alfeu de Espíndola para as professoras do grupo escolar.** Florianópolis 1964. (AEBMBSB).

<sup>53</sup> MATTOS, S. **Entrevista.** Florianópolis, 1997.

<sup>54</sup> Op.cit.

<sup>55</sup> Op. cit.

reunião pedagógica na Escola do Canto da Lagoa e informou aos presentes “que o professor Mattos iria deixá-los. E que não era a Diretoria que queria tirá-lo, mas ele mesmo que queria sair.”<sup>56</sup> Tendo recusado inicialmente o convite Mattos o aceitou alguns meses depois, quando o Diretor de Educação foi mudado.

Os critérios para a escolha da direção das escolas seguiam outros caminhos além dos formalmente colocados. Mattos ocupou a direção do Grupo Escolar Beatriz a partir de 1966 até 1970. Contudo, a disponibilidade de tempo integral para a escola também não foi cumprida pelo diretor. Segundo ele, seu curso de História não o permitia, demonstrando que este tinha regalias no trabalho em relação aos demais funcionários. Exemplo disso foi um acontecimento do dia 31 de março de 1969, citado por TONERA. Dizia a entrevistada: “logo depois da revolução era feriado, de repente não era mais. Depois era ponto facultativo. Aí alguém disse para nós que não era para trabalhar porque era ponto facultativo. E o Selço não estava na escola. Aí a gente não foi.”<sup>57</sup>

Não obstante sua ausência nesse episódio, o diretor do Grupo Escolar enviou ao Inspetor, Alfeu de Espíndola, comunicação administrativa sobre o não-comparecimento ao trabalho de um grupo de professoras que, a seguir, foram chamadas na Diretoria de Educação para explicarem o motivo da falta, sob pena de advertência e suspensão.<sup>58</sup> SANTOS, uma das professoras arroladas no referido documento, afirmou:

---

<sup>56</sup> Op. cit.

<sup>57</sup> TONERA, H. H. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>58</sup> GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL PROFESSORA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ofício n° 2 de 01 de abril de 1969. De Selço de Mattos para o inspetor Espíndola. Comunicação de ordem administrativa, dando conta do não comparecimento de professores ao trabalho no dia 31 de março de 1969**. Florianópolis, 1969. (AEBMBSB).

nós incomodamos um monte. Naquela época a gente era advertida pela mínima coisa. O ensino era levado a sério porque se a gente não fosse assim caprichosa, aventureira (...) A gente fazia coisa do arco da velha. Deixava até de comer, mas compromisso era compromisso.<sup>59</sup>

TONERA confirmou tal declaração, afirmando

que foi dito assim: vocês escutem na Rádio Santa Catarina se vai dar alguma coisa de que vai ser ponto facultativo. Eu escutei o Rodolfo Sulivam dizer que era ponto facultativo. E nós só nos livramos desta porque fomos na rádio pegar o noticiário certo. Ele deu por escrito que tinha noticiado o ponto facultativo.<sup>60</sup>

O controle da Prefeitura Municipal sobre o Grupo Escolar Beatriz foi demonstrado em todas as entrevistas realizadas. Além do inspetor escolar, o próprio Prefeito fazia visitas às escolas. Em um desses momentos, o Prefeito Acácio Garibaldi Santiago afirmou ao diretor do Grupo Escolar, Selço de Mattos, *“que, mesmo sabendo que ele, o diretor, não estava na escola, ele, o prefeito, ficava tranqüilo porque aquela escola não lhe levava problemas para resolver.”*<sup>61</sup> A nomeação de funcionários para o Grupo Escolar Beatriz seguia os caminhos de proximidade com o poder, só que em escala particular: ser morador do bairro e afinado com a direção do estabelecimento de ensino.<sup>62</sup>

Durante a década de 60 os professores e a direção do Grupo Escolar Beatriz participaram das reuniões promovidas pela Prefeitura Municipal através do seu Departamento de Educação. Essas reuniões mensais, no auditório da Rádio Guarujá

---

<sup>59</sup> SANTOS, C. M. S. dos. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>60</sup> TONERA, H. H. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>61</sup> MATTOS, S. de. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>62</sup> Essa prática perdurou até o ano de 1988, quando entraram na escola os últimos auxiliares de serviços gerais.

eram de presença obrigatória, no dia do pagamento, quando as aulas ficavam suspensas. Ali mostrava-se o rendimento dos alunos, trocavam-se experiências e discutiam-se orientações gerais para as necessidades da escola. MATTOS foi durante muitos anos o secretário dessas reuniões e afirmou “*que eram muito importantes porque aproximavam todo o corpo docente da administração, do Secretário, do Prefeito, do Inspetor e de outros diretores.*”<sup>63</sup>

Além de participarem dessas reuniões com outros profissionais da RME, os docentes do Grupo Escolar Beatriz participavam, uma vez por mês, de reuniões com os pais da Associação de Pais e Mestres - APP.<sup>64</sup> Ali se discutiam os problemas pedagógicos e também de estrutura física. Um outro momento dessa participação dava-se na organização de festas, realizadas no clube Corinthians, para angariar fundos para a

---

<sup>63</sup> MATTOS, S. de. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>64</sup> “A partir de 1980, a Prefeitura Municipal de Florianópolis implantou e dinamizou nas escolas da RME as Associações de Pais e Professores - APP embora estas já existissem em algumas escolas. No Grupo Escolar Beatriz a mesma existia desde 1967. Neste período contou a RME com esses grupos associativos assim distribuídos: 1980, 26 unidades; 1981, 27; e 1982, 30. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. **Plano de Educação, 1980-1983**, p.8). Um dos objetivos traçados pela SME para as APPs era a aproximação da comunidade à escola. Para garantir este objetivo sugeria: “Organização de festejos comemorativos cívicos e sociais; aquisição de material didático para as escolas, aquisição de material escolar para os discentes, excursões e passeios educativos, conservação do prédio escolar, organização e conservação de hortas escolares, implantação e manutenção de cantinas escolares; complementação da merenda escolar; palestras educativas, torneios esportivos, colônia de férias, encontro das APPs, edição do informativo APP, boletim trimestral.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Relatório Síntese de 1979-1983**, p.8). Para os técnicos da divisão de ensino, no entanto, a criação das APPs foi importante para romper a defasagem que o sistema educacional brasileiro tinha em relação à participação comunitária. É importante notar que os técnicos da SESAS, que em 1982 eram pedagogos e ingressavam por convite na RME, construíam um discurso sobre participação muito próximo ao dos militares, cujo apelo era o mesmo, a busca do bem comum. Partindo desta premissa, os técnicos da SME trataram de promover vários encontros visando “transformar a escola em centro de integração e desenvolvimento comunitário”. Para isto, no período de 1980 a 1982, várias palestras foram realizadas com os mais variados temas, discutindo a inserção dos pais na escola para resolução de questões administrativas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Relatório Síntese de 1979-1983**, p.9).

escola. Segundo MATTOS, a função da APP era “*dar apoio pedagógico para a escola.*”<sup>65</sup>

É possível perceber que o apoio pedagógico solicitado à APP era mais no sentido de referendar as atitudes da direção do Grupo Escolar nos encaminhamentos pedagógicos e administrativos. SANTOS, por exemplo, afirmou que “*a APP nos ajudou muito em festas e em compra de material para a escola.*”<sup>66</sup> Essa participação também tinha suas recompensas, pois muitas vezes os pais conseguiam matricular seus filhos com a professora que diziam ser a melhor da escola. Nesse sentido, MATTOS declarou que “*existiam professores com séries determinadas. Uma professora, porque queria, somente ministrava aula na 1ª série, outra somente na 4ª série. Aí os pais preferiam esta ou aquela professora.*”<sup>67</sup>

A princípio essa situação poderia ser interessante para a escola, pois os professores teriam mais domínio sobre os conteúdos ministrados em suas séries, porém o que se conclui é que os efetivos tinham preferência por determinadas séries em detrimento de outras, provocando assim a rotatividade de professores substitutos, principalmente nas primeiras séries. Essa posição dos profissionais de 1ª a 4ª série sofreu poucas alterações, mantendo-se até hoje.

### **3.2. Uma moradora do bairro assume a direção**

---

<sup>65</sup> MATTOS, S. de. **Entrevista.** Florianópolis, 1997.

<sup>66</sup> SANTOS, C. M. S. dos. **Entrevista.** Florianópolis, 1997.

<sup>67</sup> MATTOS, S. de. **Entrevista.** Florianópolis, 1997.



Depois de quatro anos na direção do Grupo Escolar Beatriz, Selço de Mattos passou o cargo para Catarina Santos. Vários motivos o levaram a tomar esta decisão. Tendo sido convidado para ministrar aula de Estudos dos Problemas Brasileiros e História na UFSC, seu tempo na escola seria mais reduzido do que o já cumprido. Outro motivo dizia respeito aos demais diretores da Rede Municipal de Educação. A Diretoria de Educação exigia que os diretores de estabelecimento de ensino passassem a maior parte do tempo de trabalho nas escolas. Os diretores(as), nas reuniões promovidas pela Prefeitura, começaram a exigir do Secretário Jaime Carpes que essa determinação fosse para todos, argumentando: “Por que eles precisavam trabalhar em tempo integral se o diretor do Pantanal não cumpre o seu horário?”<sup>68</sup>

Como solução do problema, a Diretoria de Educação propôs a Selço de Mattos o cargo de inspetor escolar com um único expediente e convidou para o seu lugar Catarina Maria Silveira dos Santos, moradora do bairro e professora do Grupo Escolar Beatriz. Esse convite, segundo ela, surgiu em uma das reuniões promovidas pela Prefeitura na Rádio Guarujá e partiu do Secretário Jaime Carpes e da diretora da Diretoria de Educação e Assistência Social - DEAS, Cecília Slovinski. No início, por problemas familiares Santos relutou em aceitar o convite, mas após a visita do Secretário em sua casa aceitou e em 14 de setembro de 1970 foi empossada.

Um ano após, surgiu no Grupo Escolar Osmar Cunha, em 1971, no bairro de Canasvieiras, a primeira turma de 5ª série, dando início ao processo de escolarização obrigatória de 8 anos prevista pela lei 5692/71. Os sete grupos escolares existentes

---

<sup>68</sup> Op. cit.

foram transformados em escolas básicas, em sua maioria no ano de 1975, atendendo a demanda provocada pela edição da Lei.<sup>69</sup>

O Plano de Educação da Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência Social, de 1980, avaliava a escola do Pantanal, indicando que

das sete instalações escolares que existiam em 1972, apenas 03, permanecem como Grupo Escolar em 1975. Destes, dois apresentavam satisfatória utilização, e um demonstrava estar com seu espaço bastante superutilizado, explicado pelo fato de estar localizado num bairro bastante populoso e em ritmo de expansão, o Pantanal - motivado pela instalação da ELETROSUL e de outros equipamentos e pela presença do Campus Universitário.<sup>70</sup>

Chamou a atenção nessa avaliação a presença da ELETROSUL. A sua transferência definitiva para o Pantanal se deu em 1978, porém essa empresa já estava na cidade, como veremos, desde 1974, o que permite concluir que o Estado sabia que tal instituição iria gerar novas demandas assim que seu escritório central estivesse concluído.

Em 1972 o Grupo Escolar Beatriz sofreu sua primeira ampliação com a construção de duas salas de aula. O documento do Ministério da Educação e Cultura - MEC deixou a impressão de que as salas eram de alvenaria, contudo SANTOS afirmou que eram de madeira e foram construídas no espaço destinado à Educação Física. Com a construção dessas salas, o Grupo Escolar perdeu dois espaços importantes: o pátio onde as crianças faziam o recreio e o espaço destinado às aulas de Educação Física, que

---

<sup>69</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação Saúde e Assistência Social. **Relatório de atividades; exercício - 1984**. Florianópolis, dezembro de 1984. (ASPLAN-SME).

<sup>70</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação Saúde e Assistência Social. **Plano de Educação, 1980 - 1983**. Florianópolis, dezembro de 1984. (ASPLAN-SME).

passaram a ser ministradas nas quadras da UFSC. Tal ampliação foi financiada pelo MEC, que considerava o Grupo Escolar escola urbana, seguindo as determinações de seu Plano Diretor.<sup>71</sup>

Como o Grupo Escolar havia sido construído no início de um morro, essas salas de aula ficaram mais elevadas do que o restante do estabelecimento, logo seria necessário construir um muro de contenção para sustentá-las. De fato, o muro já era necessário para proteger a escola das águas das chuvas. SANTOS informou “que quando chovia alagava toda a escola. Nós íamos para a Prefeitura e eles nunca tinham dinheiro, a gente tinha que bater lá todo dia, tinha que implorar pra ganhar alguma coisa.”<sup>72</sup> O trânsito entre a direção escolar e o poder constituído não era o mesmo de que desfrutou a direção anterior, talvez porque esta lhe levasse problemas, porém o muro acabou sendo construído mais tarde, com a ajuda dos moradores do bairro, da APP e da Prefeitura que enviou o material.

De 1972 a 1985, o corpo docente da Escola Beatriz foi composto em sua maioria por professoras normalistas efetivas, substitutos e bolsistas, situação comum na Rede Municipal de Ensino, que durante a década de setenta realizou apenas dois concursos públicos para o magistério, em 1972 e em 1978.<sup>73</sup> Já o número de matrículas no Grupo Escolar Beatriz em 1972 foi de 240 alunos, conforme quadro seguinte.

---

<sup>71</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental Operação Escola, 1979, p.16. (ASPLAN-SME).

<sup>72</sup> SANTOS, C. M. S. dos **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>73</sup> “O Programa Bolsa de Trabalho tinha como objetivo auxiliar o estudante carente de 2º grau e 3º grau, através do Departamento de Serviço Social. A meta prioritária do Programa, além do subsídio, procurava abrir para estes uma visão de responsabilidade junto ao campo de trabalho, assim como:

- desenvolver o estudante para o profissionalismo;
- despertar-lhe para o trabalho;
- propiciar aos mesmos experiências reais e nunca furtar-lhes o seu brilho inexperiencial;

## QUADRO 1

### Número de alunos do Grupo Escolar Beatriz 1972 - 1985

1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
240	350	242	220	210	236	252	203	201	205	187	183	185	189

**Fonte:** Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social, informações básicas, 1978 - 1986.

Examinando o quadro acima, podemos constatar que, devido à ampliação sofrida na escola no ano de 1973, o número de matrículas subiu para 350 alunos, diminuindo significativamente nos anos seguintes, em razão de uma evasão acontecida de 1974<sup>74</sup> a 1985. É possível observar que os mesmos alunos que se matricularam na escola em 1973 abandonaram-na no ano seguinte, voltando o estabelecimento ao mesmo número de alunos. Uma hipótese que pode ser levantada é a de que a necessidade de ampliação do Grupo Escolar não fosse real, utilizando a direção da escola este expediente para conseguir sua mudança de qualificação para escola básica, ou mais duas salas para outras atividades. Sendo assim, não é possível fazer uma leitura destes

---

- prepará-lo para o seu futuro compromisso com o trabalho.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Programa bolsa de trabalho. Relatório Anual 1984.** Florianópolis, 1984).

O número de estudantes de 2º grau no período foi de 118 estagiários, exercendo funções nas mais diversas Secretarias do Município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Relatório de 1980.** Florianópolis, 1980)

<sup>74</sup> “Em 1974, o Setor de Educação da Prefeitura de Florianópolis constituiu-se como Secretaria Municipal de Educação Saúde e Assistência Social - SESAS, sendo Secretário o professor João Aderson Flores. Esta transformação aconteceu três anos após a promulgação da lei 5692/71.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. Departamento de Educação. **Informações básicas, agosto de 1978.** Florianópolis, 1978).

números como se os mesmos representassem fielmente o que aconteceu no grupo Escolar.

Por outro lado, o fato de oferecer apenas as quatro séries iniciais do 1º grau dificultava a manutenção dos alunos naquela escola. Outras explicações foram levantadas no Relatório Síntese de 1979-1983, e no Relatório do Departamento de Educação - PMF/ SESAS, referente ao Plano de Educação.<sup>75</sup> Nesses documentos, a diferença entre a matrícula inicial e a final da RME foi atribuída à falta de interesse dos pais, à distância demasiada entre residência e escola e ao rendimento escolar insuficiente dos alunos. SANTOS informou que no Grupo Escolar este rendimento, manifesto em forma de nota no boletim, era entregue, em reuniões, aos pais, que aproveitavam a ocasião para manifestarem também o desejo de ter uma escola maior no bairro.<sup>76</sup>

No tocante a evasão, SANTOS afirmou que era comum que alguns professores fossem buscar os alunos em casa.

Na nossa época existia muita dedicação, muito amor. Nós ganhávamos mal e porcamente, mas era aquela dedicação. O professor não faltava pela mínima coisa. Precisava ver como iam os professores doentes para a escola, tantos dias eu assumia a classe e mandava os professores embora, com pena, que não tinham condições de trabalhar. Era um professor carente pelos alunos, e hoje a gente não vê mais isto. Hoje eu fico pasma

---

<sup>75</sup> Administração Francisco de Assis Cordeiro, prefeito nomeado para o período de 1979 a 1983.

<sup>76</sup> SANTOS. C. M. S. dos. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

quando eu encontro um professor com cada resposta! Que eu até abandonei a escola. Eu fiquei muito doente na minha saída.<sup>77</sup>

Essa prerrogativa de docente sacerdote perdeu força quando o Grupo Escolar transformou-se em Escola Básica, levando a diretora a incluí-la, como um dos motivos de sua saída.

### **3.3. Escola Básica Municipal Professora Beatriz de Souza Brito**

No final do ano de 1984, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF realizou estudos cujos objetivos eram:

- orientar os novos governos da área conurbada de Florianópolis sobre as necessidades de investimentos no ensino de 1º e 2º grau, no período referente as suas gestões 1983-1986,
- facilitar a capacitação de recursos estaduais e federais para a ampliação da rede escolar e
- integrar o desenvolvimento de setor educacional no conceito espacial de desenvolvimento da área conurbada.<sup>78</sup>

Nesse estudo, os técnicos procuraram descentralizar as vagas oferecidas no centro de Florianópolis procurando fazer com que a demanda dos alunos fosse considerada:

A - no setor da cidade onde se localiza a escola;

---

<sup>77</sup> Op. cit.

<sup>78</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento e urbanismo de Florianópolis. **Programa de Investimentos Urbanos na Área Conurbada de Florianópolis, 1983/1986, ensino de 1º e 2º grau.** Florianópolis: 1983/1986. p.2. (ASPLAN-SME).

B - no setor onde eles residem.

Com este conceito, o Grupo Escolar Beatriz teria a necessidade de construção de mais três salas de aula, que abrigassem, segundo o estudo, 210 discentes. Este estudo do IPUF confirmou a tese da inclusão do Pantanal na dinâmica do processo de urbanização da cidade, para onde deveriam ser escoados recursos para sua modernização.

No ano seguinte, em 1985, foi encaminhado ao Diretor da 1ª Unidade de Coordenação Regional de Ensino - UCRE, José Carlos Cechinel, o processo de expansão do ensino de 1º grau (de 5ª a 8ª série) do Grupo Escolar Beatriz. As justificativas apresentadas foram as seguintes:

- a) A Escola Básica mais próxima que ministra o ensino de 5ª a 8ª série, a Escola Básica Municipal João Alfredo Rohr, que fica distante 4 km, no bairro Córrego Grande, já apresenta um elevado número de alunos;
- b) O prédio recém construído apresenta todas as condições favoráveis para ministrar o ensino de 5ª a 8ª série;
- c) A constante procura de vagas para o ensino de 5ª a 8ª série por parte de alunos da comunidade;
- d) Constantes solicitações das associações de bairro, conselhos comunitários e APP para a ampliação do atendimento.<sup>79</sup>

Após essas justificativas, foi montado o processo de nº 10874/85, no qual constavam: o regimento escolar, as atribuições do diretor, do corpo docente e discente e

---

<sup>79</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Of.g.s: nº 787, de 11 de outubro de 1985. Encaminha solicitação ao Conselho Estadual de Educação para funcionamento gradativo de 5ª a 8ª série na Escola Básica Beatriz de Souza Brito. Secretário Pedro Luiz Schimidt. Florianópolis, 11 de outubro de 1985. (ASPLAN-SME).

a necessidade de criar o centro cívico e a APP.<sup>80</sup> Com a Portaria E 0254/86, o Secretário de Estado da Educação, Nilton Severo da Costa, autorizou o funcionamento gradativo de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série do ensino de 1<sup>o</sup> grau a partir de 1986, no Grupo Escolar Beatriz.

No projeto enviado pela Secretaria Municipal de Educação à Secretaria de Educação do Estado, constava o seguinte plano de implementação, elaborados pelos técnicos da SME:

---

<sup>80</sup> SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Portaria E 0254/86, 11 de abril de 1986. Autoriza o funcionamento gradativo de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série do ensino de 1<sup>o</sup> grau a partir de 1986, no Grupo Escolar Beatriz. Florianópolis 1986. (ASPLAN-SME).



## QUADRO 2

### Plano de implantação da 5ª a 8ª série

Série	1985		1986		1987		1988		1989	
	matut.	vesp.	matut.	vesp.	matut.	vesp.	matut.	vesp.	matut.	vesp.
1ª	60									
2ª		50								
3ª		48								
4ª		31								
5ª			30	30	30	30	30	35	30	35
6ª					30	32	37	40	37	40
7ª					35	35	40	36	40	46
8ª									37	40
Total	60	129	30	30	95	97	107	111	144	151

**Fonte:** Parecer SEE/UNOE/SUEIG/Nº 023/86 ao processo nº 10874/85 da PMF.

Em seguida, o Prefeito Edison Andrino,<sup>81</sup> com o decreto nº 084 de 2 de maio de 1986, transformou em Escola Básica o Grupo Escolar Beatriz. SANTOS afirmou “que esta se deu por um desejo dos moradores do bairro e dos professores do primário.”<sup>82</sup> No início daquele ano, Catarina Santos também conseguiu, junto aos diretores da

<sup>81</sup> Edson Andrino, filiado ao PMDB, foi o primeiro prefeito eleito de Florianópolis após o golpe militar.

<sup>82</sup> SANTOS, C. M. S. dos. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

Secretaria Municipal de Educação, na figura da Chefe do Departamento de Educação, Lorena Teresinha Sostisso, a indicação para permanecer no cargo.”<sup>83</sup>

A transformação do Grupo Escolar Beatriz de Souza Brito em Escola Básica ocorreu no ano de 1986 e teve como um de seus objetivos atender à clientela do bairro Pantanal, dando-lhe oportunidade de continuar os estudos após a 4ª série do 1º grau. Evitava-se, assim, que os alunos interrompessem sua trajetória escolar, já que outras escolas ficavam em bairros distantes. É possível também levantar como hipótese que este aumento na escolarização, de 4 para 8 anos tenha levado em consideração o estudo do Instituto de Planejamento Urbano sobre a área conurbana de Florianópolis. Ali estava-se propondo a ocupação escolar nas localidades em crescente desenvolvimento.

Com a história da transformação dessa escola, constituiu-se a história dos moradores do bairro que, para criá-la, uniram-se à direção e forjaram certidões de nascimento, indicaram nomes falsos e matricularam mortos, conseguindo, junto ao Prefeito Edson Andrino, uma escola básica naquele local. Durante o ano de 1986, a Escola Beatriz funcionou com 54 alunos divididos em duas turmas de 1ª séries, 73 matriculados em duas 2ª séries, 48 em duas 3ª séries, 43 em duas 4ª séries, 56 em três 5ª séries e 18 alunos na 6ª série. Com essa matrícula, o número de alunos, que era de 189 no ano de 1985, passou para 292 no ano seguinte, demonstrando assim a demanda pela escolarização básica.

Como foi possível observar no parágrafo anterior, em 1986 a Escola Beatriz iniciou suas atividades já como escola básica, com 54 alunos nas 1ª séries. Esses alunos das 1ª séries deveriam ser os primeiros a se formar com oito anos de escolarização em

---

<sup>83</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Of.g.s: n°787, de 11 de outubro de 1985. Encaminha solicitação ao Conselho Estadual de Educação para funcionamento gradativo de 5ª a 8ª série na Escola Básica Beatriz de Souza Brito. Secretário Pedro Luiz Schmidt. Florianópolis, 11 de outubro de 1985.(ASPLAN-SME).

1993. No entanto, ao analisarmos as fichas de matrícula e os diários de classe do período, o quadro encontrado foi o seguinte: em fevereiro de 1986 existiam 54 alunos, embora o movimento de matrícula registrasse um total de 66 e, ao final do ano, tivessem ocorrido sete reprovações. Do total de discentes matriculados, 22 evadiram-se antes de concluírem a 4ª série; três evadiram-se entre a 5ª e a 8ª série; 16 solicitaram transferência para outros colégios; dois ainda estavam na escola, um na 4ª série e outro na 7ª série; e quatro alunos se formaram na 8ª série, após nove anos de escolarização.<sup>84</sup>

Já o corpo docente era dividido de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª série. As professoras de 1ª a 4ª série, em sua maioria provenientes do Grupo Escolar, eram efetivas. Já os docentes de 5ª a 8ª série, quase todos recém-saídos de Instituição de Ensino Superior, eram substitutos.<sup>85</sup> As efetivas sentiam-se portadoras de mais direitos, entendendo que os professores de 5ª a 8ª série tinham muitas regalias, como trabalhar três dias na semana e não cumprir, em alguns casos, a carga de quatro horas diárias na escola.<sup>86</sup>

No ano de 1986, a RME contava com três orientadores educacionais para atender 9.237 alunos. Destes, um estava lotado na Escola Beatriz. Também nesse ano foi criado o serviço de supervisão escolar da RME. A Escola Beatriz teve a sua primeira supervisora por concurso de ingresso no ano de 1987.<sup>87</sup>

---

<sup>84</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Relatórios de março a dezembro do movimento mensal de alunos da Escola Básica Beatriz de Souza Brito de 1987 a 1993.** (AEBMBSB).

<sup>85</sup> FLORIANÓPOLIS. Decreto n° 250/86 de 11 novembro de 1986. Estabelece normas para a substituição de professor de 5ª a 8ª série do 1º grau. [s.n]. Florianópolis, 11 novembro de 1986. (ASPLAN-SME).

<sup>86</sup> Os outros dois dias em que os professores de 5ª a 8ª série não compareciam a escola era de hora-atividade. Como os professores de 1ª a 4ª série não podiam fazê-lo recebiam 30% nos seus salários o que correspondia à hora-atividade. Ademais, todos os professores em classe recebiam 10% de regência de classe.

<sup>87</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Ação. Triênio - 86 e 88.** Florianópolis, p.91-121, anexos 10 e 22. (ASPLAN-SME).

Tendo em vista o alto número de não alfabetizados e reprovados na RME de Florianópolis, implantou-se nesse mesmo ano o Projeto Sala de Recursos.<sup>88</sup> Essa experiência teve início em duas escolas da RME, Escola Beatriz e Escola Básica Castelo Branco, na Armação do Pântano do Sul.<sup>89</sup>

Segundo Basso, na Escola Beatriz a sala de recursos<sup>90</sup> era provida com materiais e equipamentos especiais, na qual um professor especial (Pedagogo Especialista em educação especial), denominado reeducador, lotado na escola, auxiliava crianças que apresentassem imaturidade psicomotora, dificuldade de aprendizagem na aquisição de conteúdos, desorganização de pensamento e distúrbio de fala. Tinha como objetivo: “provocar mudanças nos conteúdos, métodos e postura do educador. Rever a visão de que a dificuldade de aprendizagem está na própria criança e coibir a segregação.”<sup>91</sup>

Ao final do ano de 1986 foi realizado um concurso público para provimento de cargos no magistério municipal, com ingresso a 20 de fevereiro de 1987, e 65% dos

---

<sup>88</sup> “A partir de 1993, os reeducadores receberam a denominação de integradores. Essa mudança na nomenclatura correspondeu à mudança no trabalho que passou a ser desenvolvido. Após algumas reuniões de avaliação, os profissionais envolvidos com esse trabalho entenderam que o objetivo de conter a evasão e a repetência não estavam sendo atingidos e, mais, estavam depositando no aluno a culpa por seu fracasso escolar. Além disso, a sala de recursos deveria ser um lugar para os portadores de distúrbios sensoriais, cegueira e surdez, mas o que ocorria, na verdade, é que os encaminhamentos eram de alunos com problemas pedagógicos de aprendizagem. Do total dos casos levantados, 95% eram de crianças bastante pobres. Os deficientes sensoriais eram encaminhados para os institutos afins. (BASSO, I. M. **Entrevista**. Florianópolis, 1997).

Com o redimensionamento da proposta sala de recurso, os profissionais passaram a trabalhar com os alunos realmente portadores de necessidades especiais, ficando a discussão do fracasso escolar para o corpo da escola. BASSO afirmou que “era muito pesado ter esta responsabilidade com a evasão”. (Entrevista. Florianópolis, 1997). A transformação ocorrida em 1993 também atendia a orientação do MEC. Santa Catarina optou por integrar alunos de escolas especiais em escolas regulares.”

<sup>89</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Ação. Triênio - 86 e 88**. Florianópolis, p.75. (ASPLAN-SME).

<sup>90</sup> Cf. CARNEIRO, S. **Alunos considerados portadores de necessidades especiais nas escolas públicas de ensino regular: integração ou exclusão?** Florianópolis, 1996.

<sup>91</sup> BASSO, I. M. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

professores da RME efetivaram-se. A Escola Beatriz, em 1987, recebeu, como decorrência deste, doze professores efetivos de 5ª a 8ª série, todos com formação de nível superior. Nesse ano a escola contou com 13 professores de 1ª a 4ª série, efetivos e com curso de magistério, sendo que, destes, três possuíam curso superior. Em relação aos professores efetivos, a escola possuía cinco substitutos de 5ª a 8ª série e um de 1ª a 4ª série. A presença desses profissionais quebrou a rotina da Escola Básica e imprimiu nova dinâmica, inclusive na forma de dirigir a escola. A diretora, Catarina Maria Silveira dos Santos, era professora primária, moradora do bairro, e ocupava o cargo há dezessete anos, sendo grande referência para o bairro do Pantanal.

Ainda em 1986 foi instituída a lei que estabelecia eleições diretas para diretores de escolas básicas da Rede Municipal de Educação.<sup>92</sup> Devido à transformação do Grupo Escolar Beatriz em escola básica, naquele ano, e ao fato de a grande maioria dos professores serem substitutos, a Lei impedia qualquer dos novos professores de concorrer. Assim, não houve na escola disputas ou discussão do processo, elegendo-se Catarina Maria Silveira dos Santos que permaneceu no cargo mais dois anos.<sup>93</sup>

Durante o ano de 1987, no mesmo terreno da escola, foi inaugurada, com estrutura administrativa e pedagógica independentes da Escola Básica, a Creche

---

<sup>92</sup> “Em 8 de julho de 1986 foi instituída a lei que estabeleceu normas para eleições diretas de diretores da Rede Municipal de Ensino. Seu art. 2º rezava que podiam preencher o cargo os membros do magistério municipal que fossem efetivos no quadro do Magistério Público Municipal; portassem diploma do curso de Magistério ou Curso Superior; tivessem no mínimo dois anos ininterruptos de experiência no Magistério; estivessem em efetivo exercício na Unidade a que se candidatassem. Podiam exercer o direito do voto: - professores, especialistas e demais servidores em exercício na unidade escolar; alunos regularmente matriculados a partir da 5ª série; pai ou mãe de aluno ou seu responsável, uma única vez, mesmo tendo mais de um dependente matriculado ou ser funcionário da Unidade Escolar.” (FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei nº 2415/86, de 08 de julho de 1986. Institui eleições e estabelece normas para a escolha de diretores da RME e dá outras providências. [s.n]. Florianópolis, 1987). (ASPLAN-SME).

<sup>93</sup> FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Lei nº 2415/86, de 08 de julho de 1986. Institui eleições e estabelece normas para a escolha de diretores da RME e dá outras providências. [s.n]. Florianópolis, 1987. (ASPLAN-SME).

Municipal Nossa Senhora Aparecida. Segundo SANTOS, “o nome da mesma deveria ser Santa Cecília em homenagem a Gentil, o cabo eleitoral, que além da creche queria construir uma Igreja e colocar também este nome.”<sup>94</sup>

Em maio de 1987 a diretora Catarina Santos solicitou sua licença prêmio, ficando em seu lugar, durante três meses, a professora de Geografia, Maria da Graça Duarte. A indicação da referida professora já procurava seguir as novas normas da SME: ter nível superior e ser efetiva. Segundo DUARTE, “Seria eu ou a Terezinha, que éramos as duas únicas efetivas com curso superior na escola, naquele ano, que preenchiam as exigências.”<sup>95</sup> Ainda naquele ano, Catarina Maria Silveira dos Santos solicitou sua aposentadoria, afirmando que já cumprira sua missão: ver inaugurada a Escola Básica do bairro, cuja “passagem do seu mandato foi marcada com muita festa, com louvor, com matança de boi, com prefeito, com todo mundo.”<sup>96</sup>

Segundo SANTOS, sua saída se deu porque seus familiares entenderam que já havia doado boa parte de sua vida à escola, uma vez que ela “não queria sair”<sup>97</sup> Em seu lugar, assumiu por indicação da antiga diretora o Professor de Matemática de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, Edilton Luiz Piacentini, permanecendo no cargo até julho de 1988, quando aconteceu a eleição direta. Sua indicação foi encarada como transitória, pois o professor fazia parte dos que defendiam o processo da eleição direta. Não havia, portanto, interesse do professor em ser cargo de confiança indicado pelo Secretário.<sup>98</sup>

---

<sup>94</sup> SANTOS, C. M. S. dos **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>95</sup> DUARTE, M. da G. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>96</sup> PIACENTINI, E. L. P. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>97</sup> SANTOS, C. M. S. dos. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

<sup>98</sup> Era Secretário de Educação na época o Professor João Áderson Flores.

Com a portaria n°002/88 de 15 de junho, foi normatizada a segunda eleição para diretor das Escolas Básicas da Rede Municipal de Ensino. A eleição foi marcada e, no dia 16 de julho, na Escola Beatriz, foi eleito o Professor Edilton Luiz Piacentini, sem concorrente, tornando-se o segundo diretor eleito na história da escola. Na visão de alguns professores e funcionários, essa eleição trouxe maior profissionalização para a escola, que até então tinha forte característica pessoal.

Durante o ano de 1988, a matrícula inicial na Escola Beatriz foi de 408 alunos, divididos como segue:

### QUADRO 3

#### Matrícula inicial na Escola Básica Beatriz em 1988

Série	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	Total
Alunos	83	66	52	48	72	34	36	17	408

**Fonte:** Movimento de matrícula da Escola Básica Beatriz de Souza Brito, 1988.

No final do ano registrou-se a frequência de 351 alunos, o que representou evasão de 7%. Os dados contidos no documento do movimento de matrícula da Escola Básica Beatriz de 1988 mostra o pedido de transferência de 37 alunos e a evasão de outros 20, sendo 8 pertencentes às 1<sup>as</sup> séries. No mesmo documento é possível perceber que a reprovação foi da ordem de 35%, o que correspondeu a 101 alunos. As turmas que mais reprovaram alunos foram as 1<sup>a</sup> s séries, com 23, 5<sup>a</sup> s séries, com 18 e a 7<sup>a</sup> s série, com 17 alunos.<sup>99</sup>

<sup>99</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório das Unidades Escolares da RME**. Florianópolis, maio de 1989. (ASPLAN-SME).

Ainda em 1988, a direção da Escola Beatriz, a APP e o Centro Comunitário do Pantanal - CCPAN elaboraram um abaixo-assinado, com 154 assinaturas, favorável à implementação do 2º grau noturno na Escola. O documento foi encaminhado à Secretaria Municipal de Educação, que o devolveu com a argumentação legal de que o 2º grau era de competência do Governo Estadual e Federal; aos municípios cabia somente o ensino básico. O governo municipal tomou uma posição política e não acatou o documento.

Até o ano de 1989, Florianópolis não possuía mais do que vinte escolas públicas de 2º grau, sendo que duas delas, Instituto Estadual de Educação - IEE e Escola Técnica Federal de Santa Catarina - ETFSC, obrigavam os candidatos a prestarem exame de seleção. Por outro lado, na RME, nessa época, começavam a surgir as escolas conveniadas, para as quais a Prefeitura cedia o prédio e o Estado implementava o 2º grau, pagando os professores.<sup>100</sup> Utilizando esses argumentos, é possível levantar a hipótese de que a posição da Prefeitura era político-partidária, visto que o Pantanal não se incluía mais na dinâmica de diretor indicado, inspetor e controle da SME.

Uma outra hipótese pode ser levantada. A utilização por parte da Prefeitura do estudo do Instituto de Planejamento Urbano sobre a área conurbana de Florianópolis.

---

<sup>100</sup> “O primeiro termo aditivo de convênio entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e o Governo do Estado de Santa Catarina foi celebrado com o convênio nº 354/88 e visava a implantação e manutenção de cursos de 1º e 2º graus noturnos. No documento, cláusula segunda, a Secretaria de Educação do Estado obrigava-se a manter técnica e administrativamente cursos de 1º e 2º graus em Escolas Básicas Municipais, desde que houvesse clientela suficiente e estivessem incluídas no plano de expansão da Secretaria. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Primeiro termo aditivo ao convênio nº 354/88, celebrado entre o governo do Estado de Santa Catarina, em 11 de outubro, visando a implantação e manutenção de cursos de 1º e 2º graus noturno. Florianópolis. **Diário Oficial pelo Decreto nº 2.405 de 25 de outubro de 1988**). Já a Prefeitura tinha como obrigação ceder a estrutura física das Escolas Básicas Municipais arroladas no convênio. Cabia aos funcionários do Estado entregar a escola em boas condições de higiene após o término das atividades escolares de cada dia (Convênio nº 354/88 de 11 de outubro de 1988). Este termo aditivo funcionou até 1995, quando os diretores das unidades escolares da SME, em virtude de uma série de problemas apresentados, como a utilização indevida de merenda da Prefeitura, de material pedagógico e da destruição do patrimônio, elaboraram outro termo para ser entregue à Secretaria Municipal de Educação do Estado, haja vista que o convênio anterior findaria em 31/12/94.”(Op. cit.).



Neste existia toda uma argumentação sobre a “grande concentração quase exclusiva de escolas de 2º grau em Florianópolis.”<sup>101</sup> E continuava: “é uma característica não só da rede particular, mas também da rede pública.”<sup>102</sup> Utilizando-se estes argumentos pode-se entender então os porquês de a SME autorizar somente no interior da Ilha de Santa Catarina o funcionamento das escolas conveniadas.

Por outro lado, essa situação era contraditória, pois como uma escola com dezessete alunos na oitava série poderia requerer um 2º grau? Mas essa necessidade manifesta no abaixo-assinado nada mais foi do que a inserção de uma questão particular na problemática mais geral da carência de ensino médio no país.

No ano de 1989 as aulas tiveram início com 456 alunos, divididos de 1ª a 8ª série, sendo três turmas de 1ª série e uma de 8ª série. Durante este ano, 84 alunos se evadiram e 69 pediram transferência, num total de 153 alunos que, de uma forma ou de outra, afastaram-se da escola. Do total de alunos evadidos e/ou transferidos, 69 pertenciam ao ensino elementar, entendido de 1ª a 4ª série. A 1ª série foi a turma que apresentou o maior número, 19 alunos evadidos e três transferidos. Outro dado que chama a atenção diz respeito às turmas de 5ª a 8ª série, pois na 5ª série 17 alunos se evadiram e 11 pediram transferência da Escola.<sup>103</sup>

Observando-se as fichas desses alunos, no que se referia às transferências, constatava-se que eles se dirigiram para escolas públicas, tais como: Instituto Estadual de Educação, Colégio Estadual Simão José Hess e Colégio Estadual Getúlio Vargas.

---

<sup>101</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento e urbanismo de Florianópolis. **Programa de Investimentos Urbanos na Área Conurbada de Florianópolis, 1983/1986, ensino de 1º e 2º grau.** Florianópolis: 1983/1986.p.15. (ASPLAN-SME).

<sup>102</sup> Op. cit., p.14.

<sup>103</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Relatório de março a dezembro de movimento mensal da Escola Básica Beatriz de Souza Brito 1989.** Florianópolis. (AEBMBSB).

Somente três alunos foram para escolas particulares como o Colégio Barddal, Escola Petequinha, hoje Colégio Tradição, e Alferes Tiradentes. Com essas informações não foi difícil entender por que as três turmas de 1ª série resultaram em uma 8ª série. Os dados levantados na Escola Beatriz, no ano de 1989, mostraram seu alto grau de seletividade, assemelhado ao sistema escolar brasileiro. Segundo NÓBREGA, *“De cada 1000 alunos novos que entram na primeira série, somente cinquenta e oito terminam a 8ª série sem repetência. Outros duzentos e quatro se formam em mais de 8 anos de escolarização.”* (1995, p.127).

No final de 1989, a matrícula ficou em 339 alunos, sendo aprovados 191 para as séries seguintes, pouco mais da metade do total dos discentes da escola. O relatório final da Escola Beatriz, na parte referente ao processo pedagógico, não menciona nenhuma preocupação com tais números. Dizia o texto que

No início do ano letivo de 1989 foram reunidos todos os segmentos da escola, no sentido de organizarmos as metas da Unidade Escolar. Foi elaborado um plano de trabalho pedagógico-administrativo para melhor andamento da Unidade escolar.

Nossa meta principal foi a de fortalecer as relações democráticas na escola, no que diz respeito à questão administrativa e, pedagogicamente, lutamos em conjunto com os professores e direção para instrumentalizarmos os alunos, na objetivação de uma sociedade diferente da qual vivenciamos hoje. Ainda no aspecto pedagógico, os planejamentos foram semanais, bimestrais, anuais, sendo revistos por cada professor, na medida em que se tornava necessário.

Podemos dizer que dentro dos recursos disponíveis os professores realizaram atividades criativas e críticas, consolidando nossa postura política.

A avaliação do ensino como todas as demais atividades realizadas na escola foi sistemática na medida em que paramos para refletir com vistas à mudança e avaliação da nossa prática pedagógica.<sup>104</sup>

A posição das especialistas não se coadunava com os números apresentados, indicando a falta de um trabalho sistemático em relação à evasão. Não há outros documentos que mostrem algum trabalho desenvolvido no sentido de frear o processo de evasão. Também não foi encontrado nenhum registro que evidenciasse a interferência do Poder Central por meio dos técnicos da Secretaria Municipal de Educação - SME.

Como vimos, várias hipóteses foram levantadas para explicar a evasão escolar e algumas apontavam a distância da casa dos alunos até a escola, a rotatividade dos professores, excesso de professores substitutos, más condições físicas das escolas, baixos salários e outros. No que se referia à Escola Beatriz, observamos que esta era bem localizada, no coração de um bairro que não tinha mais que três quilômetros quadrados, com características e relacionamentos sociais bastante familiares, onde as pessoas se conheciam e usufruíam das mesmas brincadeiras e tradições. A escola possuía salas amplas, arejadas, pátios cobertos, salas para orientação, supervisão, sala de professores, secretaria e um laboratório multidisciplinar, contando ainda com biblioteca e sala para reeducação.

Contudo, há um dado interessante que pode ajudar a entender a evasão. Os moradores do bairro, embora desejassem uma escola local, ambicionavam poder estudar em outras escolas como o Instituto Estadual de Educação (IEE) e o Colégio Estadual Getúlio Vargas. Alguns ex-alunos afirmavam que o Getúlio tinha as mesmas turmas que

---

<sup>104</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Relatório anual 1989**. Florianópolis. 1989. (AEBMBSB).

o Beatriz, porém no período noturno, facilitando a freqüência para os alunos trabalhadores. Muitos dos alunos, transferidos para o Colégio Getúlio Vargas, não estavam mais em idade escolar e, como muitos reprovavam mais de uma vez, sentiam-se deslocados.

Fazendo uma análise da questão, percebe-se que, além desse fato importante - a necessidade de trabalhar -, o IEE detinha o *status* de escola com bom nível de ensino, equipada com laboratórios e outros atrativos.<sup>105</sup> Isso poderia ter influenciado a procura pelo IEE, principalmente dada a possibilidade de continuação dos estudos. Na Escola Beatriz os alunos estudariam até a 8ª série, tendo que prestar exames de seleção para o segundo grau em outras escolas. O Colégio Estadual Getúlio Vargas, no bairro do Saco dos Limões, de forma mais tímida, tinha as mesmas vantagens do IEE.

Contudo, perante a Rede Municipal de Ensino, a Escola Beatriz era tida como de boa qualidade e com bons professores. MARTINS afirmou que “a Escola Beatriz era uma escola que tinha os professores mais qualificados da Rede Municipal de Ensino. Era vista como uma escola modelo. Eu acredito que os pais não colocavam os filhos nesta escola porque não conheciam os seus professores.”<sup>106</sup>

Mesmo com problemas de evasão, a Escola Beatriz disputava um espaço importante junto ao bairro do Pantanal. Ligava-se com a ELETROSUL através dos alunos que serviam de mão-de-obra para trabalhar nos campos de tênis, apanhando bolas, para que ajudassem na renda familiar. Muitos de seus pais também trabalhavam nos serviços de limpeza dessa empresa.

---

<sup>105</sup> cf. LEAL, E. J. M. **Instituto Estadual de Educação: a erosão da ordem autoritária**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1989.

<sup>106</sup> MARTINS, E. A. P. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

No caso da UFSC, além de servir como local privilegiado de estágios para os estudantes de Pedagogia, Educação Física e outras habilitações, alunos do bairro utilizavam o espaço físico nos finais de semana para brincar: “ir para as quadras”.<sup>107</sup>

Quanto ao ITESC, não havia relação direta da Escola Beatriz com os seminaristas ou seus superiores. Estes utilizavam as salas de aula da escola no final de semana para catequese e convidavam os alunos para participar de grupos de jovens. Tais atividades foram desenvolvidas e coordenadas por leigos com alguma influência na escola.

Ao final do ano de 1989, exatamente a 17 de dezembro, dava-se no país o segundo turno das eleições presidenciais, polarizadas entre dois candidatos,<sup>108</sup> Fernando Collor de Mello, um candidato bem-nascido, filho de oligarquia nordestina e pertencente ao círculo restrito das classes dominantes do Nordeste, e Luis Inácio Lula da Silva, um candidato, ironicamente, também nordestino, migrante em São Paulo, membro das novas classes operárias do ABC e um dos fundadores do PT. (OLIVEIRA, 1992, p.17-18).

Ao final desse *round*, Collor foi eleito e a 15 de março de 1990 lançou em cadeia de rádio e televisão seu plano de estabilização da economia, que provocaria uma reviravolta na vida do país e da escola pública. Perguntado, após sua eleição, como retribuiria o apoio recebido da burguesia, “*o já então eleito presidente respondeu que*

---

<sup>107</sup> Esta escola, a exemplo de outras próximas da UFSC, era e é um local disputado para a realização de estágios na disciplina de Prática de Ensino. CARARA lembrou que “estes estágios deveriam passar pela SME para sofrerem um acompanhamento por parte dos técnicos. Mas como a UFSC tem uma certa autonomia, eles vão direto às escolas, e os diretores, como também têm uma certa autonomia, acabam deixando que os estágios aconteçam” (**Entrevista**. Florianópolis, 1996). Segundo MOREIRA, “estes estágios são unilaterais e na maioria das vezes não levam em conta o planejamento global da escola, tanto que a escola recebe pouco retorno dos estágios acontecidos.” (**Entrevista**. Florianópolis, 1996).

<sup>108</sup> “Ao lado de Fernando Collor de Mello, estavam o PRN, PFL, PDS e PTB. Luiz Inácio Lula da Silva representava o projeto da Frente Brasil Popular com os partidos PT, PSB e PCdoB”.

*havia pago aquela dívida derrotando Lula, a besta-fera das burguesias e de todos os anéis empresariais burocráticos.*” (OLIVEIRA, 1992, p.17-18).

Afinado com o capital internacional, Fernando Collor, durante o seu mandato, procurou desmontar setores do mercado administrados pelo Estado através do processo de privatização de estatais. Além disso, atendendo às propostas do Plano Collor de desindexação geral entre preços e salários, estipulou que a relação capital-trabalho seria resolvida pela livre negociação, o que resultou, entre outras coisas, no aumento abusivo das mensalidades escolares.

### **3.4. A interferência do ITESC, ELETROSUL, CCPAN e TV Barriga Verde no bairro**

Em sua pesquisa, SUGAI (1994, p.113-119) demonstrou que uma série de investimentos realizados pelo Governo do Estado na área nordeste da Ilha, continuava o que havia sido projetado no Plano Diretor de 1955 e com pequenos ajustes no Plano Diretor de 1976. A década de 70 caracterizou-se pelo grande número de intervenções do Estado no espaço urbano de Florianópolis. Com o programa denominado Ação Catarinense de Desenvolvimento, executado pelo então governador Colombo Machado Salles - 1971-1975, que apoiava o Programa de Metas e Bases para a Ação do Presidente Médici, foi reiniciada a rodovia SC-401 Norte, ligando o bairro do Itacorubi aos balneários de Canasvieiras e Ingleses; teve início a construção das rodovias SC-402 e SC-403, que, em conexão com a SC-401 Norte, ligavam os balneários de Jurerê e Canasvieiras, e ainda o grande aterro da Baía Sul e a Ponte Colombo Salles.

Em 1977 teve início a construção da Via de Contorno Norte-Ilha, conhecida como via expressa, pelo governador Antônio Carlos Konder Reis - 1975-1979. Além de defender a versão de que a execução e priorização dessa obra visava facilitar o acesso ao Campus Universitário, o então governador procurou também indicar a existência de preocupações sociais, como evidenciou o seu discurso, recuperado por SUGAI, proferido em 1978. Dizia o texto: “a Via de Contorno Norte-Ilha permitirá atender a grande necessidade da cidade de Florianópolis e de sua população (...) vai ser realizada para atender especialmente aos mais humildes.” (SUGAI, 1994, p.166).

Também em meados da década de 70, paralelamente aos vários investimentos, ocorreram as primeiras transferências de estatais para a área nordeste, na direção da Trindade, coincidindo com o período de obras da Via de Contorno Norte-Ilha. Entre as instalações mais significativas, pode-se citar o Hospital Infantil Joana de Gusmão; a sede da Telecomunicações de Santa Catarina - TELESC 1974-1976; a sede da Empresa Estatal de pesquisa Agrícola - EMPASC 1977; o Centro de Treinamento do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC e a primeira etapa do Centro de Ciências Agrárias da UFSC - 1977. No Pantanal instalou-se a sede das Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL. (SUGAI, 1994, p.121).

Segundo SUGAI, nesse período foram aprovados grandes loteamentos na região da Trindade, Córrego Grande, Itacorubi e Pantanal, entre os quais: Jardim Santa Mônica - 1970, Parque São Jorge I e II - 1973-1982, Jardim Cidade Universitária/Tercasa - 1973, Jardim Flor da Ilha I e II - 1974-1981 e o Jardim Anchieta - 1975, todos com ocupação imediata pelas camadas mais abastadas da população. A partir da década de 80, foram instaladas nessa região: a Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento; a sede do CREA-SC - 1978; a sede da Associações de

Crédito Rural do Estado de Santa Catarina - ACARESC e Associações de Crédito Rural e Pesquisa ligadas à Secretaria de Agricultura - ACARPESC, 1986 e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de Santa Catarina - PRODASC. Além desses órgãos, o Governo do Estado ainda implantou, em 1980, o Campus da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, no bairro do Itacorubi e o Centro Integrado de Cultura - CIC, no bairro Trindade. (SUGAI, 1994, p.171-174).

SUGAI (1994, p.174) também demonstrou que, nas áreas próximas à via expressa, foram implantados diversos equipamentos e escolas, encontrando-se hoje em funcionamento 11 escolas públicas - estaduais, municipais e uma federal - além de várias creches mantidas pelo poder público e escolas e jardins de infância mantidos por particulares. O Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI são instituições pertencentes à universidade e situam-se dentro do Campus da UFSC, no bairro da Trindade.

Em sua pesquisa, SUGAI (1994, p.177) asseverou que, acompanhando a transferência dessas instituições públicas para a região, deslocaram-se algumas instituições privadas, entre as quais: a Sede da Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC; o Serviço Social da Indústria - SESI; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI; o Instituto Técnico de Administração e Gerência - ITAG e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Todas essas instituições estavam localizadas no bairro do Itacorubi. O Instituto Teológico do Estado de Santa Catarina - ITESC e a sede da TV Barriga Verde foram instalados no Pantanal.

Como se percebeu, a construção da Via de Contorno Norte-Ilha consolidou a ocupação da área norte da Ilha, tornando-a mais nobre e valorizada. A solidificação e homogeneização das privilegiadas características econômicas e sociais dos moradores, o



desenvolvimento imobiliário, a maior concentração populacional e a maior demanda definiram, durante a década de 80, o perfil dos moradores e empresas que se instalaram na região próxima à Via de Contorno Norte-Ilha.

Para SUGAI (1994, p.179), visando aos setores mais abastados da população e ao crescente fluxo de turistas, foram sendo abertos restaurantes, lanchonetes, danceterias, butiques, *rotisseries*, confeitarias, videolocadoras, clínicas médicas, agências bancárias, *minishopping centers*, galerias de arte, lojas de móveis para piscina, todos junto à orla da baía, no lado norte da Ilha. Em meados da década de 80, foram iniciadas também as obras de um *shopping center*, que viria a ser o maior e mais sofisticado da cidade, para atender à população de mais alta renda, situada principalmente nas áreas de influência da Via de Contorno Norte-Ilha.

### **3.4.1. O Instituto Teológico de Santa Catarina - ITESC**

Em 1973, instalou-se no bairro Pantanal o Instituto Teológico do Estado de Santa Catarina - ITESC, com poucas repercussões sócio-econômicas, devido à sua estrutura e finalidade, porém com forte conotação cultural. Inicialmente, por volta de 1965, os alunos interessados em estudar Filosofia Eclesial faziam seus estudos no Seminário Rainha dos Apóstolos em Curitiba o Paulinium.<sup>109</sup> Era um total de trinta e quatro alunos catarinenses que se deslocavam para a vizinha capital. A partir de 1967, teve início uma crise interna provocada, entre outros fatores, pelos questionamentos dos

---

<sup>109</sup> “Junto ao seminário funcionava o Instituto Provincial Catarinense e o Instituto Teológico de Curitiba, conhecido como Paulinium. Este tinha por finalidade abrigar os seminaristas e teólogos de Santa Catarina.” (INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Paulinium. Termo de abertura. 1965, p.23-79). (ASI).

estudantes a respeito dos métodos ortodoxos utilizados pela direção da Instituição, que culminou com o fechamento do Paulinium em 1970 e com a decisão dos bispos catarinenses de construir um instituto teológico em Santa Catarina.<sup>110</sup> Esse projeto, oneroso para as dioceses e paróquias, gerou discussões, acirrando os ânimos de bispos e alunos que questionavam o fechamento do Paulinium.<sup>111</sup>

A discussão com os alunos deveu-se à circulação de idéias de constituição de Comunidades Eclesiais de Base - CEBs<sup>112</sup> a partir da década de setenta. Por este motivo as críticas que circularam no período diziam respeito aos conteúdos acadêmicos do Instituto, referido como local ‘intelectualista’.<sup>113</sup>

Em 1969, o então arcebispo de Florianópolis, D. Afonso Nihues, solicitou à UFSC, por meio do Reitor Davi Ferreira Lima, a criação de uma Faculdade de Teologia, fato veiculado nos jornais da época. Porém a aspiração do reitor e do arcebispo esbarraram em um princípio constitucional que vetava tal faculdade em Universidades

---

<sup>110</sup> INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Paulinium. Termo de abertura. 1965, p.23-79. (ASI).

<sup>111</sup> INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Ata, 1967, p.31. (ASI)

<sup>112</sup> Embora não seja objeto de nossa pesquisa, utilizamos aqui a referência de Germano com relação a esta questão, que entendo como fundamental para a desarticulação do Paulinium e, como veremos mais adiante, responsável pela desarticulação e fechamento também do ITESC. Dizia o autor: “Existem críticas sérias às CEBs, como a efetuada por Romano (1979), enquanto movimento que visava, em síntese, salvar a Igreja. Para este autor, antes “colocava-se a necessidade de transformar a estrutura eclesial para atingir a estrutura social e salvar o povo. Agora, o nexos se inverte, mostrando o seu real sentido: é preciso transformar as estruturas sociais para salvar o povo, para salvar a igreja” (p.220). Por outro lado, outros admitem, como Cardoso (1982:55), que “as CEBs foram o exemplo vivo da nova articulação popular e democrática”. Em todo caso, importa informar que, “em 1974, calculava-se que estavam em torno de 40 mil. Em 1979, estariam na casa dos 80 mil (...). No final de 1981, o senador Jarbas Passarinho deu o alarme: as CEBs já seriam 200 mil” (Pierucci, 1982:48). (GERMANO, 1992, p.217). Estes dados permitem perceber a gravidade da insubordinação dos seminaristas em relação à sua formação conservadora. Mesmo com problemas de legitimidade, como lembrou Germano, a contribuição das CEBs, junto a outras instituições da sociedade civil para derrotar a ditadura militar, é incontestável.

<sup>113</sup> “Termo original das discussões entre o clero do Paulinium e os seminaristas, que afirmavam uma base eminentemente teológica em suas formações, sem um trabalho pastoral.” (INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Ata, 1967, p.31). (ASI).

Públicas Federais.<sup>114</sup> Apesar do impedimento legal, o jornal O Estado de 24 de dezembro de 1975 informou que o Arcebispo D. Afonso e o novo Reitor Roberto Lacerda assinaram um convênio para o funcionamento de um curso de teologia em nível superior na UFSC<sup>115</sup>. Esse contato entre o arcebispo e a reitoria da UFSC sinalizou o local pretendido pelo arcebispado para a construção do Instituto.

No início da década de setenta, os seminaristas faziam cursos superiores em suas dioceses, dando preferência ao Curso de Estudos Sociais. Três anos depois dessa investida do arcebispo, foi inaugurado o ITESC, mais precisamente em janeiro de 1973,<sup>116</sup> construído com a venda do Paulinium e com dinheiro da Igreja Alemã, tendo como entidade mantenedora a Fundação Dom Jaime de Barros Câmara. Nesse período, a UFSC cedeu suas salas para as aulas de Filosofia.<sup>117</sup>

O ITESC nasceu sob o signo do conflito entre conservadores e comunitaristas, os últimos adeptos da teologia da libertação. Durante a visita realizada ao Instituto pelo Visitador Apostólico S.E. José Ivo Lorscheiter, este apresentou suas conclusões à Congregatio de Institutione Catholica. Dizia o documento:

El problema más grave que afecta al ITESC tiene su origen en las carencias formativas del seminario. (...) O clima entre os alunos é pesado, a ponto de causar sérias preocupações. Existem muitas críticas aos professores a ponto de esses correrem o risco de perder o ânimo e a alegria no seu trabalho. Em muitos

---

<sup>114</sup> INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Ata, 1969, s/p. (ASI).

<sup>115</sup> “UFSC vai implantar um curso de Teologia.” **Jornal O Estado**. Florianópolis, 24 dez. 1975. p.3. (BPESC).

<sup>116</sup> “O Jornal Santa Catarina do dia 7/4/75 estampava a manchete de inauguração da nova sede do ITESC. Na verdade, tratava-se da construção de mais um anexo no terreno onde o mesmo funcionava. Inicialmente era apenas uma casa, hoje morada de alguns seminaristas; em seguida foi inaugurado o prédio mencionado pelo jornal. Em 1979 foi construído o grande seminário que abrigava as aulas e os cursos” (PEREIRA, **Entrevista concedida a Míriam Tesserolli**. Florianópolis, 1992)

<sup>117</sup> INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Ata, 1970, p.32. (ASI).

alunos nota-se aversão ao Magistério da Igreja. Falta, em muitos alunos, o esforço por realizar um estudo sério e sistemático, preferindo muitos o que chamam de prática pastoral ou inserção. Nem falta, em grupos de alunos, a tentação de ceder às ideologias de Partidos Políticos ou de Movimentos Populares às vezes merecedores de restrições. (...) Son víctimas de las ideologías (...).<sup>118</sup>

Muitos adeptos da nova teologia saíram do Instituto para morar em comunidades e, segundo Ata do Conselho Departamental do ITESC, foi constatada a falta regular dos alunos às aulas sem nenhuma explicação. Os padres manifestavam preocupações com os seminaristas, principalmente *“porque estes faltavam a aulas consideradas fundamentais para a sua formação.”*<sup>119</sup> Após uma série de conflitos internos, e por insistência dos seminaristas que optaram por morar nos bairros, o ITESC foi desativado dez anos após a sua fundação.

Durante uma década, a interferência do Instituto não foi sentida diretamente no interior da Escola Beatriz. Em entrevista concedida a Tesseroli, o Padre Nei Brasil Pereira, morador e professor do ITESC, afirmou que “o ITESC não fez quase nada pela comunidade local.”<sup>120</sup>

É interessante perceber, na posição do Padre Nei Brasil Pereira, o não-reconhecimento do trabalho que os seminaristas deveriam realizar no bairro para justificar a opção feita de morar fora do seminário. Embora não apareça nas entrevistas realizadas por Tesserolli, ao residirem no bairro, esses deveriam atuar como catequistas, como dirigentes espirituais nos grupos de jovens e grupo de casais. Aparentemente, o

---

<sup>118</sup> INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Correspondência da Congregatio de Institutione Catholica (de Seminarhs Atque Studiorum Institutis). Roma, 1990, p.8. Transcrição *ipsis verbis*. (ASI).

<sup>119</sup> INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Ata, livro 2, 1979-1988, p.11. (ASI).

<sup>120</sup> PEREIRA. Nei Brasil. **Entrevista concedida a Míriam Tesserolli**. Florianópolis, 1992, p.51.

ITESC representou para o Pantanal a utilização de mão-de-obra imediata para a construção civil e um local mais próximo para a celebração de missas.

### **3.4.2. As Centrais Elétricas do Sul S.A. - ELETROSUL para o bairro Pantanal**

Em 1978 foi concluída a Sede das Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL, no Pantanal, criada em 23 de dezembro de 1968, com caráter supra-estadual, sob a forma de sociedade anônima e subsidiária da Eletrobrás, mostrando os “sinais dos tempos”. Diferentemente da implantação da UFSC, que empregou vários moradores, a ELETROSUL exigia uma mão-de-obra mais qualificada.<sup>121</sup> E, ao contrário do ITESC, interferiria na estrutura do bairro e, em menor escala, na da cidade. A ELETROSUL foi a terceira instituição a se fixar no bairro do Pantanal.

Por ocasião de sua constituição, decidiu o governo Federal localizar em Brasília a sede da empresa e no Rio de Janeiro o seu escritório central<sup>122</sup>. Em 1968, a Eletrobrás e suas subsidiárias, entre elas a ELETROSUL, gozavam de alta prioridade no governo Federal, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento. No período compreendido entre 1972 e 1975, o Ministro das Minas e Energias, Segiaki Ueki, determinou que as empresas com características como as da ELETROSUL, Eletronorte

---

<sup>121</sup> “Muitas pessoas que foram trabalhar na Estatal não prestaram concurso de ingresso. Foi notório para os moradores de Florianópolis as formas de apadrinhamento nesta instituição.”

<sup>122</sup> ELETROSUL. **Estrutura e análise da transferência da sede. Anexo 2. v. 3. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974, p.02. (BEL).

e Eletropaulo, com escritório central no Rio de Janeiro, deveriam ir para seus lugares de origem.<sup>123</sup>

Após ser determinada a transferência da sede do escritório central da ELETROSUL, de Brasília e Rio de Janeiro para os locais de atuação, examinaram-se alguns pontos para escolher o novo local, considerando-se:

O primeiro era o posicionamento das capitais perante:

- o seu programa de vendas de energia para os três estados da Região Sul;
- as usinas existentes e projetadas da ELETROSUL;
- o seu programa de geração de energia por Estado;
- as capitais elas próprias, isto é, as capitais entre si e os organismos com os

quais a administração central da ELETROSUL mantinha nominalmente contatos.<sup>124</sup>

O segundo ponto do exame constituiu-se na análise dos aspectos referentes à infra-estrutura disponível nas três capitais, com exame das instalações físicas necessárias aos escritórios da empresa.<sup>125</sup> Também foi realizada, dentro da empresa, uma pesquisa que tratava de temas como transporte e educação nos Estados envolvidos, para se poder perceber o potencial oferecido para a implementação da sede da ELETROSUL.<sup>126</sup>

---

<sup>123</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 757555 de 23 de maio de 1975. Autoriza a transferência da ELETROSUL para Florianópolis e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1975.** (BEL).

<sup>124</sup> ELETROSUL. **Estrutura e análise da transferência da sede. Anexo 2. v. 3. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974, p.125. (BEL).

<sup>125</sup> Op. cit., p.125.

<sup>126</sup> “Até 1974, a ELETROSUL contava em seu quadro de pessoal com dois mil duzentos e vinte e nove empregados. Destes, 28% encontravam-se lotados no Escritório Central do Rio de Janeiro, 4% no Paraná, 30% em Santa Catarina e 38% no Rio Grande do Sul. No processo de transferência, 60% foram absorvidos em função dos programas de incorporação desenvolvidos pela empresa, em razão dos encargos operacionais que lhes foram atribuídos pela Eletrobrás. Muitas usinas, como a Termelétrica de Alegrete S.A, Termelétrica de Charqueadas S.A, Sociedade Termelétrica de Capivari S.A e Termelétrica do Porto, encampadas pela ELETROSUL nesse período, trouxeram consigo o seu quadro de pessoal.

Em relação ao seu corpo de pessoal e, em decorrência, em algumas áreas de trabalho, mais se fizeram sentir as repercussões da transferência. Através de pesquisa efetuada entre empregados de nível superior, lotados no Escritório Central, a empresa constatou que, do ponto de vista dos funcionários, Florianópolis seria a melhor opção para 51% dos interessados propensos a se transferirem. No caso de Curitiba, 42% se transfeririam. A questão era mais delicada com Porto Alegre, onde a empresa perderia, com a transferência 71% de seu pessoal, pois somente 29% estavam inclinados a se transferirem para aquela capital.<sup>127</sup>

Basicamente, havia dois custos envolvidos na transferência: o primeiro com pessoal e o segundo com a construção da sede. No que se refere a pessoal, tais custos estavam diretamente relacionados à política adotada para estimular as transferências; quer dizer, a empresa pretendia estabelecer uma política de incentivo baseada em duas opções:

Opção A

O funcionário receberia:

- uma ajuda de custo-habitação a ser paga durante os primeiros seis meses após a transferência na base de 30% do salário de cada empregado<sup>128</sup> e

---

Ainda foram admitidos outros empregados, para operar a Usina Termelétrica de Tubarão e para o programa de frequência do Estado do Rio Grande do Sul.” (ELETROSUL. **Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A, Subsidiária da Eletrobrás. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974. v. 1 p.69).

A mudança do escritório Central da ELETROSUL, para qualquer das capitais dos estados sulinos, não deveria, em princípio, na visão da empresa, alterar sua estrutura organizacional, composta de três níveis hierárquicos, diretorias, departamentos e divisões e dois tipos básicos de atividades, atividade de apoio (planejamento, engenharia, suprimentos, finanças e pessoal) e de atividades fins (operação e construção) (ELETROSUL. Estrutura e análise da transferência da sede. Florianópolis: ELETROSUL, Anexo 2, v. 3, 1974, p.6).

<sup>127</sup> ELETROSUL. **Estrutura e análise da transferência da sede. Anexo 2. v. 3. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974, p.71. (BEL).

<sup>128</sup> Valor retirado dos salários em 1994.

- financiamento integral para aquisição de residência própria, limitado a 24 vezes o valor do salário do empregado.

#### Opção B

O funcionário receberia:

- uma ajuda de custo-habitação a ser paga durante os primeiros 36 meses de transferência, na base de 30% do salário do empregado.<sup>129</sup>

A maioria dos interessados decidiu pela opção A e a empresa assumiu despesas com pagamento de transporte e mudança. Além disso, providenciou a cada um uma visita, acompanhado de seu cônjuge à nova localidade de trabalho.<sup>130</sup>

O plano de transferência da Estatal deveria ser realizado em três etapas, a saber:

- a primeira aconteceria até julho de 1975;
- a segunda iria do primeiro trimestre de 1976 a julho do mesmo ano; e
- a terceira aconteceria de dezembro de 1976 até o primeiro trimestre de 1977.

Para que fosse a bom termo, a diretoria aprovou a criação, em nível de departamento, do Grupo de Trabalho e Transferência - GTT, diretamente subordinado à diretoria administrativa da ELETROSUL, com a atribuição de preparar, coordenar e processar a transferência da empresa para Florianópolis.<sup>131</sup>

Por razões de ordem administrativa e econômica, entendia a ELETROSUL que, com a transferência do seu escritório central para uma das três capitais da Região Sul, deveria ser iniciado o projeto de construção de sede própria, acreditando que isso

---

<sup>129</sup> ELETROSUL. **Estrutura e análise da transferência da sede. Anexo 2. v. 3. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974, p. 73. (BEL).

<sup>130</sup> Op.cit., p.73.

<sup>131</sup> ELETROSUL. **Resolução de Diretoria.** Março de 1977. (BEL)



motivaria a transferência dos funcionários. A nova sede teria uma área construída de 12.500m<sup>2</sup> para atender todos os órgãos da empresa, mais as necessidades de expansão a médio prazo.<sup>132</sup>

Para a construção da nova sede, a ELETROSUL fez circular um artigo, no jornal O Estado, entre 22 e 25 de fevereiro de 1975, tornando público seu interesse em comprar um terreno para seu escritório central. Alguns interessados se apresentaram e, em março, foram recebidas as propostas para a compra do terreno, por sua vez, enviadas ao Escritório Central, no Rio de Janeiro, para exame. Contudo, as propostas foram recusadas, porque o Governo do Estado<sup>133</sup> doou um terreno no bairro do Pantanal para a construção da sede.<sup>134</sup>

Acordo político entre o Estado e a União, ocorreu no governo de Antônio Carlos Konder Reis, sob a alegação de que Florianópolis tinha as condições necessárias para implementar uma estatal do porte da ELETROSUL. Agregou ao argumento que isso também iria ajudar o desenvolvimento do Estado.<sup>135</sup>

Decidida a cidade que seria a sede da empresa, a ELETROSUL iniciou os trabalhos relativos à sua construção. O relatório da diretoria registra a seguinte posição sobre o tema:

---

<sup>132</sup> ELETROSUL. **Estrutura e análise da transferência da sede. Anexo 2. v. 3. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974, p.74. (BEL).

<sup>133</sup> “Em seus contatos iniciais, o GTT obteve, por doação do governo do Estado de SC, uma área de 114000m<sup>2</sup>, destinada à construção da nova sede da empresa em Florianópolis. Esta doação representou uma economia para a União estimada em CR\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) e se constituiu em efetiva participação do Governo Estadual no processo de transferência da ELETROSUL para Florianópolis.” (ELETROSUL. **Grupo de Trabalho e Transferência.** Florianópolis, 1977, s/p).

<sup>134</sup> ELETROSUL. **ELETROSUL. Propostas de terrenos para sede em Florianópolis.** Florianópolis, Documentação Caderno n° um, s/d. (BEL).

<sup>135</sup> ELETROSUL. **Grupo de Trabalho e Transferência.** Florianópolis, 1977, s/p. (BEL).

Uma nova sede, em uma Capital Estadual, deverá se localizar na periferia da área de maior densidade urbana, por motivos de custo, acesso e desenvolvimento futuro. O edifício deve ser basicamente uma estrutura horizontal, o que trará inclusive possibilidade vantajosa de construção e ocupação progressiva. Dois pavimentos sem elevadores, blocos (alas) modulados com tratamento acústico, cada um contendo 2000 m<sup>2</sup> de área construída e dotado de ar condicionado central, quente e frio. Escritórios panorâmicos.<sup>136</sup>

O levantamento de necessidades espaciais realizado pela ELETROSUL<sup>137</sup> previu para o período de 1975-1980 a construção de um edifício com uma área de 22.000 m<sup>2</sup>, propondo, para o final de 1980, que essa área fosse ampliada em até 100%, contemplando exclusivamente as necessidades programadas: áreas iniciais e de expansão, acessos, estacionamentos e ajardinamento, *“pois não há intenção de se criar zonas de esporte ou de recreação para funcionários.”*<sup>138</sup>

A diretoria, com sede no Rio de Janeiro, nomeou uma comissão de 14 membros, cujo coordenador foi Douglas Souza Luz, para estudos dos projetos apresentados pela Sulpac Planejamento e Construções Ltda, por Luiz Forte Netto, por Edgar Sirangelo do Vale, pela Sociedade de Consultoria e Projetos de Engenharia - SCOPE Ltda e por Liz Cassol Monteiro Arquitetos Associados, vencendo o estudo

---

<sup>136</sup> ELETROSUL. **Estrutura e análise da transferência da sede. Anexo 2, v. 3. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974, v. 3. p.171. (BEL).

<sup>137</sup> POZZANA, Magalhães, PETRIK, Barros. **Arquitetos Associados LTDA. ELETROSUL - Edifício Sede Florianópolis - Programa de Necessidades Espaciais.** Julho de 1975. (BEL).

<sup>138</sup> Até a edição do Plano Brasil Novo, no Governo Collor, podia-se testemunhar esta estatal servindo como um verdadeiro “camping” para a pequena burguesia. Em seu pátio estavam construídos dois campos de futebol suíço e nas demais áreas estava, e está, abrigada a Associação dos Empregados da ELETROSUL - ELASE.

preliminar n° 4, pertencente à Sociedade de Consultoria e Projetos de Engenharia - SCOPE Ltda.<sup>139</sup>

Enquanto isso, foram alugados 1.309,47m<sup>2</sup> em áreas destinadas às instalações provisórias.<sup>140</sup> Para a segunda etapa, foram cadastrados vários imóveis,<sup>141</sup> tendo em vista o atendimento aos empregados em viagem de reconhecimento.<sup>142</sup> Foram realizados 104 contratos de locação, entre casas e aptos, 32 contratos de aquisição e três contratos de locação, efetuados sem a interferência do GTT.<sup>143</sup>

Na III etapa, foram efetuadas as transferências e realizadas as matrículas escolares, processos de transferências de universitários, reembolsos de aluguel e outros. Muitos dos alunos foram matriculados em escolas particulares. O maior número de alunos em escola pública concentrou-se no Instituto Estadual de Educação, sendo de

---

<sup>139</sup> ELETROSUL. **Relatório da análise dos estudos preliminares de arquitetura para o Edifício Sede da ELETROSUL.** Rio de Janeiro, 1975. (BEL).

<sup>140</sup> Ficou assim distribuída a empresa em Florianópolis:  
- Edifício Apollo, Rua Tenente Silveira, 35, centro, 21 salas;  
- Edifício Carlos Hoeschel, centro, garagem;  
- Edifício Trajanus, Rua Trajano, 41, subloja, loja, sobreloja, 1° andar;  
- Edifício Aliança, Rua Felipe Schimidt 31, 1°, 2°, 5°, 7° e 10° andares e  
- Edifício Cruzeiro do Sul, Rua Esteves Júnior, 8, loja (ELETROSUL. **Estrutura e análise da transferência da sede. Anexo 2, v. 3. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974, v. 3. p.171. (BEL).

<sup>141</sup> Estes imóveis foram cadastrados em:  
casas para venda-----675;  
casas para locação-----916;  
apts para venda-----994 e  
apts para locação-----1575 (ELETROSUL. **Atividades Estatísticas do GTT/SETAT de 07/75,76 a 03/77.** anexo 7). (BEL).

<sup>142</sup> Na época, foram recebidos em viagens de reconhecimento 925 empregados, dos quais 648 casados, que foram em quase a sua totalidade atendidos e orientados pelo GTT/SETAT, com reservas em hotéis, atendimento de viagens de reconhecimento, serviço de trânsito ou mudanças. Nos hotéis de Florianópolis foram reservados 578 apartamentos ou quartos de casal e 612 apartamentos ou quartos de solteiro (ELETROSUL. **Atividades Estatísticas do GTT/SETAT de 07/75,76 a 03/77.** anexo 7). (BEL).

<sup>143</sup> ELETROSUL. **Relatório da ELETROSUL.** Florianópolis, 1977. (BEL).

388 o número total de matrículas efetuadas em estabelecimentos escolares. Para a UFSC e a UDESC, as transferências foram de 92 alunos entre empregados e dependentes.<sup>144</sup>

De 1989 a 1990, os planos econômicos no país visaram conter o processo inflacionário e fazer com que os setores produtivos se reaquecessem. Foi um período de instabilidade política e social com dificuldades na captação de empréstimos para financiamento dos empreendimentos da ELETROSUL. Durante esse período a empresa teve quatro presidentes, diretorias executivas e conselhos de administração diferentes. Foi um período marcado pela prática político-partidária como meio de escolha do quadro técnico da empresa. (MITIDIARI, 1992, p.10).

Em 1990, assumiu o presidente Fernando Collor de Mello, que editou o “Plano Collor”, cuja base era o combate ao processo de hiperinflação. Programa altamente recessivo, reduziu bastante os níveis de investimentos internos. Em conjunto com o Plano, foram traçadas metas federais de “contenção drástica de despesas públicas”, via enxugamento da máquina estatal e através do Programa de Privatizações. (MITIDIARI, 1992, p.10).

Em sua pesquisa, MITIDIARI constatou que, dentro da ELETROSUL, foi traçado o Programa de Gestão 1990-1993, com o intuito de prestar esclarecimento à sociedade sobre a situação da ELETROSUL, ao mesmo tempo que buscava uma visão clara da posição e caminho a serem seguidos pelos empregados e gerentes da empresa. Nesse período explicitou-se a intenção de rearranjo interno da empresa, com enxugamento do quadro funcional e cortes drásticos nas despesas. Era já na prática o “programa de redução de gastos” do governo Collor. (1992, p.10).

---

<sup>144</sup>(ELETROSUL. **Estrutura e análise da transferência da sede. Anexo 2, v. 3. Perspectiva de desenvolvimento.** Florianópolis, junho de 1974, v. 3. p.171. (BEL).

### 3.4.3. O centro comunitário: uma necessidade do bairro Pantanal

Como um dos agentes de transformação não só do bairro Pantanal, mas de toda a cidade, a ELETROSUL colaborou na intensificação do movimento imobiliário. Um bom exemplo disso foi a construção do Jardim Cidade Universitária/Tercasa, próximo às instalações da empresa, que abrigou boa parte de seus funcionários.<sup>145</sup>

Com o adensamento urbano, os problemas de infra-estrutura, como saneamento, transporte e outros, começaram a aparecer com intensidade no bairro Pantanal. Para a sua resolução, os moradores foram até a Prefeitura pedir providências aos responsáveis, que alegaram falta de recursos. (MARTINS, 1985, p.35).

Segundo MARTINS (1985, p.35), em 1979, o mesmo grupo de moradores começou a pensar em outras formas de organização, propondo a formação de grupos de lideranças. Nesse processo, o grupo escolheu uma diretoria provisória, configurando o que mais tarde seria o Centro Comunitário do Pantanal - CCPAN. A primeira eleição, realizada em 1980, confirmou esse mesmo grupo como primeira diretoria.

É importante observar que a criação da primeira diretoria do CCPAN coincidiu com movimento de apoio do Estado aos CSUs iniciado em Santa Catarina. Conforme verificou COSTELLA, foi

através de um plano do Governo Estadual, com implantação e criação dos CSUs, que estavam geridos por um projeto intitulado Ação Comunitária. O governo Estadual nesta fase, dispõe de um instrumento legal, sobre a organização e funcionamento dos mesmos e o faz através de decretos em 1979. O órgão responsável pelo nível estadual foi a Fundação para o Desenvolvimento Comunitário. (1985, p.68).

---

<sup>145</sup> BRESSANI, J. C. **Entrevista**. Florianópolis, 1995.

O movimento de controle social executado pelas autoridades da época foi também muito subliminar, pois, como mostra Costella, havia uma legislação para monitorar o funcionamento dos CSUs e, além disso, os mesmos faziam parte da necessidade da estratégia do Governo Militar de garantir a “ordem”.<sup>146</sup> Os moradores do bairro Pantanal apoiaram a causa “comunitária” em um sentido estrito, como se os problemas existentes fossem somente daquele bairro, importando-se, portanto, com os resultados imediatos.

Uma das primeiras medidas da diretoria foi contatar com a UFSC, através do Departamento de Assuntos Comunitários - DAC, para que os alunos do curso de Engenharia desenvolvessem um trabalho de conscientização junto à população em relação ao saneamento básico, poluição de riachos e organização comunitária. Em seguida, entrou o Departamento de Serviço Social no momento em que os alunos de Engenharia solicitaram um acompanhamento dos problemas comunitários, pois se reconheciam despreparados nessa área.

A Prefeitura Municipal, chamada a participar, delegou uma Assistente Social para atuar junto ao CCPAN e trabalhar com os alunos de Engenharia. Constituiu-se, então, um grupo que realizava reuniões periódicas e a primeira aconteceu na sede do ITESC. Estavam presentes a direção do CCPAN, o grupo do Serviço Social e o da Igreja. O Grupo Escolar Beatriz não se fez representar. (MARTINS, 1985, p.40).

Devido aos problemas apresentados no bairro, os moradores apoiaram as iniciativas do CCPAN e colaboraram para que a presença dos estudantes de Engenharia e dos alunos de Serviço Social fosse profícua. Quando o CCPAN foi criado, não se

---

<sup>146</sup> cf. GERMANO, G. J. Willington. **Estado Militar e educação no Brasil (1964 -1985)**. São Paulo: Cortez/Editora da UNICAMP, 1993.

percebia uma ligação com a única escola do bairro, nem mesmo quando a equipe interdisciplinar antes referida elaborou o Projeto Pantanal.

Para MARTINS, esse distanciamento acentuou-se quando a escola foi chamada para participar das discussões em torno do saneamento básico, já que o trabalho deveria começar pela escola, no entendimento dos participantes da reunião. Marcou-se uma reunião no Grupo Escolar Beatriz para começar um processo de conscientização junto às crianças. Esse encontro, no entanto, não foi efetivado, pois a escola estava realizando uma atividade comemorativa de inauguração de uma cerca construída no pátio, denominada de “Estádio da União”. Nesse dia, a escola e voluntários organizaram uma festa com o objetivo de comemorar a conquista da cerca para o pátio do Grupo Escolar, pois, segundo o depoimento da diretora, “foi tanta luta para conseguirmos e agora que ganhamos temos que comemorar.” (1985, p.35). Após este fato, não foi marcada nova reunião com a direção da escola Beatriz.

#### **3.4.4. TV Barriga Verde**

A quarta empresa a se instalar no bairro Pantanal, em 1982, foi a TV Barriga Verde - TVBV, entendida como uma empresa que poucos benefícios trouxe para o mesmo. Na história da TV Barriga Verde também está a história das telecomunicações em Santa Catarina. No início da década de sessenta, Florianópolis, Natal, João Pessoa e Terezina eram as capitais de Estado que ainda não tinham emissora de televisão. (MATTOS, 1992, p.10).

Para saber as notícias mais importantes, os moradores de Florianópolis ouviam rádio e compravam as revistas semanais editadas no centro do país, “*mas se*

*informavam com mais presteza dos fatos locais por meio das conversas, do que pela imprensa escrita.*” (MATTOS, 1992, p.10). Na década de sessenta, os jornais da cidade e as emissoras de rádio estavam ligados a políticos do Partido social Democrata - PSD ou da União Democrática Nacional - UDN. Os jornais eram sazonais: apareciam nas entressafas eleitorais e, em maior número, nas vésperas de pleitos. (Op. cit. p.20).

Para MATTOS (1992) a primeira experiência de televisão realizada em Florianópolis aconteceu no dia 27/11/64 e era um canal de televisão pirata ligado a Hilário Silvestre.<sup>147</sup> A TV Barriga Verde foi a terceira emissora de televisão a conseguir uma outorga<sup>148</sup> de canal de TV para a capital. Essa façanha foi realizada através do advogado Mário José Gonzaga Petrelli que detinha 52% do capital social da empresa. Em agosto de 1982 a TVBV entrou no ar em caráter experimental, retransmitindo a programação da TV-S.<sup>149</sup>

---

<sup>147</sup> “Esta rede de televisão permaneceu no ar até 09/03/65 sem outorga ou concessão. Porém, no dia 05/03/65, o Diário Oficial da União tornava público que dali a quinze dias o Conselho Nacional de Telecomunicações - CONTEL receberia propostas para a execução de serviço de radiodifusão de som e imagem em Florianópolis. Cinco grupos se habilitaram; destes, dois são mais significativos: a Rádio e Televisão Cultura LTDA, da Associação Pró-desenvolvimento da Televisão em Florianópolis, liderada por Darcy Lopes, com o apoio do ex-governador Aderbal Ramos da Silva - do PSD e a TV Campeche LTDA, de pessoas ligadas à família Bornhausen, lideranças da UDN no Estado. Venceu a TV Cultura com a outorga do próprio punho do general Golbery, conforme decreto 63430 de 16/10/68.” (MATTOS, 1992, p.15). Cf. também CRUZ, Márcia Dulce. **A RBS em Santa Catarina: Estratégias políticas, econômicas e culturais na conquista do mercado televisivo regional.** UFSC, dissertação de Mestrado, 1994.

<sup>148</sup> “A legislação que versa sobre a concessão de licenças de radiodifusão no país é o Decreto-Lei 236, de 28/02/67. As outorgas são dadas a pessoas jurídicas, mas o que se analisa é a documentação das pessoas físicas que pedem a concessão. CRUZ lembrou que, na prática, o edital de abertura de concorrência é construído de uma maneira tal que o canal já sai para determinada pessoa.” (1994, p.55-56).

<sup>149</sup> “MATTOS não afirmou mas deixou entrever que Petrelli era a face exposta na disputa da concessão de outros interesses. O autor afirmou que “Antes da TVBV entrar no ar, deram entrada vários protocolos no cartório da cidade de Videira/SC, modificando a situação dos acionistas. No primeiro protocolo Mário Gonzaga Petrelli tinha 52%, mais seis quotistas com 7%; Roberto do Amaral, sócio dos Brandalise/Bonato na TV Lages com 3%; Nereu Ramos Filho com 1,5%; e Cláudio Ávila da Silva, futuro prefeito de Florianópolis com 1,5%. Em 27 de agosto de 1984, Mário Gonzaga Petrelli que já havia cedido 3% de sua cota para Roberto do Amaral, cedia o restante em parte iguais para os Brandalise/Bonato, ficando este grupo com 97% das cotas da TVBV”. Vale a pena lembrar que Ivan Bonato, o proprietário, foi suplente de Jorge Bornhausen no Senado Federal, nesta época.” (1992, p.19).



Em sua pesquisa MATTOS (1992) informou que inicialmente havia grande preconceito contra a programação da TVBV. Para não anunciar nem patrocinar seus produtos, as empresas alegavam que, embora a audiência fosse elevada, constituía-se de público das classes “C” e “D “, logo sem poder aquisitivo.<sup>150</sup> Pode-se pensar que o entendimento dos moradores do bairro Pantanal não estava completamente errado quando afirmavam que a TVBV poucos efeitos trouxera para o bairro. Para essa empresa, os moradores do local nada mais eram do que potenciais consumidores e dessa forma deviam ser tratados. Por outro lado, a entrada da TVBV no bairro, na década de oitenta, demonstrou também para os moradores que a nova sociedade que estava se construindo não comportava determinadas práticas culturais, como a farra do boi, que não fossem aprovadas pela reestruturação do capital.

---

<sup>150</sup> “Um dos carros chefes da emissora era o programa “Boa Tarde Santa Catarina”, uma réplica local de “O povo na TV, veiculado nível nacional pela TVS”, apresentado em Florianópolis pelo Vereador César Souza, que também foi eleito deputado federal. Ao programa acorriam as pessoas mais humildes, que procuravam ajuda para resolver problemas os mais diversos.” (MATTOS, 1992, p.22).

## **4. ESCOLA BÁSICA BEATRIZ: uma escola pública de qualidade? 1990 a 1992**

### **4.1. ELETROSUL e UFSC vão à Escola Beatriz**

No ano de 1991, o governo Collor prometeu colocar o Brasil entre os países do primeiro mundo, intenção expressa na privatização de estatais e na demissão em massa de trabalhadores, que caminhava de forma acelerada no interior do processo de globalização da economia. A instabilidade econômica do país atingia todos, principalmente os trabalhadores do serviço público; era o início da “operação desmonte” do Estado.

Em Florianópolis, como no resto do país, uma das estatais mais visadas pela "operação desmonte" do governo federal foi a ELETROSUL, que, em 1990, tinha 5000 funcionários recebendo em média 20 salários mínimos. Começavam a circular na empresa listas de demissões, causando pânico e insegurança. NANDI e SILVA relataram em sua pesquisa que

o processo era desesperador, pela pressão e desconfiança. Todos os dias surgiam listas de demitidos ou de possíveis demitidos, a todo momento ficava-se sabendo que algum colega havia deixado a empresa pela demissão incentivada - tudo acontecia junto; nossos salários eram achatados, o poder aquisitivo diminuía a cada mês. (1994, p.13).

Os funcionários dessa estatal foram sendo demitidos ou incentivados a pedir demissão, restando para alguns a aposentadoria compulsória. Quem possuía *status*, adquirido na implantação da empresa, e com uma série de privilégios, perdeu sua posição, não podendo manter os filhos nas escolas particulares, cujas mensalidades cresceram exageradamente. Em sua entrevista, SILVEIRA afirmou ter havido “também muitas demissões políticas que, no andar do processo, foram revertidas na justiça”. E continuou dizendo que:

O processo da ELETROSUL foi muito desumano. (...) Em um determinado momento da lista, resolveu-se cortar os casais que trabalhavam na empresa, se tiraria um dos dois. (...) Quando eu assistia aquele filme, a lista de Shindler, eu tinha a sensação que era a ELETROSUL, sabe por quê?, o clima foi o mesmo. Invariavelmente o saguão da ELETROSUL estava cheio de crianças e acima, nos corredores, era aquele troço de lista, era pavoroso. Teve um dia que o presidente da empresa decidiu que tinha-se que fazer uma limpa nos armários, mas era limpa assim: contratos, aqueles troços todos sendo jogados lá no saguão. Teve gente tão revoltada, (...) que jogavam máquina de calcular, estas Facit novas. Deu umas três ou quatro toneladas de papel, sendo que duas toneladas e meia foi para nós da APP da Escola Beatriz. O presidente nos chamou lá na presidência e doou dois ou três mil, não sei quanto foi na época, foi até um dinheiro razoável. E neste clima aquele monte de crianças. Foi demais. Foi um desmonte. Foi uma coisa brutal, criminosa.<sup>151</sup>

---

<sup>151</sup> SILVEIRA, J. L. **Entrevista**. Florianópolis, 1996. Estas crianças citadas por Silveira, participavam do projeto Casa Aberta, criado pela ELETROSUL para mostrar a empresa e a sua importância no cenário nacional. O projeto abrangia todas as escolas de Florianópolis, sendo que a empresa apanhava as crianças nas escolas e servia um lanche. Para alguns funcionários da Estatal este projeto servia para encobrir o que acontecia lá dentro.

Para muitos desses funcionários estava posto o caos, conquanto a Eletrobrás estivesse entre as empresas nacionais de maior rentabilidade, principalmente no ano em questão, não sendo, pois, necessária a operação desmonte.<sup>152</sup>

O governo federal anunciava vetos às ações das instituições de ensino superior. Por outro lado, estavam proibidas as contratações de pessoal nas IES e, como se não bastassem esses problemas, o arrocho salarial continuava. Em novembro, a Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC informava que este chegara à casa dos 350%, gerando, entre professores e funcionários, insegurança e baixo poder de compra.<sup>153</sup>

Tais fatos produziram forte impacto sobre as classes médias que perdiam seu poder político e reduziam o aquisitivo.<sup>154</sup> As mensalidades das escolas particulares e a inflação dispararam e uma das saídas foi colocar os filhos na escola pública. Muitos pais da UFSC e ELETROSUL foram negociar a matrícula de seus filhos nas escolas particulares onde estudavam, mas, devido à liberação total das mensalidades, não lograram sucesso, chegando a ouvir de um diretor de colégio particular que “os pais são muito bem-vindos, do portão para fora.”<sup>155</sup> Era intenção desses pais criar uma APP nas escolas particulares para interferirem nas planilhas de custo e, dessa forma, controlar seus gastos. Com a resposta negativa, viram-se impossibilitados de manter nelas seus filhos.

---

<sup>152</sup> MATIAS, A. B. Empresas atingem o equilíbrio. **Jornal Folha de São Paulo**, Caderno Especial A, p.6, 22 ago. 1993. (BPESC).

<sup>153</sup> **BOLETIM DA APUFSC**. Florianópolis, APUFSC, nº1 e 2, de 07 de nov. 1990. (AAPUFSC)

<sup>154</sup> cf. RIDENTI, M. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo, 1995. Neste livro, o autor travou uma discussão bastante importante sobre os diversos entendimentos quanto às classes médias. O autor vê a classe média como uma classe de serviço e procura discutir com autores, como Singer, Poulantzas, Fausto, Ases, Oliveira e outros, este conceito tão controverso.

<sup>155</sup> SILVEIRA, J. L. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

O clima de insegurança vivido no país mobilizava os pais para a procura de alternativa de escolarização de seus filhos que não fosse a escola particular. A situação ficava mais difícil porque o ano letivo chegava ao fim. Um grupo de pais, funcionários da ELETROSUL, resolveu constituir uma “Comissão Pró-Alternativa de Educação Escolar”. Foi confeccionada uma lista que passou de setor em setor da empresa para saber os que tinham interesse em viabilizar outra escola para seus filhos. Foram obtidas 120 assinaturas.<sup>156</sup>

A primeira reunião desse grupo foi realizada em menos de dez minutos no *hall* da empresa e, em seguida, foi transferida para o período noturno no salão paroquial da Igreja da Trindade. SILVEIRA informou que em uma dessas reuniões foi ventilada a possibilidade de construção de uma escola alternativa, a exemplo da Escola Sarapiquá.<sup>157</sup> Um dos presentes possuía um terreno no bairro Itacorubi, próximo à TELESC e os gastos seriam com infra-estrutura e pessoal, mas essa idéia não foi adiante devido à situação de insegurança financeira dos interessados.<sup>158</sup>

Durante as reuniões, os pais foram descartando a possibilidade de construção de uma escola, constituíram algumas comissões e foram visitar as escolas públicas próximas da ELETROSUL: Escola Básica Hilda Theodoro Vieira, na Trindade; Colégio Estadual Simão José Hess, na Trindade; Escola Básica Municipal João Alfredo Horr, no Córrego Grande; Escola Básica Municipal Beatriz de Souza Brito, no Pantanal e Colégio Estadual Getúlio Vargas, no Saco dos Limões. Ao final da pesquisa, a escola escolhida foi a Beatriz.

---

<sup>156</sup> SILVA, S. M. M. da. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>157</sup> A escola foi fundada em 1981, no bairro do Córrego Grande, por pais que estavam insatisfeitos com a educação de modo geral.

<sup>158</sup> SILVEIRA, J. L. **Entrevista**. Florianópolis, 1997.

No segundo semestre do ano de 1990, a Escola Beatriz começou a receber seus novos alunos, egressos de várias escolas particulares do município de Florianópolis, tais como Colégio Catarinense, Colégio Coração de Jesus, Escola Dinâmica e, principalmente, Colégio Barddal. Esses alunos chegavam à escola com uma posição de classe social bastante diferente daquela que, historicamente, freqüentava a Escola Beatriz. Em pesquisa realizada por VOIGT, a clientela, no ano de 1989, era composta de 64% de pais ou responsáveis com o 1º grau incompleto, 14% com o 1º grau completo, 11% com o 2º grau, 6% de analfabetos e 2% de nível superior. (1989, p.46).

Em pesquisa realizada junto aos “novos” pais, BITTENCOURT traçou um perfil dos mesmos afirmando que

tinham instrução escolar superior; apreciadores de teatro, cinema, galerias de artes, museus, viagens. Ou seja, famílias que sempre possuíram condições sócio-econômicas favoráveis para usufruírem dessas coisas e ainda manterem seus filhos em escola particular. (1992, p.32-33).

Os critérios utilizados para a escolha da Escola Beatriz não eram muito claros, mas os entrevistados tinham praticamente a mesma resposta:

Nós encontramos no Beatriz um ambiente ideal. O que é um ambiente ideal? - As instalações são muito boas, com salas de aula amplas e arejadas; um corpo de professores muito bom, desmotivados é bem verdade, por causa dos salários, mas era bom. Um grupo qualificado; tinha o espaço físico disponível. Tinha o número de vagas que precisávamos. Com isto estava tudo certo, escola fácil, acesso fácil, professores. Então houve uma decisão, vamos transferir os nossos filhos da escola particular para esta escola.<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> GALLO, C. R. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

Por outro lado, a Escola Beatriz começava a receber alguns pais que haviam participado das reuniões no salão da igreja para conhecer a área física da escola<sup>160</sup>. Com a movimentação nos finais de semana e as constantes visitas durante o horário de aulas, muitos professores questionavam se esses pais viriam para a matrícula. Confirmada a informação de que isto ocorreria, as facções existentes no processo eleitoral recente se uniram diante da iminência da evasão discente e em nome da defesa dos alunos antigos.

#### **4.2. Mais uma eleição para a direção escolar**

Em 8 de julho de 1990, realizou-se na RME a terceira eleição direta para diretor. Na Escola Beatriz candidataram-se para o pleito três professores: o professor de Inglês, Jorge Everaldo Marinho, que obteve 32,13% dos votos; a professora de Matemática, Rosana Porath, que obteve 22,68%, e o professor de Educação Artística, Pedro Cabral Filho, que obteve 43,42%.<sup>161</sup>

E. PIACENTINI esclareceu que

o processo de eleições diretas não alterou a centralização do poder na pessoa do diretor, a eleição não quebrou essa relação e ainda hoje persiste. Esta é uma arma nas mãos de diretores que desejam permanecer por mais tempo ocupando o cargo. Mesmo que em algumas escolas trave-se um processo de discussão

---

<sup>160</sup> “Valdir, o vigia da escola, afirmou que nos finais de semana, principalmente aos domingos, o número de “estranhos” visitando a escola era muito grande. Nadir, que até então não pertencia ao quadro de professores da Escola Beatriz, mas tinha um filho no colégio particular Barddal, informou ao diretor da Escola Beatriz que havia participado junto com esses pais de reuniões no salão da Igreja da Trindade e que os mesmos estavam realmente interessados em colocar seus filhos nesta escola.

<sup>161</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Boletim das eleições de 1990**. Florianópolis, 1990. s/p. (ASPLAN-SME).

mais conjunto sobre o papel da escola, questão esta suscitada pela eleição de diretores, “na hora do vamos ver” é o diretor que dá a palavra final.<sup>162</sup>

Nesse sentido, segundo o depoimento de E. PIACENTINI, as eleições de diretores deveriam trazer uma discussão do projeto político para os estabelecimentos de ensino, mas isso não aconteceu, pois eram pautadas em propostas pessoais, como aconteceu na Escola Beatriz, onde o diretor muitas vezes foi escolhido por sua posição como “colega” de trabalho e não por sua proposta. Esse procedimento por parte dos participantes do processo eleitoral viabilizava a possibilidade de manobra política de quem estava na direção da Prefeitura. A esse respeito, E. PIACENTINI afirmou ainda que

A eleição por si só não seria a solução para garantir a transformação da escola. Existem comunidades que são verdadeiros currais eleitorais, que realmente a eleição lá não serviu para nada porque não se viabilizou a participação política das pessoas neste sentido. E em outros lugares, a eleição foi uma coisa romântica, pois já existia um nome, a tua segunda eleição por exemplo, foi simbólica.<sup>163</sup>

Com toda a contradição que o processo eleitoral trouxe, as eleições diretas se configuraram como importantes para a quebra de currais eleitorais. Através das eleições, os diretores passaram a ter vinculação maior com a escola, visto que eram seus profissionais, e a alternância na direção a cada dois ou, no máximo, quatro anos impedia cargos vitalícios. Mesmo garantida por processo direto, a direção continuou sendo cargo comissionado, logo um cargo de confiança do Prefeito Municipal, fato este que inibiu muitos diretores. Isso se evidenciou em momentos de conflito, como os de greve,

---

<sup>162</sup> PIACENTINI, E. L. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>163</sup> Op. cit. Referência à reeleição de Pedro Cabral Filho, que concorreu sozinho ao cargo de diretor em 1992.



quando se lhes exigiu tomada de posição. Na maioria das vezes os diretores tomaram posição favorável à Secretaria Municipal de Educação.

Por outro lado, MARTINS afirmou que “a divisão que acontece dentro da escola é negativa, mas o diretor tem o compromisso com os pais e alunos que o elegeram.”<sup>164</sup> Tal divisão ocorreu porque o processo centrava-se no nome dos candidatos, atribuindo-se a eles a responsabilidade pela solução dos problemas de forma isolada da instituição.

#### 4.3. Evasão escolar: não se discute

O ano de 1990 iniciou na Escola Beatriz com 423 alunos matriculados, divididos em dezoito turmas de 1ª a 8ª série.<sup>165</sup> O corpo de funcionários era composto de um diretor geral, um orientador, uma supervisora, uma reeducadora, uma secretária, três auxiliares de ensino, uma bibliotecária, cinco auxiliares de serviços gerais, duas merendeiras, um vigia, um hortelão, quinze professores de 5ª a 8ª série e treze de 1ª a 4ª série<sup>166</sup>. O número de alunos por turmas esse ano ficou assim constituído:<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> MARTINS, E. A. P. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>165</sup> “Com a Portaria 006/90, a SME procurou dar outras providências em relação à organização das turmas nas unidades escolares, além de especificar os dias de matrícula na Rede Municipal de Ensino. Através dela, ficou determinado que o 1º grau de 1ª à 4ª série deveria conter 25 alunos por série e de 5ª à 8ª série, 35 alunos.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria n° 006, de 09 de novembro de 1990. Dispõe sobre a matrícula para os alunos de pré-escolar e 1º grau na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências**. Florianópolis, 1990). (ASPLAN-SME).

<sup>166</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Boletim estatístico n° 1/90**. Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

<sup>167</sup> O número de alunos deve ser dividido pelo número de turmas.

#### QUADRO 4

##### Número de alunos na Escola Básica Beatriz no ano de 1990

Série	Número de alunos	Número de turmas
1ª série	76	4
2ª série	56	3
3ª série	51	2
4ª série	42	2
5ª série	45	3
6ª série	30	2
7ª série	16	1
8ª série	17	1
<b>TOTAL</b>	<b>333</b>	<b>18</b>

**Fonte:** Movimento de matrícula de 1991 - Escola Básica Beatriz de Souza Brito.

Ao final do ano de 1990, das quatro primeiras séries com menos de 20 alunos, 51,31%, não foram alfabetizados. Nas quintas séries, as reprovações foram da ordem de 51,1%, num total de 23 alunos. As causas apresentadas, segundo os documentos da escola, eram as dificuldades de aprendizagem e o processo pedagógico como um todo.

A discussão das primeiras séries, de modo geral, era problemática. As professoras efetivas mais antigas criaram um critério de escolha de turmas para poder ministrar suas aulas somente a partir da 2ª série, evitando, portanto, as 1<sup>as</sup> séries, que eram entregues aos professores substitutos. Muitas vezes, por falta de experiência e com

medo de não realizarem um trabalho satisfatório, estes desistiam, o que provocava grande rotatividade de professores.<sup>168</sup>

Durante esse ano, 19 alunos de 1ª a 4ª série evadiram-se, nove deles nas 1ªs séries. Já de 5ª a 8ª série, esses números subiram para 42, sendo que somente nas 5ªs séries foram 11 alunos evadidos. As transferências foram de 20 alunos, sendo seis nas 1ªs séries, três nas 2ªs, sete nas 5ªs, três nas 7ªs e uma na 8ª série.<sup>169</sup>

Tanto no que diz respeito à evasão e reprovação como às transferências, foi possível observar que o rito de passagem na 1ª e 5ª série estava presente. Com relação às reprovações na 5ª série, era comum nos conselhos de classe a institucionalização do “mito da culpa”. Ao serem aprovados na 4ª série, os alunos entravam na 5ª série e, ao final, muitos reprovavam, geralmente em Português, Ciências e Matemática. A deficiência no aprendizado nesta série nunca foi atribuída ao professor. Criou-se uma hierarquia de culpados para a deficiência: primeiro o aluno, que não estudava; segundo o professor da série anterior, que havia promovido esse aluno sem condições mínimas de conhecimento; terceiro o professor primário, acusado que afirmava já ter recebido o aluno com deficiências; quarto os especialistas, que não trabalhavam. Esta ciranda de culpados conseguia muitas vezes chegar até as primeiras séries, de onde os alunos nunca deveriam ter saído.<sup>170</sup>

---

<sup>168</sup> Para diminuir essa rejeição às primeiras séries, foi criado em 1993 na Escola Básica Municipal Batista Pereira um projeto em que os profissionais de 1ªs séries trabalhavam 20 horas-aula em sala e outras 20 horas-aula preparando material e atendendo os alunos com dificuldades de aprendizagem. Nos anos seguintes este projeto foi ampliado para as escolas da RME que tivessem interesse em realizá-lo.

<sup>169</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Movimento de matrícula, Estatística básica. 1990.** Florianópolis, 1990. p.04. (ASPLAN-SME).

<sup>170</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório Anual 1990.** Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

A menor taxa de aprovação de toda a Rede Municipal de Educação coube, no ano de 1990, à Escola Beatriz, com 59,58%, quando a taxa média de todas as escolas ficou em 62,62%, e conseqüentemente, foi a escola com o maior índice de reprovação, ou seja, 40,42%.<sup>171</sup>

Nesse ano, o relatório anual da Escola Beatriz trouxe uma preocupação da direção da escola quanto à questão pedagógica, mas, de forma geral, sem pontuar as reprovações, evasões e transferências. Dizia o texto:

Possuímos em nossa escola um corpo docente bastante consciente, mas que poderia ter avançado mais nas questões pedagógicas da escola. E nisto se inclui o diretor.(...) O problema por que passa a educação municipal não é uma coisa isolada. O descrédito, a falta de respeito pelo profissional da educação é uma coisa generalizada neste país chamado Brasil. Dentro deste quadro, procuramos, na escola, amenizar a situação com paliativos, que de nada resolvem, curam a ferida por fora. O resultado disto, está contido neste relatório.<sup>172</sup>

Em sua entrevista, RENZI admitia que “nós só falávamos, mas nada acontecia. Este assunto ia e voltava, porém nunca se completava.”<sup>173</sup> Essa apatia perante os números de evadidos da Escola Beatriz tinha relação também com o órgão central, SME, que não interferia nas instâncias escolares, deixando a responsabilidade do fracasso e do sucesso escolar ao encargo dos professores.

Ainda no primeiro semestre de 1990, a Escola Beatriz recebeu da SME uma proposta para participação do processo de Planejamento como Ação Educativa, que

---

<sup>171</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Movimento de matrícula, Estatística básica. 1990.** Florianópolis, 1990. p.08. (ASPLAN-SME).

<sup>172</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório anual 1990.** Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

<sup>173</sup> RENZI, M. do R. **Entrevista.** Florianópolis, 1995.

visava deflagrar a elaboração de um Plano Educacional para a Rede Municipal, para o período de 1991 a 1993. Argumentaram os técnicos da Secretaria que

a educação foi alijada da concepção desenvolvimentista instalada no país, e o momento que o país está atravessando é um momento ímpar para desenvolver uma metodologia de planejamento que venha e reabilite a educação junto à população.<sup>174</sup>

Com esse discurso, o projeto foi apresentado na Escola Beatriz pelos técnicos da SME e seu idealizador, professor Jarbas José Cardoso, ligado à Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, no início de agosto de 1990.<sup>175</sup> SOARES lembrou que “na SME, sentia-se a necessidade de um planejamento que atingisse todas as escolas da RME. Então, buscou-se uma assessoria junto à UDESC, com um professor de planejamento para fazê-lo.”<sup>176</sup>

Muitos questionamentos foram levantados pelos docentes da escola Beatriz que, na época, utilizaram o mesmo discurso do projeto para negá-lo. Diziam que o momento ímpar pelo qual o país estava passando era justamente de hiperinflação, desemprego e corrupção. Entendiam que dirigentes da Prefeitura e parte dos integrantes da SME eram ligados ao PDS, logo davam sustentação a Collor.

---

<sup>174</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto: O processo de planejamento como ação educativa.** Florianópolis, junho de 1990. (ASPLAN-SME).

<sup>175</sup> “Os Técnicos e especialistas da SME envolvidos eram Edina Ana Pottmaier Martins, Chefe da Divisão de Administração Escolar; Jaqueline Cristina de Andrade, Especialista; João Carlos da Gama, Chefe da Divisão de Planejamento; Lorena Teresinha Sostisso, Especialista; Maria de Fátima Sartori Velloso Chefe da Divisão das Bibliotecas Escolares; Marly da Rosa Carvalho, Especialista; Milton Coelho Pires Júnior, funcionário da divisão de apoio; Mônica da Luz Moreira, Coordenadora das especialistas; Neusa Carara Soares, Chefe da Divisão de Ensino; Rogério Gonçalves de Castro, Coordenador do projeto de informática nas escolas; Sônia Maria Dutra Luciano, Coordenadora da pré-escola.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto: O processo de planejamento como ação educativa.** Florianópolis, junho de 1990). (ASPLAN-SME).

<sup>176</sup> SOARES, N. C. **Entrevista.** Florianópolis, 1996.

MOREIRA afirmou que “ao final de uma série de discussões o resultado foi a não aceitação das comunidades e das escolas da RME; as maiores críticas vinham das escolas Beatriz e Anísio Teixeira, onde os pais e os professores tinham outra leitura mais crítica do processo.”<sup>177</sup> SOARES, supervisora da SME, no entanto, afirmou que o projeto foi interrompido devido ao afastamento voluntário do coordenador “e como já estávamos em final de governo não se viabilizou a continuidade do projeto.”<sup>178</sup>

Com o início do segundo semestre, a presença dos pais se intensificou na Escola Beatriz, e os profissionais desta escola passaram a manifestar seus desagravo em relação aos mesmos. Em sua entrevista, PATRÍCIO lembrou um momento em que

um pai vinha chegando com o diretor na biblioteca, alguns professores percebendo a sua presença, mas ignorando-o, começaram a falar do recreio do dia anterior, onde um aluno havia esfaqueado o outro. O diretor não conseguiu atender o pai com perguntas sobre a biblioteca da escola. Era uma vergonha.<sup>179</sup>

Fatos como esses marcaram as visitas dos pais na tentativa de afugentá-los, utilizando-se, inclusive, da estratégia de identificações partidárias, no caso, o Partido dos Trabalhadores - PT. Contudo, as visitas de pessoas interessadas em colocar os filhos continuaram e os questionamentos feitos eram dos mais diversos:

- . Os professores são efetivos?
- . Qual a qualificação dos professores?
- . Existe algum pós-graduado?
- . Os banheiros são separados para meninos e meninas?
- . Existe uma equipe pedagógica?

---

<sup>177</sup> MOREIRA, M. da L. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>178</sup> SOARES, N. C. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>179</sup> PATRÍCIO, Z. F. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

Como havia uma pré-disposição dos docentes em evitar a entrada desses pais, qualquer pergunta era entendida como ofensiva.

No mês de setembro, um dos coordenadores do grupo de pais solicitou uma reunião na escola com os interessados. Marcada a reunião, um grupo de professores, terminantemente contra a vinda desses pais, juntamente com alguns funcionários, insistiram que a mesma não deveria acontecer, pois na escola particular eles não faziam reuniões com o fim de colocarem seus filhos. Entretanto, um grupo formado pelo diretor e mais seis professores defendia que a escola precisava conhecê-los melhor.

No dia da reunião, foi montada, por parte dos dirigentes da escola, uma farsa para assustar os pais. A supervisora que não era filiada ao Partido dos Trabalhadores, solicitou à bibliotecária uma camisa com os dizeres "*Lula Presidente*" e afirmou que a escola era toda sindicalizada e, em caso de greves, que eram freqüentes, todos participavam. A iniciativa não deu frutos. Segundo um dos pais entrevistados por NANDI E SILVA, eles "perceberam a farsa":

houve todo um processo de choque nos primeiros momentos, éramos chamados de riquinhos e invasores, pintavam a cara da escola pior do que era, usavam camisetas do PT com o intuito de nos mostrar que estavam sempre em greve, - os professores nos recebiam com muita hostilidade, era um processo de muito choque entre a escola e a nova comunidade. Mas na verdade não era nada disso, até porque a minoria de nós também éramos grevistas da ELETROSUL. (1994, p.13).

Apesar de toda a "presepada",<sup>180</sup> a direção assegurou as vagas já que a escola era pública. Ao final, alguns pais optaram por matricular seus filhos e se colocaram à disposição da escola. Outros, ligados ao sindicalismo, não matricularam seus filhos,

---

<sup>180</sup> Termo muito comum na escola, que designa brincadeiras de bom ou mau gosto. Designa também um momento em que não se leva uma proposta a sério.

entendido que a escola era do Pantanal, não sendo correto tirar vagas das pessoas do bairro, mesmo sabendo que tais vagas existiam.

Resolvida essa primeira parte, um grupo de professores mais próximo da direção levantou as seguintes questões:

- Como trabalhar com essa clientela?

- E se vierem todos? Vão acabar com a escola, pois não temos estrutura pedagógica para suportar tantos pais e alunos de uma clientela tão "seleta".

- Como ficarão os alunos da escola? Irão se evadir, pois teremos que "jogar os conteúdos muito para cima."

Foram meses de questionamentos nos quais direção e professores tinham preocupações com os alunos antigos da escola, procurando prepará-los para a "invasão", para que não sentissem tanto a entrada dos "novos alunos" e não se evadissem, embora não houvesse um trabalho efetivo em relação à evasão na escola. Em seguida, também foram preparados os funcionários, que, na maioria moradores do bairro, já comentavam sobre a invasão dos "riquinhos".

Com essa atitude de "prudência", tomada pela Escola, tinha-se reforçado o sentimento de recusa contra esses pais e alunos que eram, por antecipação, discriminados pelos professores, funcionários e, naquele momento, também pelos alunos. A direção posicionou-se a favor dos professores e funcionários em relação aos pais novos e acabou por fortalecer o mito da invasão e da evasão.

Uma outra discussão travada era no sentido de trazer os pais para a escola, valorizando-se sua participação. Os professores se dividiram. Havia um grupo com séria preocupação relativamente aos conteúdos. Este avaliava que, ao se mobilizarem, os pais



iriam pressionar os professores, que, por sua vez, elevariam o nível das aulas com a conseqüente evasão dos alunos antigos.<sup>181</sup>

Havia um outro grupo de professores que não se preocupava com os alunos e nem com as cobranças dos pais. Diziam que continuariam a dar as aulas da mesma forma e quem não quisesse assim que retirasse seus filhos. Finalmente, havia um grupo menor, composto basicamente por professores primários, que afirmava não se importar com a entrada dos novos alunos. Afirmavam categoricamente: “a gente dança conforme a música, deixa eles virem.”<sup>182</sup>

A Secretaria de Educação do Município, nessa oportunidade, enviava para as escolas da Rede o calendário oficial de matrícula, padronizado, não levando em conta as especificidades de cada região. Discutido com os professores, especialistas e funcionários da Escola, resolveu-se não acatá-lo.<sup>183</sup>

Até então a escola não havia apresentado problemas graves com relação às vagas, ao contrário, elas sobravam. Com a chegada dos novos alunos, a oferta teve que ser reestruturada pois, corria-se o risco de iniciar o ano seguinte sem vagas para os habituais moradores do Pantanal. Em função disso, elas foram distribuídas prioritariamente para esses e as restantes foram oferecidas aos moradores de outros bairros, obedecendo a um novo calendário.<sup>184</sup>

---

<sup>181</sup> PATRÍCIO, Z. F. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>182</sup> GODINHO, Z. R. **Entrevista**. Florianópolis, 1995.

<sup>183</sup> Um exemplo da padronização dos calendários é facilmente verificado no verão, momento em que as escolas em zonas de praia têm o número de alunos reduzido devido aos trabalhos sazonais.

<sup>184</sup> “O novo calendário ficou assim constituído:

- 15 a 18 de dezembro - rematricula de todos os alunos da escola;
- 19 a 20 de dezembro - matrícula dos alunos novos, moradores do bairro Pantanal;
- 21 de dezembro - matrícula para alunos novos, moradores de outros bairros;
- 26 de dezembro - confirmação das matrículas.

O novo calendário foi enviado à SME, que o aceitou com ressalvas, considerando que nenhuma criança poderia ficar sem estudar. Por outro lado, os novos pais reclamavam da limitação do número de alunos por turma, afirmando ser um absurdo tal medida. Para a direção da escola, essa irritação dos pais se justificava, visto que seus filhos vinham de escolas onde o número de alunos por turma chegava a sessenta. Todo o corpo administrativo, alguns professores e especialmente a secretária da escola, moradora do bairro, foram mobilizados para as matrículas que totalizaram 414, 12 alunos a menos do que em 1989; porém, 72 eram novos, como é possível verificar no quadro abaixo.<sup>185</sup>

## QUADRO 5

### Número de alunos novos por turma em 1990

Série	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	Total
Alunos	3	5	8	4	9	15	11	17	72

**Fonte:** Movimento de matrícula de 1991.

Dividindo esses alunos pelo critério da procedência profissional dos pais, temos o seguinte quadro:

---

Também estipulou-se o número de vinte e cinco alunos por turma de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série e de trinta de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série. Receava-se que, devido à grande procura, as salas ficassem superlotadas, a exemplo das escolas estaduais e das próprias escolas particulares.” (ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Calendário de 1990**. Florianópolis, 1990). (AEBMBSB).

<sup>185</sup> Para realizar a matrícula era necessária a apresentação de um comprovante de residência, que poderia ser conta de luz, telefone ou água. Além desses comprovantes, os pais deviam preencher uma declaração pela qual se submetiam a perder a vaga caso fosse confirmada alguma irregularidade na documentação apresentada.

## QUADRO 6

### Número de pais e alunos novos por série em 1990

Local	Pais	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>
ELETROSU L	32	2	5	5	3	4	8	5	13
UFSC	10			3		2	2	4	2
Outros	09	1			1	3	5	2	2
Total	51	3	5	8	4	9	15	11	17

**Fonte:** Movimento de matrícula de 1994 - 1993 - 1992 - 1991 e 1990. Escola Básica Beatriz de Souza Brito.

Como se pode observar no quadro acima, existiu uma predominância de filhos de pais da ELETROSUL. Com um total de cinquenta e um pais organizados, teve início o ano de 1991.

#### 4.4. Uma tentativa de privatizar a Escola Básica

Em março de 1991 as turmas ficaram assim compostas:

## QUADRO 7

### Número total de alunos por turma no ano de 1990 e 1991 na Escola Beatriz

Série	Número de alunos		Número de turmas	
	1990	1991	1990	1991
1ª série	76	78	4	3
2ª série	56	69	3	3
3ª série	51	51	2	2
4ª série	42	75	2	3
5ª série	45	65	3	3
6ª série	30	40	2	2
7ª série	16	39	1	2
8ª série	17	25	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>333</b>	<b>442</b>	<b>18</b>	<b>19</b>

**Fonte:** Movimento de matrícula de 1990/1991 - Escola Básica Beatriz de Souza Brito.

Para se ter idéia do que representou a entrada desses alunos por turma, podemos observar o número de alunos de 1991 em relação a 1990. Iniciando a análise pela primeira série, é possível afirmar que houve um decréscimo no número de turmas e, conseqüentemente, no número de vagas oferecidas, pois o quadro nos mostra dois alunos a mais em relação ao ano anterior. Excluiu-se uma primeira série para abrir uma quarta série que passou de 42 para 75 alunos. Já as segundas e terceiras séries mantiveram-se estáveis quanto ao número de alunos e de turmas. Pôde-se perceber que na quarta série o número de alunos no ano de 1991 foi quase duplicado em relação ao de 1990. Esse aumento foi causado pelo índice de reprovação naquela turma, que alcançou 52,38% e fez com que 22 discentes nela permanecessem, enquanto isso 42 alunos eram promovidos da terceira série.

A quinta série, no ano de 1990, encerrava com 45 alunos, sendo que apenas 22 passaram para a série seguinte. Observando a matrícula em 1991, vamos perceber que essa turma recebeu um número bastante expressivo de matrículas novas, o mesmo acontecendo com a sexta série, que teve um índice de reprovação em 1990 de 20%. Se formos analisar a questão das evasões, vamos verificar que houve cinco alunos na quinta série que não continuaram os estudos após o segundo semestre, caso contrário esta série deveria ter 45 alunos.

As turmas que mais receberam alunos novos foram a sétima e a oitava séries, provocando a abertura de mais uma turma em 1991. Para atender à nova demanda foi utilizada a sala de vídeo como sala de aula e, posteriormente, a SME construiu mais duas salas. Nessas duas séries mais da metade dos alunos era egressa de escolas particulares, sendo que, na oitava série, 13 eram filhos de pais que trabalhavam na ELETROSUL, os quais, na futura construção da APP, ocupariam cargos de direção.

No início do ano os “novos” pais marcavam presença já nos primeiros dias. A este respeito NANDI e SILVA comentaram:

No início do ano estávamos todos animados e com vontade de participar da vida da escola; discutimos qual seria o canal que poderíamos utilizar, e logo se percebeu que este canal deveria ser a APP (Associação de Pais e Professores). Convocou-se uma reunião, onde estavam alguns professores, a direção, alguns pais da comunidade e nós, os novos pais. Desta reunião surgiram duas tendências conflitantes: uma que privilegiava a resolução de questões materiais, ou seja a infra-estrutura da escola, como pintura, arrumar a caixa d'água, o telhado, banheiros, e uma outra que se preocupou, primeiramente, em estudar os estatutos da APP para reativá-la, já que sua antiga diretoria estava com mandato vencido. Dentro desta última tendência, se entendia que o primeiro passo era o estabelecimento de relações de aproximação e de interação entre todos os segmentos que, de alguma forma, participavam da escola; a idéia era

desenvolver uma Comunidade Escolar, fazer da APP um dos espaços para a apropriação destas relações. (1994, p.19).

No processo de reativação da APP, os pais inicialmente preocuparam-se com a melhoria da infra-estrutura do prédio da Escola Beatriz, forma encontrada para se aproximarem da direção e dos professores, uma maneira de demonstrar boa vontade. Ademais, buscavam preservar seus filhos acostumados com escolas mais bem equipadas. Sendo assim, era necessário que estudassem em um ambiente, se não igual, pelo menos parecido.

Esses pais solicitaram da direção a convocação de uma reunião geral entre pais e professores. Marcada para o dia 28 fevereiro de 1991, os pais compareceram em grande número. Uma das mães ligadas à UFSC sugeriu a participação dos alunos nas reuniões da APP com direito a voz e voto, mas a supervisora argumentou que esta deveria dar-se através do grêmio livre. Após uma série de discussões, ficou decidido que seria facultado aos alunos assistir às reuniões da APP, mas nunca poderiam votar e ser votados.<sup>186</sup>

Uma outra discussão iniciou-se: como ficariam os funcionários, já que não eram professores? Optou-se por incluí-los no quadro dos profissionais da escola como se todos pertencessem ao magistério. Com a colaboração da União Catarinense de Estudantes - UCE, foi criado o Grêmio. A maioria dos alunos que o oficializaram era ligada aos pais da UFSC.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 28 fev. 1991**. Livro nº 01, p.24. (AEBMBSB).

<sup>187</sup> “O grêmio livre ficou assim constituído:  
Presidente: Lígia Dutra Silva - UFSC  
Vice: Lilian Jurkevicz Fleury - UFSC  
1º Secretário: Juliana Chaves dos Santos - UFSC  
2º Secretário: Fernanda Helena Machado - aluna antiga da escola do Pantanal  
Tesoureiro: Evandro Fernandes - ELETROSUL

Após a primeira reunião, que trouxe como um dos resultados a criação do Grêmio, um grupo de pais, ligados à UFSC e à ELETROSUL, começou a discutir a necessidade de mudar o estatuto da APP. Um dos motivos dizia respeito à limitação da participação dos membros da associação. O estatuto utilizado pelas escolas municipais era padrão e centrado na figura do Presidente da APP e do Diretor da Escola, pelos quais tudo deveria passar. Para um outro grupo, o que mais interessava era escolher uma chapa e compor uma nova diretoria para a associação. Sem chegar a um consenso, foi marcada nova reunião para o dia 8 de março de 1991, na qual os interessados deveriam apresentar suas propostas para a eleição.<sup>188</sup>

Foram apresentadas quatro propostas: a primeira previa a formação de comissões para formação de chapas; a segunda previa que as chapas já formadas fossem apresentadas naquela reunião e votadas imediatamente; a terceira previa que fosse indicado um grupo de mais ou menos dez pessoas para, deste grupo, sair a composição das chapas; e a quarta previa a apresentação de chapas já formadas com exposição de plataforma de gestão. Fundiu-se a proposta quatro com a três e deste resultado saiu a proposta vitoriosa, com 31 votos. As outras duas propostas receberam juntas 33 votos. Esse número de 67 pais nas reuniões era uma raridade na Escola Beatriz.<sup>189</sup>

Havia, também, uma preocupação por parte dos pais da UFSC e ELETROSUL com a inclusão na diretoria da APP de um membro antigo da escola, que fosse morador

---

Diretores de esporte: José Pedro Da Ros- UFSC  
Caio Ribeiro Alves - UFSC

Diretor de eventos: Jorge Luiz Pedro - aluno antigo da escola do Pantanal

É interessante observar a origem dos membros do Grêmio: apenas um aluno era filho de pais da ELETROSUL, e os dois do bairro já eram líderes em suas respectivas turmas, vindo a aluna Fernanda a ser presidente do grêmio em outra gestão”.

<sup>188</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 28 fev. 1991**. Livro nº 01, p.25. (AEBMBSB).

<sup>189</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 8 mar. 1991**. Livro nº 01, p. 26-27. (AEBMBSB).

do bairro Pantanal. A direção sugeriu, em conjunto com os professores presentes, o nome de uma antiga presidente da APP, Arcely da Silva Mariano.

Durante o processo eleitoral, alguns professores, direção e especialistas, juntamente com pais da UFSC, presentes à reunião, indicaram o Professor Reinaldo Fleury para a vice-presidência. Dessa forma a nova APP ficou com a seguinte formação:

Presidente - José Luiz Silveira - ELETROSUL

Vice-Presidente - Reinaldo Fleury - UFSC

1º Secretário - Denise Lima de Vasconcellos - ELETROSUL

2º Secretário - Carlos Roberto Gallo - ELETROSUL

1º Tesoureiro - Leandro Fernandes - ELETROSUL

2º Tesoureiro - Dori da Silva Cândido - ELETROSUL

Conselho Fiscal

Presidente - Pedro Cabral Filho - Diretor

Sérgio Pons - ELETROSUL

Leila da Graça Amaral - UFSC.<sup>190</sup>

Mais dois professores deveriam compor a chapa eleita e ficou a critério da escola a sua escolha. Em virtude das reuniões da APP serem realizadas no período noturno, e por discordância na forma de gerir a associação, nenhum professor aceitou o convite para participar da diretoria. A APP começou, então, a funcionar dentro de uma estrutura composta de comissões. Estas tinham como atribuição acolher os pais, para que tivessem a possibilidade de participar da vida da escola, e eram assim constituídas: 1) comissão de infra-estrutura física e administrativa da escola; 2) comissão de mobilização, encarregada de organizar eventos para levantar dinheiro para a APP e

---

<sup>190</sup> Op. cit., p.27.



manter as demais comissões; 3) comissão de formação, responsável pelos aspectos pedagógicos da escola.<sup>191</sup> Essas comissões tinham um relator, e, uma vez por semana, a diretoria executiva reunia-se com os relatores para darem andamento às atividades gerais da APP, avaliando o que havia sido planejado e de que forma iriam resolver os problemas da escola. A diretoria fazia listas do que faltava à escola, do ponto de vista pedagógico e administrativo, nas quais entravam desde a formação dos professores e contratação de funcionários até compra de uniformes e livros didáticos para os alunos mais carentes.<sup>192</sup>

#### **4.5. Cooptar para privatizar**

A partir da entrada dos novos pais, houve um redimensionamento nas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, nas administrativas. Quanto a isso GALLO afirmou que não tinha “dúvidas que a escola tem uma nova história depois de nossa chegada. Pode-se dividir o Beatriz em antes e depois.”<sup>193</sup>

Porém a construção dessa nova história explicitada por Gallo não foi tão fácil de ser realizada, pois os pais novos apresentavam algumas propostas, como a suplementação de salários dos professores, que não eram muito bem recebidas pelos funcionários na Escola. Estes pais argumentavam que se eram pagas mensalidades altíssimas na escola privada, por que não pagar mensalidades também na pública. Se os professores estavam com os salários defasados, a APP deveria pagar o restante desse

---

<sup>191</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 12 mar 28 fev. 1991.** Livro nº 01, p, p.28-29. (AEBMBSB).

<sup>192</sup> Op. cit., p.28-29.

<sup>193</sup> GALLO, C. R. **Entrevista.** Florianópolis, 1996.

salário. Se os professores precisavam se atualizar, a APP providenciaria para que isso ocorresse. Na falta de material administrativo, a APP deveria comprar o que estivesse faltando.<sup>194</sup>

Um outro grupo de professores defendia uma escola de boa qualidade, mas para a Rede Municipal e não para uma escola isolada, que servisse de exemplo. Embora com dissensão, defendia que os pais entendessem que a opção pela qualidade da Rede Municipal de Ensino era uma questão política, assim como a opção pela escola pública. Porém, os pais acreditavam na neutralidade política do trabalho da APP.

No entanto, o ano letivo corria e a necessidade de manutenção diária da escola era um dado de realidade. Os problemas de infra-estrutura da Escola Beatriz eram muitos, conforme relatou BITTENCOURT:

o material que a prefeitura mandava nem sempre era completo. Havia coisas incríveis, tal como faltar papel higiênico no banheiro. Aí a gente chegava no município (e perguntava) por que não tem papel higiênico na Escola? (Eles respondiam) “Porque ninguém pediu”. Era uma burocracia, um aguardando que o outro tomasse providência, [...] a gente partiu para fazer isso fluir entre a Escola e o Município. (1992, p.32-33).

Esse fato mostrou que as ações dos pais estavam em curso dentro da Escola Beatriz sem o conhecimento da direção. A ida deles SME para saberem por que estava faltando material foi, num primeiro momento, uma desconfiança acerca da atuação da direção da escola. Agrega-se que, nas reuniões da APP, antes da chegada do diretor, não foram poucas as vezes que os pais verificaram o livro ponto para saber se as faltas dos professores eram registradas ou abonadas.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> Op. cit.

<sup>195</sup> SILVEIRA, J. L. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

A interferência direta dos pais na administração da escola fez com que os conflitos fossem se acirrando. Para um grupo de pais novos, o problema da educação residia no fato "de se pensar muito e fazer pouco". Era uma crítica declarada dos pais da ELETROSUL aos pais da UFSC. A crítica à não-participação destes referia-se às descontinuidades nas discussões, pois, não se esgotando nas assembléias, não eram resgatadas para discussões posteriores. Como já foi explicitado, na comissão de formação, que seria o lugar de participação desses pais, havia um pai da UFSC, Reinaldo Fleury, sendo o segmento da ELETROSUL mais presente numericamente e efetivamente.

Uma certa discussão ocorreu com relação à criação do uniforme: o grupo da UFSC fazia o discurso de que o mesmo não escondia as diferenças, as desigualdades e nem neutralizaria os efeitos das injustiças e discriminações sociais, ou seja, não se escamotearia a posição social com o uso do uniforme. O grupo da ELETROSUL justificava sua posição, contrária a da UFSC, com base na economia para os pais e segurança física dos alunos, já que a Escola Beatriz não possuía muros e o acesso à mesma era muito facilitado. As propostas foram levadas a uma assembléia da APP e o uso do uniforme foi institucionalizado na Escola Beatriz.

O conflito que estava sendo esperado pelos funcionários da Escola Beatriz, entre pais novos e antigos, não aconteceu, a não ser nas reuniões convocadas pela escola para a entrega de cadernetas ou em reuniões administrativas, em que eram comuns críticas do tipo: tem que ter duas reuniões, uma para os ricos e outras para os pobres, uma para a "comunidade" e outra para "eles". Porém, quando foi sugerido pela diretoria da APP um valor em dinheiro para o pagamento de contribuições à APP, o segmento

dos pais antigos uniu-se ao da UFSC e foram vencedores na proposta de pagamento facultativo.<sup>196</sup>

Para que uma turma adotasse um determinado livro, era necessário que todos pudessem comprá-lo. Os novos alunos vinham de uma escola onde estavam acostumados a livros didáticos ou apostilas, entendidos como garantia de qualidade.<sup>197</sup>

A respeito disso, E. PIACENTINI lembrou:

As pessoas achavam que o melhor aluno iria puxar o conteúdo para frente, e daí, teoricamente, todos os que são pobres poderiam ir atrás. Isto na prática não aconteceu. Se pegarmos aquela oitava série do ano passado, 1996, ela é uma radiografia da entrada dos alunos novos na escola. Alunos como o Eduardo, a Andrea, porque eles foram empurrados até agora, mas efetivamente, porque a escola no seu bojo não teve nenhum projeto para pensar isto separadamente. Porque a escola não assumiu isto, a escola não aceitava as diferenças. Ela só aceitava que tinha que ter sucesso. A oitava era um exemplo disto, alunos sem conhecimento nenhum de matemática. Também é verdade que muitos passaram nos primeiros lugares nos concursos de acesso ao segundo grau. Eu não tenho coragem de reprovar os alunos carentes, pois não foi realizado nenhum projeto de adaptação para que estas crianças tivessem o mínimo. Por outro lado, a sociedade é isto aí, o sonho acabou, se o saldo é positivo ou negativo é difícil de julgar.<sup>198</sup>

O procedimento indicado por E. PIACENTINI era corriqueiro nos conselhos de classe. Ao final do ano, muitas vezes aprovava-se um aluno que havia sido reprovado em uma disciplina por se entender que poderia superar as deficiências no ano seguinte.

---

<sup>196</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 03 abr. 1991**. Livro nº 01, p. p.30. (AEBMBSB).

<sup>197</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 10 abr. 1991**. Livro nº 01, p. p.32-33. (AEBMBSB).

<sup>198</sup> PIACENTINI, E. L. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

Para superar alguns problemas de aprendizagem, foram organizados os horários de “janela” dos professores de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, para que dessem aulas de reforço aos alunos e foi criado o Projeto Dificuldade de Aprendizagem para os de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série.<sup>199</sup> De 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, alguns professores não cumpriram os horários e chegavam justamente no momento de ministrar suas aulas. As professoras Maria da Graça Franzoni e Maria do Rosário Renzi propuseram a realização de um trabalho contínuo com a 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> série, podendo haver reprovação apenas na 2<sup>a</sup> série. A experiência foi bem sucedida e a professora trabalhou com os mesmos alunos até a 4<sup>a</sup> série do primeiro grau. No ano seguinte a proposta se repetiu com mais uma turma de 1<sup>a</sup> série.<sup>200</sup>

A proposta mais polêmica partiu dos pais e por eles foi executada. Como alguns alunos apresentavam dificuldades, principalmente em matemática, foram criadas aulas de reforço ministradas pelos pais José Silveira, Carlos Roberto Gallo e Rosângela Pons, depois das 17h30, para os alunos interessados. Essas aulas de reforço para os alunos de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série estavam indo muito bem, na avaliação dos pais, com bons resultados nas salas de aula. Percebendo isso, alguns pais de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série reivindicaram o mesmo, argumentando que, em algumas turmas, não percebiam o cumprimento do programa oficial por parte dos professores.<sup>201</sup>

Um grupo de professores, no entanto, exigiu da direção que acabasse com as aulas de reforço de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, porque os pais não eram professores. A direção afirmava que acabaria com o reforço desde que os docentes apresentassem uma solução

---

<sup>199</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Projeto dificuldades de aprendizagem**. Florianópolis, março de 1992. (AEBMBSB).

<sup>200</sup> RENZI, M. do R. **Entrevista**. Florianópolis, 1995.

<sup>201</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 03 jul. 1991**. Livro nº 01, p. p.39. (AEBMBSB).

para o problema. Sugeri então que os professores dessem essas aulas em seus horários livres, já que muitos possuíam carga horária insuficiente. A proposta não foi aceita e os pais continuaram a dar as aulas.

O exame de seleção exigido por muitas escolas, para acesso ao 2º grau, gerou um cursinho para os alunos da 8º série. Alguns professores da escola foram contratados e remunerados por aulas particulares. O aluno que não pudesse pagar poderia participar e não era considerado para o pagamento dos professores, pois o espaço era público. Ao final do ano, dos doze alunos que fizeram concurso na Escola Técnica, dez foram aprovados; outros seis fizeram testes na Escola da Polícia e três deles foram aprovados.<sup>202</sup>

Uma outra frente foi assumida pela diretoria da APP devido a problemas levantados nas reuniões da associação, entre os quais enumeramos alguns: aquisição de telefone, contratação de secretária, máquina de xerox, criação do jornalzinho da APP, pesquisa junto aos pais de alunos sobre a contribuição para a APP, confecção e listagem do perfil sócio-econômico dos pais dos alunos, conserto da caixa d'água, projeto de melhoria do refeitório e a apresentação dos ganhos para a escola junto à ELETROSUL.<sup>203</sup>

Entre as iniciativas da APP estavam a pesquisa junto às universidades para a realização de um contrato de integração escola-universidade, a gincana dos alunos para angariar fundos para a páscoa e a gincana esportiva entre escolas, envolvendo alunos de

---

<sup>202</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 8 maio. 1991.** Livro nº 01, p.36. (AEBMBSB).

<sup>203</sup> “Mobiliário para sala de professores, sala de aula e refeitório, talheres, máquina de escrever, geladeira e outros. Todo o material foi negociado junto à ELETROSUL.” (ELETROSUL. **Contrato nº 50310017, de 18 de maio. de 1992. Termo de permissão de uso que entre si fazem Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A e a APP da Escola Beatriz.** Florianópolis, 1992). (BEL).

8ª série com o objetivo de integração e formação, criando-se as Olimpíadas do Bia, nome carinhoso que os pais e os alunos adotaram para o evento. Muitos desses acontecimentos assustavam pela rapidez com que se realizavam. Em um mês tudo o que foi levantado nas reuniões foi conseguido, inclusive a doação de um refeitório completo e novo por parte da ELETROSUL para a Escola Beatriz.<sup>204</sup>

Durante mais de uma década essa unidade escolar foi vizinha da ELETROSUL e só conhecia a empresa por fora ou, como disse um dos alunos de segunda série, em aula para explorar o bairro: “*aqui é a ELETROSUL, e só serve para fazer greve*”. Porém, agora, a empresa estava “dentro” da escola, através dos pais, subsidiando o que era possível. As doações efetuadas eram dirigidas à Escola Beatriz e não a outras escolas da RME. Daí também pode-se inferir que a ELETROSUL negociava, mesmo que subliminarmente, com seus funcionários a passagem pela escola pública. Já que não lhes dava salário, dava-lhes outros recursos materiais para suprir a falta destes na escola pública.

Os pais investiram de todas as maneiras na escola. Em função disso, organizou-se o I Seminário de Integração Escola Comunidade, no período noturno, com a Professora Doroti Martins da UFSC. Tinha o objetivo de mostrar aos pais o processo de formação da escola pública e suas dificuldades. Por outro lado, a comissão de formação organizou um curso sobre planejamento e avaliação, com o professor Reinaldo Fleury, que não se realizou por exigir a leitura do livro *Educar pra quê?*, da autoria do professor, e o pagamento de taxa de inscrição. A mesma comissão providenciou ainda

---

<sup>204</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 12 de mar. 1991**. Livro nº 01, p.28-29. (AEBMBSB).

um curso de “Atualização em Português”, ministrado aos docentes pela professora da UNICAMP, Cecília Vaz Pupo, em março de 1992, pago pela SME e APP.<sup>205</sup>

Enquanto isso, a comissão de formação procurava viabilizar um projeto junto às Instituições de Ensino Superior de Florianópolis - IES que integrasse escola e universidade. Esse projeto visava, entre outras coisas, encontrar alunos de graduação das mais variadas disciplinas para ministrarem aulas na falta dos professores, como faziam os auxiliares de ensino, para que os alunos não fossem dispensados mais cedo. Um outro objetivo era o de encontrar formas de trabalho pedagógico para conter a evasão escolar.<sup>206</sup>

A comissão de formação também enviou um questionário aos professores, tendo em vista colaborar com eles em suas atividades docentes. Devido à resistência dos professores à participação dos pais na escola, esperava-se que não preenchessem o questionário, porém eles o responderam e os resultados foram apresentados em reunião da APP por ordem de prioridade:

- 1º - Planejamento e Avaliação (proposta curricular);
- 2º - Metodologia da Didática com ênfase para Matemática e Português;
- 3º - Psicologia Educacional;
- 4º - Arte e Educação;
- 5º - Alfabetização;
- 6º - Ciências.<sup>207</sup>

---

<sup>205</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 8 maio. 1991**. Livro nº 01, p.36. (AEBMBSB).

<sup>206</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 18 mar. 1991**. Livro nº 01, p.29. (AEBMBSB).

<sup>207</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 05 jul. 1991**. Livro nº 01, p.37-38 (AEBMBSB).



Como forma de evitar o enfrentamento entre os alunos antigos e novos, ficou decidido que os professores de Educação Física e os de sala de aula desenvolveriam ações de integração com os alunos, principalmente na 8ª série. Essa proposta encontrou resistência por parte de alguns professores que afirmaram “estar-se colocando um tapete vermelho na escola para receber estes pais.”<sup>208</sup>

Pensou-se também na possibilidade de se conseguir bolsas de trabalho para os alunos que precisavam e desejassem trabalhar, mas essa proposta foi barrada pelo dispositivo legal que impede o trabalho infantil.<sup>209</sup> A entrada dos novos pais trouxe de volta a figura do “prêmio”, que há muitos anos havia sido abolida. Os pais, no entanto, afirmavam que o prêmio tornaria os alunos mais unidos. Sendo assim, os passeios foram utilizados como forma de incentivo às atividades discentes. Na maioria dos casos, os ônibus conseguidos vinham por meio do Relações Públicas da ELETROSUL, Miguel Sedrez. Vale comentar que o trânsito dos novos pais com as autoridades constituídas, sejam da ELETROSUL ou da administração municipal, era muito familiar. Observando as correspondências da APP, pode-se verificar que eles não mediam esforços em acioná-las quando necessário.<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 18 mar. 1991**. Livro nº 01, p.29. (AEBMBSB).

<sup>209</sup> Op. cit., p.37-38.

<sup>210</sup> “A fim de equipar a escola, os pais enviavam cartas ao Presidente da ELETROSUL, Eng. Amilcar Gazaniga, solicitando uma série de materiais que estavam disponíveis no almoxarifado da empresa. No conteúdo da carta, os pais diziam o estado em que os materiais se encontravam, a exata localização e o porquê destes não interessarem mais para aquela instituição.”( ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. Associação de Pais e Professores da Escola Básica Beatriz de Souza Brito. **Correspondência enviada a Amilcar Gazaniga, Presidente da ELETROSUL**. Florianópolis, 28 de fevereiro. de 1991. (AEBMBSB).

#### 4.6. A reação dos profissionais da Escola Beatriz

Na Escola Beatriz era comum a falta de professor em sala de aula, por isso existia o Auxiliar de Ensino.<sup>211</sup> Essas faltas assustavam bastante os pais que solicitaram, então, oficialmente, à direção da escola os horários de todos os professores e suas respectivas aulas. A ausência dos professores era sentida também nas reuniões da APP, em geral justificada por problemas de comunicação. Levando em consideração este problema, os pais decidiram que as reuniões aconteceriam todas as quartas-feiras, na escola, às 19 horas, ficando a comissão de mobilização encarregada de fazer cartas-convite para os professores.<sup>212</sup>

A comissão de formação começou a participar da vida da escola. Era comum encontrar professores conversando com pais e estes se oferecendo para trabalharem junto às turmas. Os pais começaram a ver a escola por dentro. Desse processo nasceu a necessidade de levantamento de informações relativas à evasão escolar e à compra de material e livros didáticos para os professores. De posse dessas informações e com o programa das disciplinas em mãos, os pais realizaram um segundo movimento: a cobrança dos conteúdos. Eram constantes as incursões dos pais para saberem por que não foi ministrado este ou aquele item do programa. Como muitos alunos não puderam comprar os livros solicitados, foi realizada uma coleta financeira para adquiri-los. Muitos pais compraram mais de um livro e os doaram a quem não podia comprá-los.

---

<sup>211</sup> Profissional com curso de magistério que, na falta de qualquer professor, é chamado a ocupar o espaço que deveria ser de uma aula. Muitas vezes os auxiliares ocupam as aulas com matérias que os próprios docentes lhes entregam com antecedência; em outros momentos, trabalham com jogos.

<sup>212</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. *Ata da reunião do dia 03 abr. 1991*. Livro nº 01, p.30. (AEBMBSB).

Como duravam três anos, em média, os alunos deveriam deixá-los na escola que se encarregaria de repassá-los para as próximas séries.<sup>213</sup>

Foi solicitado também à direção o veto à entrada de estranhos no ambiente escolar fora do período de aula. Os professores argumentaram com os pais que isso não poderia ser feito, haja vista que a escola era da comunidade e sempre foi aberta.<sup>214</sup>

O primeiro semestre de 1991 chegava ao fim e foi marcada a última reunião, à qual compareceu número expressivo de professores e pais. Foi uma reunião tensa já que, de certa maneira, os pais estavam cansados das faltas dos professores e pediam providências da direção. Sendo assim, a direção da Escola Beatriz, como forma de coibir essas faltas, divulgou entre os docentes uma nota com critérios para o abono de faltas. Outra solução foi a contratação, pela SME, de mais dois auxiliares de ensino, o que incentivava ainda mais os faltosos.

Mesmo assim, a falta acentuada de professores conduziu a direção a reunir-se com os pais para entregar-lhes os horários de aula e atendimento e calendário escolar. Tal procedimento visava atender a demanda dos pais que reclamavam horários para conversar com os professores. Estes esquivavam-se das críticas, afirmando que os desencontros deviam-se à inadequação dos horários definidos pela direção.<sup>215</sup>

A pressão sobre os professores aumentava a cada dia, gerando casos extremos como o de uma professora de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, aconselhada pela equipe pedagógica a trocar de escola. De 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série a situação não era diferente, o clima era de campo de

---

<sup>213</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 10 abr. 1991**. Livro nº 01, p.31-32. (AEBMBSB).

<sup>214</sup> Op. cit., p.31-32.

<sup>215</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 03 jul. 1991**. Livro nº 01, p.39-41. (AEBMBSB).

batalha, os alunos registravam tudo o que acontecia e mostravam em casa. Durante o ano de 1991 alguns professores de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, substitutos, foram afastados de sala de aula e uma professora de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série solicitou a sua transferência da escola. Outros professores de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> e de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série foram readaptados de acordo com a sua própria vontade, como auxiliares de ensino, saindo também da sala de aula.<sup>216</sup>

Muitos dos afastamentos de professores ocorridos na Escola Beatriz foram causados por excesso de faltas ou por dificuldades de ordem pedagógica no relacionamento com os alunos. Na época, a SME entregava nas escolas da Rede Municipal uma ficha de avaliação dos professores substitutos com os seguintes itens: relacionamento humano, planejamento escolar, manejo de classe e responsabilidade. De posse desse documento, a direção e especialistas avaliavam os professores.<sup>217</sup>

Outros episódios marcaram o ano de 1991. Um desses momentos aconteceu com a oitava série. Um professor, que estava cobrindo uma falta de um outro docente, ao entrar na sala, se deparou com uma tabuleta com os seguintes dizeres: “*HOJE TEVE AULA NORMAL, FALTOU PROFESSOR*”. Esta frase pelo seu conteúdo, causou mal-estar em todos da escola e desejava-se então punir os culpados.<sup>218</sup>

Um outro fato aconteceu com uma turma da sétima série. Os alunos, em sua maioria, já haviam feito, ou faziam, algum curso de inglês extra-curricular. A professora da disciplina nutria profundas convicções religiosas e entendia as críticas dos alunos como falta de educação ou manifestações demoníacas. Em uma manhã, quando ela

---

<sup>216</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 03 jul. 1991**. Livro nº 01, p. p.39-41. (AEBMBSB).

<sup>217</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Ficha de avaliação do professor substituto**. Florianópolis, 1991. (AEBMBSB).

<sup>218</sup> GALLO, C. R. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

entrou na sala para ministrar sua aula, encontrou bíblias rasgadas e coladas por toda a parte e o aparelho de som da escola tocando *rock* a todo volume. A professora ficou irada e culpou a direção de ter preparado aquele golpe com os alunos.

A Secretaria Municipal de Educação, geralmente omissa às questões da escola, já havia sido chamada pela supervisora para conversar com a professora. Naquele dia as técnicas da SME apareceram no exato momento do confronto. Estavam presentes a coordenadora de Inglês da Rede e a coordenadora das especialistas que foram convidadas pelo diretor para entrarem com ele na sala de aula e conversar com os alunos. Estes estavam sentados, com a música ainda tocando, usando roupas pretas, maquiagem branca e *gel* nos cabelos

MACHADO relatou que essa atitude dos alunos deu-se

porque a professora não conseguia dar aula, e dizia que todos éramos a encarnação do demônio, daí o Zezo (José Pedro Da Ros) teve a idéia de todo mundo ir de preto para destruir a professora. Foram feitas três reuniões na casa da Ju (Juliana Chaves) e uma na escola, na aula de educação física.<sup>219</sup>

O fato se espalhou pela escola e alguns professores entendiam que nada deveria acontecer com os alunos. As técnicas da SME apresentaram um relatório que resultou no afastamento da professora de Inglês. A organização da escola, em contraste com a de algumas escolas particulares de Florianópolis, propiciava uma relação mais próxima entre alunos, direção e professores. Um pai lembrou que “o contato com os professores era direto, na escola particular as crianças não conhecem o diretor, ali eles viviam na sala do mesmo.”<sup>220</sup> Ou, como lembrou uma mãe, “ir para a direção não era castigo”.

---

<sup>219</sup> MACHADO, F. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

<sup>220</sup> GALLO, C. R. **Entrevista**. Florianópolis, 1996.

Esse clima de liberdade contribuía para o acirramento do confronto dos alunos com os professores.

No mês de agosto de 1991, alguns pais, em nome da APP, enviaram carta aos professores, chamando-os à responsabilidade com o serviço público e à sua competência como profissionais, motivada pelo excesso de faltas às aulas. Sobre isso, GALLO afirmou

Nós pais estávamos cansados de tentar conduzir a coisa de maneira amigável, meus filhos chegavam em casa e diziam 'ah, o professor não veio'. Aí nos falávamos: 'como? de novo?' Até que chegou um momento em que dissemos: 'agora chega, ou vai ou racha'. Fizemos a tal correspondência, a tal carta, chamando os professores à responsabilidade. A nossa intenção era a seguinte: a carapuça vai servir para quem entender, eu vou mandar para todos, eu não posso mandar para o fulano, beltrano ou sicrano. Quem ler e entender que aquilo não lhe diz respeito, joga fora. A única solução que nós vimos foi essa. Preparamos uma carta, que foi redigida por várias mãos, depois a autoria foi negada, e eu disse que foi a APP a responsável.<sup>221</sup>

Os professores exigiram que a direção convocasse uma reunião com os pais para pedir esclarecimentos quanto ao teor da carta.<sup>222</sup> Lendo-se a Ata dessa reunião, pode-se perceber o momento de tensão sofrido por todos os envolvidos. No início, o Diretor da escola procedeu à leitura da carta e ao final teceu críticas a mesma e conclamou os professores a devolverem-na aos pais. Por outro lado, o Presidente da APP comentou que foi com muita relutância que a mesma foi enviada e que na verdade o assunto deveria ter sido levado diretamente à Secretaria Municipal de Educação.<sup>223</sup>

---

<sup>221</sup> Op. cit.

<sup>222</sup> A cópia desta carta não foi encontrada. Na época, ao final da reunião, muitos professores a devolveram aos pais e outros a rasgaram no momento em que a receberam.

<sup>223</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 11 set 1991**. Livro nº 01, p.42-44. (AEBMBSB).

Após estas ponderações a reunião ocorreu num clima bastante tenso, com trocas de acusações, chegando um professor a chamar os pais de fascistas. Esse fato fez com que o professor Reinaldo Fleury renunciasse à vice-presidência da APP, afirmando que não foi ouvido sobre a elaboração da carta e que não concordava com ela. Solicitou também que seu nome fosse retirado da vice-presidência da APP.<sup>224</sup>

Por conta do acontecido, os professores afastaram-se das reuniões da APP e passaram a criticar qualquer atividade dos pais na escola. Podia-se observar também que nessa atitude dos professores estava uma resposta à forma com que, durante um ano, foram submetidos e pressionados pelos pais e direção da escola. Muitas vezes, os pais, numa tentativa de garantirem o melhor para seus filhos, negavam e desconfiavam de tudo e de todos dentro da escola e para isso acharam excelentes canais de pressão, o diretor e a APP.

#### **4.7. Escola Básica Beatriz: uma escola pública de qualidade?**

Até o segundo semestre de 1991, a Escola Beatriz estava com as turmas preenchidas. Tal fato, que nunca ocorrera na escola, derivou da criação, por parte dos pais, do mito da boa escola, da escola modelo, onde todos os problemas estavam resolvidos. Na Rede Municipal a informação era de que a ELETROSUL havia adotado a escola do Pantanal.

Os comentários sobre a escola ultrapassavam seus muros e todos falavam sobre a referida adoção, estendida ao seu gerenciamento. A Escola Beatriz recebia visitas

---

<sup>224</sup> Op. cit., p.42-44.

constantes da imprensa,<sup>225</sup> interessada nos detalhes de “excelência”, supostamente alcançada com a participação dos pais e ajuda da iniciativa privada.<sup>226</sup> O presidente da APP foi convidado a participar de eventos em que era solicitado a narrar as experiências acontecidas na escola e como foram solucionados os problemas encontrados. Um desses momentos foi na reunião das APPs de Florianópolis, promovida pela Secretaria de Educação do Município.<sup>227</sup>

Em setembro do mesmo ano foi lançado o primeiro número do Jornal BIA, mostrando as atividades e conquistas da APP. Em dezembro o segundo número estampava os baixos índices de evasão e valorizava o trabalho na escola. O último ato da APP nesse ano foi contratar uma secretária para atender os professores, que lhe entregavam os textos para datilografá-los e reproduzi-los.<sup>228</sup> Relativamente às matrículas, adotou-se o mesmo procedimento do ano anterior, porém com fortes aliados: os pais. Estes participaram ativamente do processo e explicavam aos pais exaltados a importância de se ter turmas de vinte e cinco alunos em cada sala.

No final de 1991 as reprovações caíram de 52% em 1990, nas primeiras séries, para 44%, de 52,38% para 36% nas quartas séries, e de 51% para 30% nas quintas séries. As demais turmas também apresentaram um índice de reprovação inferior ao ano de 1990. O ano de 1992 teve início com 502 alunos matriculados, assim distribuídos:

---

<sup>225</sup> A direção foi convidada para participar do programa RBS Comunidade e abordar a temática da atuação dos pais na escola. Essa movimentação da imprensa fazia parte do *merchandising* dos pais, cuja intenção era demonstrar que não tiraram seus filhos de escolas particulares para colocá-los em qualquer escola mas, sim, na melhor escola do Município.

<sup>226</sup> “Pais adotam escola no Pantanal”. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.5, .27 fevereiro de 1991. (BPESC).

<sup>227</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 05 jun 11 set 1991**. Livro nº 01, p.37. (AEBMBSB).

<sup>228</sup> **JORNAL DA APP BEATRIZ DE SOUZA BRITO**. Nº 0001. Florianópolis, APP Beatriz de Souza Brito, setembro de 1991. (AEBMBSB).



### QUADRO 8

#### Número total de alunos por turma no ano de 1992 na Escola Beatriz

Série	Número de alunos	Número de turmas
1ª série	76	3
2ª série	75	3
3ª série	52	3
4ª série	77	3
5ª série	70	3
6ª série	65	2
7ª série	59	2
8ª série	28	1
<b>TOTAL</b>	<b>502</b>	<b>20</b>

Fonte: Movimento de matrícula de 1992 - Escola Básica Beatriz de Souza Brito.

Além das matrículas efetuadas, havia uma lista de espera em todas as turmas. À guisa de exemplo, a lista da quinta série tinha 19 inscritos e a da terceira 20, esperando por vaga. Essa demanda resultou na abertura de mais uma turma de 3ª série. No início do ano, a direção entregou o calendário escolar para os diretores da APP para ser digitado e reproduzido aos interessados. Já nas férias de janeiro do ano de 1992, alguns professores foram fazer curso de atualização com verbas da APP.

Na primeira reunião pedagógica do ano de 1992, ficou acertado que o reforço aos alunos seria contemplado na grade de horário dos professores e seria ministrado em horário oposto às aulas. As provas bimestrais passaram a ser marcadas pela direção que teria o controle das datas e dos conteúdos ministrados. Esse fato fez com que os professores de 1ª a 4ª série planejassem conjuntamente os conteúdos e se encontrassem uma vez a cada quinze dias para planejar as atividades.<sup>229</sup>

Nessa reunião também ficou acertado o destino do dinheiro arrecadado pela APP. A proposta dos professores, apresentada aos pais, foi de que 40% do total seria empregado na ampliação do acervo da biblioteca, 40% na compra de material didático-pedagógico e 20% na manutenção da escola. Dessa forma, começou uma maior interação dos professores nas atividades da APP.<sup>230</sup>

Embora não estando mais presentes às reuniões da APP, os pais da UFSC colaboravam, dentro do possível, nas discussões pedagógicas da escola. Em atuação com o grêmio, montaram um laboratório de Ciências e, em seguida, com a direção da Escola, conseguiram que a SME contratasse um profissional para trabalhar no laboratório. Nele se executavam as aulas práticas com todas as turmas da escola.

---

<sup>229</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião pedagógica de 1992**. Livro s/n, p.100 Florianópolis, 1992. (AEBMBSB).

<sup>230</sup> Op. cit.

Também foi contratado mais um profissional de Educação Artística para atender, em forma de projeto, os alunos de 1ª a 4ª série. O refeitório industrial doado pela ELETROSUL foi inaugurado no início do ano de 1992, possibilitando que fosse colocado em prática o “dificuldades de aprendizagem.”<sup>231</sup>

O nível de exigência dos pais tornou-se parte do cotidiano dos professores. No dia 20 de março de 1992, após alguns anos de discussão interna, foi traçado o objetivo geral da Escola Beatriz que ficou assim definido “contextualizar o aluno dentro de uma realidade política, econômica e sócio-cultural, onde ele possa ver, julgar, agir e refazer num processo de garantir a apropriação do saber historicamente acumulado.”<sup>232</sup>

A construção deste objetivo é relevante porque espelhava, em geral, as relações docentes e discentes na Escola Beatriz. Forjado durante anos, expressava a prática, se não de todos, de um número significativo de profissionais. Ao levantar esta hipótese quero pensá-la na direção da chegada dos novos pais em 1990, quando estes afirmavam que as relações ali eram diferentes da efetuada na escola particular.

Uma outra hipótese que pode ser aventada deste processo diz respeito ao tipo de escola que se estava construindo, onde se pode perceber uma ênfase no conteúdo historicizado.

Ainda nesse primeiro semestre de 1992, os problemas enfrentados em relação ao ano anterior foram menores. A presença dos pais já havia sido assimilada pelos professores e suas visitas diminuíram. Na primeira reunião da APP desse ano, os pais

---

<sup>231</sup> Neste projeto os alunos de 1ª a 4ª série, que eram mais pobres, passavam a conviver em tempo integral na escola, ali desenvolviam atividades de higiene, deveres escolares e reforço pedagógico. Para mantê-lo foi necessário que a quantidade de merenda fosse duplicada e que a Secretaria Municipal de Educação contratasse dois professores para atuarem junto a estes alunos, um em cada período. Como o objetivo do projeto era de evitar a evasão, todas as exigências da escola foram cumpridas pela SME.

<sup>232</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião pedagógica do dia 28 de março de 1992.** Livro s/n, p.100 Florianópolis, 1992. (AEBMBSB).

presentes comentavam a pequena freqüência à assembléia, sendo necessário marcar nova reunião para início das atividades.<sup>233</sup>

Esta reunião aconteceu no dia 18 de março e tinha como ponto de pauta, entre outros, a eleição para a nova diretoria da APP. Após alguns comentários ficou decidido que seria convocada nova reunião para tratar especificamente do tema. Esta reunião somente aconteceu no dia 05 de maio, com a apresentação de cinco propostas de encaminhamentos. Na oportunidade o Diretor Pedro Cabral Filho propôs a manutenção da diretoria atual por mais um ano. A proposta foi aceita e os mesmos permaneceram no diretoria da APP até março de 1993.<sup>234</sup>

Apesar da realização de bingos, ‘carreiros’ e outras atividades, os pais moradores do Pantanal, com filhos na escola, afastaram-se quase totalmente, comparecendo somente quando solicitados. E um desses momentos era a eleição de diretor, que estava próxima. Muitos pais vieram trabalhar, pois era de interesse deles que o então diretor continuasse evitando o risco de que um professor contrário à sua presença fosse eleito e interrompesse o trabalho até ali desenvolvido. Foi convocada uma reunião extraordinária da APP para a composição da comissão eleitoral e no dia 12 de julho de 1992, sem concorrente, o professor Pedro Cabral Filho foi reeleito.

---

<sup>233</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 11 de mar. 1991**. Livro nº 01, p.44. (AEBMBSB).

<sup>234</sup> ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Ata da reunião do dia 05 de maio 1991**. Livro nº 01, p.46. (AEBMBSB).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O título dessa dissertação, **A constituição da Escola Básica Municipal Professora Beatriz de Souza Brito: 1935 - 1992**, refere-se ao estudo de um período da história dessa escola. Entre o primeiro momento, como escola isolada, e o último, como escola básica, foi possível perceber que as determinações do processo de reestruturação capitalista em um país como o Brasil implementaram políticas sociais que, por sua vez, influenciaram na constituição não somente da cidade mas do bairro e da escola.

A história da Escola Beatriz poderia ser pensada abstratamente, como uma instituição singular, sem nenhuma conexão com a realidade concreta.<sup>235</sup> Certamente é distinta das outras escolas, contudo conduzimos nossos estudos no sentido de buscarmos a sua reconstrução histórica tomando o campo onde alicerça a sua particularidade para percebê-la na relação entre o universal e o particular. Ou seja, a Escola Beatriz não pode ser estudada isoladamente, pois se moveu conforme se moveram a economia, a política e as forças sociais. Está inserida no movimento histórico, é composta por ele e o compõe.

Tendo estas questões como horizonte, percorremos o período delimitado, detendo-nos em momentos de maior inflexão histórica, segundo nossa compreensão. Um deles foi a constituição da escola isolada como instituição escolar propriamente dita, nos anos 30, após o que se seguiu, em 1957, sua transformação em escola desdobrada. Nos anos 50 a escola Beatriz passou a ser vista como importante fator de ascensão social, e as famílias organizavam-se e lutavam por mais vagas nas escolas.

---

<sup>235</sup> KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

Tais pressões obtiveram como resposta do Estado a formação de uma rede física no município, verificável não só no aumento de escolas desdobradas como no expressivo número de decretos e leis que versaram sobre a educação.

Outro momento importante ocorreu quando a escola desdobrada do Pantanal foi transformada em grupo escolar, em 1963,<sup>236</sup> com prédio próprio, aparelhado e com um corpo docente formado por Escola Normal concomitantemente à extinção do cargo de professor complementarista e criação da carreira de diretor escolar.<sup>237</sup>

A ampliação da escolaridade obrigatória, determinada pela constituição de 1967 e incluída nos planos educacionais pela lei 5692/71, transferiu para os municípios os encargos com o ensino de 1º grau. Na rede de ensino de Florianópolis, ao final da década de 70, 10 grupos escolares foram transformados em escolas básicas.<sup>238</sup> O número de estabelecimentos escolares pertencentes à municipalidade, a partir de 1972, foi crescente. Este passou de 26 escolas para 30, em 1978, incluídas as escolas básicas, desdobradas, reunidas e isoladas. Com este aumento, as matrículas tiveram um acréscimo considerável: passaram de 3.230 para 6.097.<sup>239</sup>

Em 1974 a Diretoria de Educação da Prefeitura de Florianópolis deixou de ser um departamento e ganhou o *status* de Secretaria de Educação, Saúde e Assistência

---

<sup>236</sup> Segundo COSTA, A. M. citado por SPOSITO, “a reunião das escolas isoladas em um mesmo prédio, subordinadas a um só regime, sob uma única direção, divididos os alunos em classes, segundo o adiantamento, e correlatamente aproveitada a cooperação dos professores, revelaram-se, na prática, de indiscutível utilidade na organização e expansão do ensino primário, e representavam um progresso extraordinário em relação às escolas isoladas.” (1992, p.31)

<sup>237</sup> FLORIANÓPOLIS. Lei nº 433, de março de 1960. Cria a carreira de diretor de grupo escolar. [s.n]. Florianópolis, 1960. (ASPLAN-SME).

<sup>238</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação Saúde e Assistência Social. **Relatório de Atividades, Exercício de 1984**. Florianópolis, dezembro de 1984. (ASPLAN-SME).

<sup>239</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. **Informações Básicas - agosto de 1978. Trata sobre os estabelecimentos de ensino da Prefeitura**. Florianópolis, 1978. (ASPLAN-SME).

Social - SESAS, seguindo a tendência de tecnicização do campo educacional. Neste ano, o Grupo Escolar Beatriz contava com 242 alunos e funcionava em dois turnos, sendo diretora Catarina Maria Silveira dos Santos.

Neste mesmo período o corpo docente do município de Florianópolis foi dividido entre 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries, com uma presença maciça de professores primários até o ano de 1975, quando os de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série quase triplicaram seu número devido as transformações dos grupos escolares em escolas básicas. O perfil do docente também foi sendo alterado: de Normalista passou a ter formação no Magistério de Segundo Grau e no Ensino Superior, revelando o processo gradual de profissionalização do magistério.

No Grupo Escolar Beatriz, no entanto, a entrada de professores com nível superior só ocorreu no ano de 1986, quando da transformação em Escola Básica. A partir de então as relações profissionais e políticas nessa escola foram alteradas em razão da transformação da SESAS em Secretaria Municipal de Educação - SME. Os documentos da escola e as posturas da Secretaria revelaram um privilegiamento dos professores com nível superior em relação aos demais.<sup>240</sup>

No interior da Escola Beatriz esta divisão pôde ser percebida na elaboração dos calendários anuais, no número de aulas ministradas, no número de dias trabalhados e

---

<sup>240</sup> A então Secretária Telma Anita Piacentini afirmou que “neste quadro constata-se uma tendência em aprofundar-se o estrangulamento bastante nítido no processo ensino-aprendizagem. Somos levados a crer que estes professores, hoje na maioria habilitados (e não apenas estes, mas, também, aqueles efetivos há mais tempo na rede) elevaram seu nível de exigência; e os alunos, dadas as condições de ensino problemático e deficitário, com as quais conviveram até recentemente, não estão conseguindo responder satisfatoriamente aos desafios que tais professores estão a lhes apresentar.” Ao apresentar sua posição quanto aos novos professores, a dirigente da educação municipal, além de demonstrar a direção que daria à educação, tinha a intenção de esclarecer aos novos professores da RME que “o início do trabalho escolar deveria partir das condições apresentadas pelos alunos, para assim garantir a qualidade de trabalho do professor, sem transferir ao aluno as perdas e as responsabilidades advindas das deficiências que o tempo escolar, decorrente da recente história da educação autoritária, acarretou.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Ofício n° 013, de 25 de maio de 1987). (ASPLAN-SME).

nas presenças em reuniões. Os professores de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série sentiam-se desvalorizados e injustiçados, pois trabalhavam, na sua concepção, mais do que os de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série e recebiam um salário menor.

Relativamente aos conteúdos, a situação não era diferente. Com a transformação em escola básica, os alunos não saíam desta para outras escolas. Os docentes de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série passaram a ser responsabilizados pelo fracasso escolar, principalmente nas 5<sup>a</sup> séries, em que acontecia o maior índice de reprovações.

No que se referia à ingerência de qualquer órgão oficial na escola, podia-se perceber que muitas atitudes eram corporativas. Inicialmente o docente trabalhava sozinho, prestando conta de seu trabalho aos inspetores e à Diretoria de Educação. Com o advento da escola desdobrada e do grupo escolar, passou a exercer sua função com outros profissionais, o que dificultava a ascendência da Prefeitura ou dos diretores indicados sobre eles. Contudo a negação das orientações emanadas da Secretaria Municipal de Educação consolidaram-se, de fato, com a escola básica.

Em relação aos pais, a situação também não foi diferente. Permitiu-se sua presença, ao longo da história da escola, desde que não interferissem nas atividades pedagógicas. Nos últimos dois anos, entre 1990 e 1992, os pais, principalmente os de filhos egressos de escolas particulares, encontraram muitas dificuldades, justamente porque foi um período que tiveram participação ativa na escola. As atividades realizadas pela APP foram encaradas pelos docentes como gerenciamento e controle, recebendo deles pouco apoio. Tal resistência estava articulada aos desdobramentos da política privatizante imposta pelo Presidente da República, Fernando Collor de Mello, que trouxe para o interior da Escola Beatriz a exigência de um padrão de qualidade importado da escola particular.



Neste sentido, concluímos que as transformações operadas na construção da Escola Básica Beatriz evidenciaram estreitas ligações do particular com as relações mais amplas da sociedade, e suas relações com a reestruturação capitalista, determinante na constituição desta escola.

Nestas **Considerações Finais** procuramos tecer reflexões sobre questões que nos pareceram primordiais para a compreensão da escola pública brasileira. Consideramos, inicialmente, que havia uma escola pública de qualidade organizada tanto na consciência de quem propunha as políticas públicas quanto nas de quem as executava. Cada momento histórico possuía a escola de qualidade que foi possível no seu tempo e segundo o conceito de “qualidade” tecido nas relações sociais. Nem sempre a qualidade desejada pela sociedade civil correspondeu à qualidade imposta pelo Estado.<sup>241</sup>

A entrada organizada de pais pertencentes às classes médias provocou na Escola Beatriz uma forte polêmica em torno da qualidade do ensino. Isso porque o parâmetro atual de qualidade nos estabelecimentos de ensino público, segundo o senso comum, é a escola privada. No entanto, lembra BRANDÃO que “esta supervalorização do privado em educação é fruto do desconhecimento e do ocultamento que se faz na escola privada, onde se assenta a ilusão da boa escola.” (1989, p.106).

Na Escola Beatriz, esta problemática esteve sempre na ordem do dia, embora aparentemente tivesse eclodido nos últimos anos por nos delimitados para estudo. Creio que o excerto retirado da obra de SADER, já citado na epígrafe, expressa o significado mais profundo do trabalho que desenvolvi: “como toda história viva, feita pelos homens de carne e osso, esta também é uma história sem final, cuja continuidade depende de

---

<sup>241</sup> cf. GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

todos. Pra que cada vez mais ela possa ser feita por homens e mulheres conscientes de si mesmos, de seus direitos e deveres com a humanidade, a compreensão do trecho andado é indispensável.” (Sader, 1990, p.92).

## **6. FONTES DOCUMENTAIS**

### **6.1. Documentos relativos à Escola Básica Beatriz de Souza Brito**

GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL PROFESSORA BEATRIZ DE SOUZA BRITO.

**Ofício n° 6 de 22 de fevereiro de 1964 do inspetor Alfeu de Espíndola para as professoras do grupo escolar.** Florianópolis 1964. (AEBMBSB).

GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL PROFESSORA BEATRIZ DE SOUZA BRITO.

**Ofício n° 6 de 09 de maio de 1967. Do diretor do grupo escolar Selço de Mattos para o Inspetor Alfeu de Espíndola.** Florianópolis, 1967. (AEBMBSB).

GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL PROFESSORA BEATRIZ DE SOUZA BRITO.

**Ofício n° 66 de 10 de agosto de 1967. Do inspetor Alfeu de Espíndola para o diretor do grupo escolar Selço de Mattos.** Florianópolis: Grupo Escolar Beatriz de Souza Brito, 1967. (AEBMBSB).

GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL PROFESSORA BEATRIZ DE SOUZA BRITO.

**Ofício n° 2 de 01 de abril de 1969. De Selço de Mattos para o inspetor Espíndola. Comunicação de ordem administrativa, dando conta do não comparecimento de professores ao trabalho no dia 31 de março de 1969.** Florianópolis, 1969. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Relatórios de março a dezembro do movimento mensal de alunos da Escola Básica Beatriz de Souza Brito de 1987 a 1993.**

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Diários de classe.** 1986/1987.

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Folha de controle das transferências e evasão: abril/outubro de 1987.** Florianópolis, 1987. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Quadro de Pessoal: 1987.** Florianópolis, 1987. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Relatório de março a dezembro de movimento mensal da Escola Básica Beatriz de Souza Brito 1989.** Florianópolis. 1989. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Abaixo assinado reivindicando a implantação do 2º grau na Escola Básica Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, 1989. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Calendário de 1990.** Florianópolis, 1990. (AEBMBSB).

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Indicação nº035 19 de fevereiro de 1991. Vereador D.J. Machado solicita a limpeza da caixa d'água da Escola Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, 1991. (AEBMBSB).

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA BEATRIZ. **Correspondência enviada a Amilcar Gazaniga. Presidente da ELETROSUL.** Florianópolis, 28 de fevereiro de 1991. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. Associação de Pais e Professores da Escola Básica Beatriz de Souza Brito. **Programa de gestão**. Florianópolis, 1991. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Folha de controle das transferências e evasão: abril/outubro de 1991**. Florianópolis, 1991. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Calendário de 1991**. Florianópolis, 1991. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Projeto de Educação Artística**. Florianópolis, março de 1991 (AEBMBSB)..

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Of. n° 031/1991, de 23 de agosto, de Pedro Cabral, diretor, solicitando a construção de quatro salas de aula a Aderson Flores, Secretário de Educação**. Florianópolis, 1991. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Atas das reuniões pedagógicas de 1989 até 1992**. Livros s/n°, p.100. Florianópolis, 1991. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Calendário de 1992**. Florianópolis, 1992. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Folha de controle das transferências e evasão: abril/outubro de 1992**. Florianópolis, 1992. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Curso de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa**. Florianópolis, março de 1992. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Projeto Laboratório de Ciências.**

Florianópolis, 1992. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Projeto Dificuldades de**

**Aprendizagem.** Florianópolis, março de 1992. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Projeto Participação.**

Florianópolis, 1992. (AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. Associação de Pais e Professores -

APP. **Atas da APP de 1989 / 1992.** Florianópolis, Livros nº 01, p.50.

(AEBMBSB).

ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE SOUZA BRITO. **Folhas de controle de**

**transferencia e evasão: de 1989/1992.** Florianópolis, 1993. (AEBMBSB).

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA BÁSICA BEATRIZ DE

SOUZA BRITO. **Estatuto da Associação de Pais e Professores da Escola Básica**

**Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, s/d. (AEBMBSB).

## **6.2. Documentos relativos ao Ensino no Município de Florianópolis**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Relatório do exercício de**

**1926/1929, apresentado pelo ex-prefeito Heitor Blumm ao Prefeito José da**

**Costa Moellmann.** Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1935. (APESC).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Relatório do Prefeito Mauro Ramos. Exercício de 1939, Imprensa Oficial do Estado.** Florianópolis: 1940. (APESC).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Portaria que concede licença prêmio de 04 de setembro de 1959.** Florianópolis, 1959. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Departamento de Educação. **Ofício n° 6 de 22 de fevereiro de 1964. De Alfeu de Espíndola Inspetor Escolar, apresentando às professoras do Grupo Escolar Beatriz de Souza Brito Nadir Martins, nova diretora.** Florianópolis, 1964. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. **Ofício n° 89 11 de outubro de 1968. Da diretora da DEAS para Silvia dos Passos Pinheiro, diretora do Grupo Escolar Municipal Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, 1968. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. **Informações Básicas - agosto de 1978. Trata sobre os estabelecimentos de ensino da Prefeitura.** Florianópolis, 1978. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Ministério da Educação e Cultura. **Departamento de Ensino Fundamental. Operação Escola.** Florianópolis, 1979. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. **Relatório de 1980**. Florianópolis, 1980. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. **Informações Básicas - agosto de 1980. Trata sobre os estabelecimentos de ensino da Prefeitura**. Florianópolis, 1980. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. **Projeto: Modernização Administrativa das Unidades Escolares Municipais**. Florianópolis, 1981. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. Departamento de Educação. **Relatório Anual 1982**. Florianópolis, dezembro de 1982. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Relatório Síntese de 1979-1983**. Florianópolis, 1983. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. Departamento de Educação. **Plano de educação: 1980-1983**. Florianópolis, s/d. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Relatório Síntese. 1973 a 1983**. Florianópolis, março de 1983. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Programa bolsa de trabalho. Relatório Anual 1984**. Florianópolis, 1984. (ASPLAN-SME).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. **Relatório de atividades; exercício - 1984**. Florianópolis, dezembro de 1984. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação Saúde e Assistência Social. **Declaração de Lorena Teresinha Sostisso, 16 de setembro de 1985, chefe do Departamento de Educação**. Florianópolis, 1985. (ASPLAN-SME).

SECRETARIA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Of.g.s: nº787, de 11 de outubro de 1985. Encaminha solicitação ao Conselho Estadual de Educação para funcionamento gradativo de 5ª a 8ª série na Escola Básica Beatriz de Souza Brito. Secretário Pedro Luiz Schimidt**. Florianópolis, 11 de outubro de 1985. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento e urbanismo de Florianópolis. **Programa de Investimentos Urbanos na Área Conurbada de Florianópolis, 1983/1986, ensino de 1º e 2º grau**. Florianópolis, 1983/1986. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Educação. **Plano de Ação. Triênio - 86 a 88**. Florianópolis, s/d. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Ofício nº013/87, de Telma Anita Piacentini aos educadores da Rede Municipal de Ensino**. Florianópolis, 1987. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Unidade de Coordenação Regional UCRE: 1986.** Florianópolis, 1987. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório de desenvolvimento da política educacional do município no período de 1986/1988.** Florianópolis, 1988. (ASPLAN-SME).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Primeiro termo aditivo ao convênio nº354/88, celebrado entre o governo do Estado de Santa Catarina, em 11 de outubro, visando a implantação e manutenção de curso de 1º e 2º graus noturno no município de Florianópolis. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina pelo Decreto nº 2.405 de 25 de outubro de 1988.** Florianópolis, 1988. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Unidade de Coordenação Regional - UCRE: 1987.** Florianópolis, 1988. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº002, 15 de junho de 1988. Normatiza as eleições de diretores das Escolas Básicas da Rede Municipal de Ensino.** Florianópolis, 1988. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório: Desenvolvimento da Política Educacional no Município de Florianópolis - período 1986/1988.** Florianópolis, 1988. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Matrícula Inicial, Evasão e Reprovação da RME em 1988.** Florianópolis, maio de 1989. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório das Unidades Escolares da RME.** Florianópolis, maio de 1989. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Movimento de Matrícula. Rede de Ensino de I° Grau. Fevereiro/dezembro de 1989.** Florianópolis, 1989. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da UCRE: 1988.** Florianópolis, 1989. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório Anual da Escola Básica Beatriz de Souza Brito. 1989.** Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Movimento de matrícula na Rede Municipal de Ensino. Fevereiro a dezembro de 1990.** Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Boletim das eleições de 1990.** Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da UCRE: 1989.** Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Previsão de matrícula para 1991**. Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria nº006 de 09 de novembro de 1990. Dispõe sobre a matrícula para os alunos de pré-escolar e 1º grau na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências**. Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Boletim estatístico nº1/90**. Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório Anual 1990**. Florianópolis, 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto: O processo de planejamento como ação educativa**. Florianópolis, junho de 1990. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório das Atividades Desenvolvidas. Período: janeiro de 1989 a agosto de 1991**. Florianópolis, 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da UCRE: 1990**. Florianópolis, 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório Anual da Escola Básica Beatriz de Souza Brito. 1990**. Florianópolis, 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Movimento de Matrícula. Estatística Básica. 1990.** Florianópolis, abril de 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório Anual. Escola Básica Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Movimento de Matrícula. Rede de Ensino de 1º Grau. Fevereiro/dezembro de 1991.** Florianópolis, 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Matrícula Inicial das Unidades Escolares de 1º Grau - período de 1986/1991.** Florianópolis, 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Previsão de matrícula para 1992.** Florianópolis, 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Escola Básica Prefeito Acácio Garibaldi São Thiago. **Carta enviada ao Secretário Municipal de Educação de Florianópolis, 13 de setembro de 1991. Solicitação de 2º grau noturno.** Florianópolis, 1991. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Administração. **Ficha de Avaliação do Professor Substituto Florianópolis.** Florianópolis, 1992. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Administração.

**Ficha de Avaliação do Professor Substituto.** Florianópolis, 1992. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da UCRE: 1991.** Florianópolis: PMF, 1992. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Movimento de Matrícula: Rede de Ensino de I° Grau. Fevereiro/dezembro de 1992.** Florianópolis, 1992. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da UCRE: 1992.** Florianópolis, 1993. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria de integração. **Mapa da trajetória de trabalho realizado pela coordenadoria desde 1986 a 1994.** Florianópolis, 1994. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Quadro de matrícula das escolas conveniadas. 1990/1994.** Florianópolis, 1995. (ASPLAN-SME).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Carta enviada, s/d por Antônio Henrique Bulcão Vianna, Prefeito Municipal, ao Deputado Federal Paulo Bauer, Secretário de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Florianópolis, s/d. (ASPLAN-SME).

### 6.3. Documentos relativos ao Ensino no Estado de Santa Catarina

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Inspeção de Ensino de Santa Catarina. **Relatório dos trabalhos de inspeção do Município da Capital, apresentado pelo inspetor escolar José Duarte de Magalhães ao Diretor da Instrução Pública, em 31 de março de 1917.** Florianópolis, 1917. (APESC).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Conselho Estadual de Educação. Comissão de Ensino de 1º grau. **Parecer nº 240/86, aprovado em 25/03/1986.** Florianópolis, 1986. (ASPLAN-SME).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Portaria 0254 de 11 de abril de 1986, do Secretário de Estado da Educação. Autoriza o funcionamento gradativo de 5ª a 8ª série no Grupo Escolar Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, 1986. (ASPLAN-SME).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Unidade Operacional de Ensino. Subunidade de Ensino de 1º grau. **Parecer: SEE/UNOE/SUEIG/ N° 023/86 ao Processo N° 108741/85 da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Assunto: Implantação de 5ª a 8ª série no Grupo Escolar Municipal Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, 1986. (ASPLAN-SME).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº 31.439, de 19 de fevereiro de 1987. Regulamenta a Lei nº 6.744, de 23 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a avaliação do Ensino de 1º grau no Estado de Santa Catarina. **Diário Oficial nº 13.439, de 20 de março de 1987.** Florianópolis, 1987. (ASPLAN-SME).

#### **6.4. Documentos relativos à Centrais Elétricas do Sul -ELETROSUL**

ELETROSUL. **ELETROSUL: Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A, Subsidiária da Eletrobrás. Perspectivas de desenvolvimento.** Florianópolis, Junho de 1974. - v. 1. (BEL).

ELETROSUL. **Estrutura e Análise da Transferencia da sede. Anexo 3, Perspectivas de desenvolvimento.** Florianópolis, Junho de 1974 - v. 3. (BEL).

ELETROSUL. **Relatório da análise dos estudos preliminares de arquitetura para o Edifício Sede da ELETROSUL.** Rio de Janeiro, 1975. (BEL).

POZZANA, Magalhães. PETRIK, Barros. **Arquitetos Associados LTDA. ELETROSUL - Edifício Sede Florianópolis - Programa de Necessidades Espaciais.** Florianópolis, Julho de 1975. (BEL).

ELETROSUL. Decreto-Lei nº 757555 de 23 de maio de 1975. Autoriza a transferência da ELETROSUL para Florianópolis e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1975.**

ELETROSUL. **Pedidos de reembolso de aluguel.** Florianópolis, 1975. (BEL).



**ELETROSUL. Áreas ocupadas pela ELETROSUL - Instalações provisórias da empresa em Florianópolis.** Florianópolis, Grupo de Trabalho e Transferência, 30 de setembro de 1976. (BEL).

**ELETROSUL. Atividades Estatísticas do GTT/SETAT.** anexo 7. Florianópolis, 1977. (BEL).

**ELETROSUL. Processos de transferência para a UFSC e UDESC.** Florianópolis, 1977. (BEL).

**ELETROSUL. Relatório do Grupo de Trabalho e Transferência. Encerramento de atividades.** Florianópolis, março de 1977. (BEL).

**ELETROSUL. Resolução de diretoria.** Março de 1977. (BEL).

**ELETROSUL. Grupo de Trabalho e Transferência.** Florianópolis, 1977. (BEL).

**ELETROSUL. Relatório da ELETROSUL.** Florianópolis, 1977. (BEL).

**ELETROSUL. Contrato n° 50310017, de 18 de maio de 1992. Termo de permissão gratuita de uso que entre si fazem Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. e a Associação de Pais e Professores da Escola Básica Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, 1992. (BEL).

**ELETROSUL. Propostas de terrenos para sede em Florianópolis.** Florianópolis. Documentação Caderno n° um, s/d. (BEL).

## **6.5. Documentos relativos ao Instituto Teológico do Estado de Santa Catarina.**

INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Atas de 1965 a 1970. (ASI).

INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Pauliniun. Termo de Abertura.  
Florianópolis, 1965. (ASI).

INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Atas de 1979- 1988. livro nº 2.  
(ASI).

INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Correspondência da  
Congregatio de Institutione Catholica (de Seminarhs Atque Studiorum Institutis).  
Roma, 1990. (ASI).

INSTITUTO TEOLÓGICO DE SANTA CATARINA. Fundação Dom Jaime de Barros  
Câmara. Estatutos, Regimento da Fundação e Regimento do ITESC. Florianópolis,  
1988. (ASI).

#### **6.6. Jornais e boletins**

**BOLETIM DA APUFSC.** Florianópolis, APUFSC, Boletim, nº 01, 25 de outubro de  
1990. (AAPUFSC).

**BOLETIM DA APUFSC.** Florianópolis, APUFSC, Boletim, nº 02, 07 de novembro  
de 1990. (AAPUFSC).

**BOLETIM DA APUFSC.** Florianópolis, APUFSC, Boletim, nº06, 26 de novembro de  
1990. (AAPUFSC).

**BOLETIM DA APUFSC.** Florianópolis, APUFSC, Boletim, nº 08 12. de dezembro de  
1990. (AAPUFSC).

**JORNAL DA APP BEATRIZ DE SOUZA BRITO.** N°0001. Florianópolis, APP  
Beatriz de Souza Brito, setembro de 1991. (AEBMBSB).

**JORNAL DA APP BEATRIZ DE SOUZA BRITO.** n°0003. Florianópolis: APP  
Beatriz de Souza Brito., dezembro de 1991. (AEBMBSB).

“CENTRAIS elétricas compram terreno para escritório central da ELETROSUL”.  
**Jornal O Estado** Florianópolis, p.03, 22 fevereiro de 1975. (BPESC).

“UFSC vai implantar um curso de Teologia”. **Jornal O Estado.** Florianópolis, p.3, 24  
dez. 1975. (BPESC).

“PAIS adotam escola no Pantanal”. **Diário Catarinense.** Florianópolis, p.5, 27  
fevereiro de 1991. (BPESC).

MATIAS, Alberto Borges. Empresas atingem o equilíbrio. **Jornal Folha de São Paulo,**  
22 Caderno Especial A, p.6, agosto de 1993. (BPESC).

## **6.7. Legislação**

FLORIANÓPOLIS. Decreto n° 06, 14 de fevereiro de 1957. Cria três escolas: no  
Pantanal, em Coqueiros e Tapera. [s.n.]. Florianópolis, 1957. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 9, de 1º de março de 1957 Desdobra as escolas municipais que até então eram isoladas. [s.n.]. Florianópolis, 1957. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 55, de 1º março de 1958. Desdobra naquele exercício a escola municipal do Pantanal. [s.n.]. Florianópolis, 1958. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 433, de março de 1960. Cria a carreira de diretor de grupo escolar. [s.n.]. Florianópolis, 1960. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 198, de 13 de dezembro de 1963. Denominando Professora Beatriz de Souza Brito o Grupo Escolar do Pantanal. [s.n.]. Florianópolis, 1963. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 2340, de 18 de fevereiro de 1985. Estabelece critérios para o concurso de acesso. [s.n.]. Florianópolis, 1985. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 2350, de 30 de dezembro de 1985. Cria a Secretaria Municipal de Educação. [s.n.]. Florianópolis, 1985. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 084, de 02 de maio de 1986. Transforma o Grupo Escolar Beatriz de Souza Brito em Escola Básica. [s.n.]. Florianópolis, 1986. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Decreto nº 250, de 11 de novembro de 1986. Estabelece normas para a substituição de professores de 5ª a 8ª séries do 1º grau. [s.n.]. Florianópolis, 1986. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 2517, de 24 de dezembro de 1986. Dá nova redação à Lei nº 1.811 de 14 de setembro de 1981 - Estatuto do Magistério Público de Florianópolis. [s.n.]. Florianópolis, 1986. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Lei n° 2415, de 08 de julho de 1986. Institui eleições e estabelece normas para a escolha de diretores da Rede Municipal de Educação e dá outras providências. [s.n.]. Florianópolis, 1987. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Lei n° 2622, de 09 de julho de 1987. Institui o Conselho Deliberativo nas unidades escolares da RME. [s.n.]. Florianópolis, 1987. (ASPLAN-SME).

FLORIANÓPOLIS. Lei n° 2915, de 09 de outubro de 1988. Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos funcionários da Prefeitura Municipal de Florianópolis. [s.n.]. Florianópolis, 1988. (ASPLAN-SME).

## **6.8. Entrevista**

ASSIS, José Marcos de. **Entrevista concedida pelo ex-funcionário da Fazenda Assis Brasil.** Florianópolis, maio de 1996.

BERNARDES, Valdir. **Entrevista concedida pelo ex-aluno da Escola Isolada do Sertão.** Florianópolis, dezembro de 1995.

BRESSANI, João Carlos. **Entrevista concedida pelo funcionário da ELETROSUL.** Florianópolis, junho de 1995.

DIAS, Desalda da Silva. **Entrevista concedida pela criadora da primeira casa-escola.** Florianópolis, setembro de 1995.

DUARTE, Maria da Graça. **Entrevista concedida pela professora da Escola Beatriz.** Florianópolis, outubro de 1995.

- FERNANDES, Nadir. **Entrevista concedida pela professora e mãe de aluno da Escola Beatriz.** Florianópolis, maio de 1996.
- GALLO, Carlos Roberto. **Entrevista concedida pelo pai de aluno, presidente da APP da Escola Beatriz e funcionário da ELETROSUL.** Florianópolis, março de 1996.
- GODINHO, Zenaide Renzi. **Entrevista concedida pela professora aposentada da Escola Beatriz.** Florianópolis, março de 1995.
- MACHADO, Fernanda. **Entrevista concedida pela aluna da Escola Beatriz.** Florianópolis, abril de 1996.
- MARTINS, Edina Ana Pottmaier **Entrevista concedida pela chefe da Divisão de Administração Escolar da SME.** Florianópolis, dezembro de 1996.
- MATTOS, Selço de. **Entrevista concedida pelo diretor do Grupo Escolar Beatriz; gestão 1966 a 1970.** Florianópolis, maio de 1997.
- MOREIRA, Mônica da Luz. **Entrevista concedida pela coordenadora das especialistas da SME, gestão 89/92.** Florianópolis, dezembro de 1996.
- PATRÍCIO, Zuleide Figueiredo. **Entrevista concedida pela bibliotecária da Escola Beatriz.** Florianópolis, julho de 1996.
- PIACENTINI, Edilton Luiz. **Entrevista concedida pelo ex-diretor da Escola Beatriz. Gestão 1988 a 1990.** Florianópolis, dezembro de 1996.
- RAMOS, Nilza Aparício. **Entrevista concedida pela secretária da Escola Beatriz.** Florianópolis, dezembro de 1995.
- RENZI, Maria do Rosário. **Entrevista concedida pela auxiliar de ensino da Escola Beatriz.** Florianópolis, dezembro de 1996.

SANTOS, Catarina Maria Silveira dos. **Entrevista concedida pela ex-diretora da Escola Beatriz. Gestão 1970 a 1988.** Florianópolis, maio de 1997.

SILVA, Sandra M. Milan. **Entrevista concedida pela ex-diretora da Creche Nossa Senhora Aparecida.** Florianópolis, dezembro de 1996.

SILVEIRA, José Luiz. **Entrevista concedida pelo presidente da APP, pai de aluno da Escola Beatriz e funcionário da ELETROSUL.** Florianópolis, dezembro de 1995.

SOARES, Neuza Carara. **Entrevista concedida pela chefe do Departamento de Ensino da SME 89/92.** Florianópolis, dezembro de 1996.

TONERA, Heloisa Helena. **Entrevista concedida pela professora aposentada da Escola Básica Beatriz.** Florianópolis, maio de 1997.

#### **6.9. Teses, Dissertações, Monografias e TCCs**

BITTENCOURT, Maria Inês M. **Escola pública versus escola particular: o caso da Escola Básica Municipal Professora Beatriz de Souza Brito.** Florianópolis, 1992. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.

CARVALHO, Marlene. **Uma proposta de capacitação junto a um programa de assistência.** Florianópolis, 1987. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

COSTELLA, Margari de Lurdes. **Serviço social no processo de construção da consciência comunitária.** Florianópolis, 1985. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

CRUZ, Dulce Márcia. **A RBS em Santa Catarina: estratégias políticas, econômicas e culturais do mercado televisivo regional**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

DALLABRIDA, Norberto. **Uma História do Bairro do Pantanal**. Florianópolis, 1989. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História) - Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina.

DUTRA, Ricardo Aldo. **Florianópolis: A Organização Político-Administrativa a Intendência Distrital 1889-1992**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

FLORES, Bernadete Ramos. **Teatros da vida cenários da história: a farra do boi e outras festas na ilha de Santa Catarina - leitura e interpretação**. São Paulo, 1991. Tese de (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LACERDA, Eugênio Pascele. **As farras do boi no litoral de Santa Catarina**. Florianópolis, 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, Corina. **O serviço social e o projeto de organização dos moradores do bairro Pantanal**. Florianópolis, 1985. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.



- MATTOS, Sérgio Ferreira. **TV Barriga Verde de Florianópolis: estudo de caso no período de 1984 a 1987.** São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.
- MITIDIERI, Tibério João et alii. **Estratégias desenvolvidas pela ELETROSUL: perspectiva histórica segundo metodologia proposta por Henry Mintzberg.** Florianópolis. 1992. Trabalho acadêmico (Cadeira de Planejamento Estratégico, Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro de Ciências Tecnológicas, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.
- NÓBREGA, Odilson Silva da. **Desenvolvimento e educação no milagre brasileiro.** Niterói, 1995. Dissertação (Mestrado em economia) - Faculdade de economia e Administração, Universidade Federal Fluminense.
- NANDI, Fernanda; SILVA, Sandra Maria Milan da. **O processo de integração entre escola e comunidade numa escola pública de 1º grau de Florianópolis.** Florianópolis, 1994. Trabalho acadêmico (Relatório de pesquisa apresentado à disciplina de métodos e técnicas de pesquisa pedagógica II, Curso de Pedagogia) - Departamento de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.
- RIZZO, Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao planejamento: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis. 1950 a 1990.** Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SUGAI, Maria Inês. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno Norte-Ilha.** São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em

Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

TESSEROLLI, Miriam A. **Da ruralidade à urbanidade. História do bairro do Pantanal.** Florianópolis: UFSC, 1992. Relatório de pesquisa. (Departamento de História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina, a ilha.** Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis memória urbana.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1993.

VOIGT, Cláudia. **A escola e comissão de pais e professores: faces e formas de um projeto de participação popular.** Florianópolis, 1989. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina.

#### **6.10. FOLDER**

SILVA FILHO, Waldemar. Desterro e a Câmara: traços da cidade, de sua história e de sua gente. Florianópolis: Partido Democrático Social, 1982. Folder de campanha das eleições para Vereador.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAMPANA, Regina Carneiro. **História dos Especialistas na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.** Florianópolis, 1994. Monografia (Especialização “Ação

Integrada dos especialistas em Assuntos Educacionais”) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina.

CAMPOS, Nazareno José. **Terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, FCC Ed./UFSC, 1991.

CARDOSO, Fernando Henrique et alii. **Cor e mobilidade social em Florianópolis. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Brasiliense, 1960. v. 307.

CARNEIRO, S. **Alunos considerados portadores de necessidades especiais nas escolas públicas de ensino regular: integração ou exclusão?** Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, Luis Antônio. et alii. **Escola pública escola particular e a democratização do ensino**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Educação Contemporânea ).

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano**. 2. ed. rev. Florianópolis: Editora da UFSC, 1991.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964 -1985)**. São Paulo: Cortez/Editora da UNICAMP, 1993.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.
- LEAL, Elisabeth Juchem Machado. **Instituto Estadual de Educação: a erosão da ordem autoritária**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.
- LIMA, João David Ferreira. **UFSC: sonho e realidade**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1980.
- MARTINS, José de S. Clientelismo e Corrupção no Brasil Contemporâneo. In: **O Poder do Atraso**. São Paulo. Hucitec. 1994.
- MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Pontos de investigação, teoria e método em uma pesquisa histórica em educação**. Pesquisa desenvolvida em programa de pós-doutorado junto à Universidade de Nottingham, Inglaterra. 1994. mimeo.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Collor, a falsificação da ira**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- RIDENTI, Marcelo. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 51).
- RIZZO. Paulo Marcos Borges. **Do urbanismo ao Planejamento urbano: Utopia e Ideologia. Caso Florianópolis - 1950 a 1990**. Florianópolis, 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências da Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kayrós, 1979.
- SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Atual, 1990. ( Série História Viva).

SCHIMIDT, Leonete Luzia. **A constituição da Rede Pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830-1859**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina.

SINGER, Paul. As contradições do Milagre. In: Paul J. Krischke (org.). **Brasil do 'milagre' à 'abertura'**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SPOSITO, Marília Pontes. O povo vai à escola. A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. (Coleção Educação Popular n°2).